

Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CONSUMO, COTIDIANO E
DESENVOLVIMENTO SOCIAL – PGCDS
MESTRADO

POLÍTICA SOCIAL ALIMENTAR NO CONTEXTO DA SOCIEDADE
DE CONSUMO

SILVIA SIBELE DA MOTA E SILVA

RECIFE, agosto de 2015

SILVIA SIBELE DA MOTA E SILVA

POLÍTICA SOCIAL ALIMENTAR NO CONTEXTO DA SOCIEDADE
DE CONSUMO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Consumo, Cotidiano e Desenvolvimento Social – PGCDs da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), como requisito para a obtenção do título de Mestre em Consumo, Cotidiano e Desenvolvimento Social sob orientação do Profa. Dra. Laura Susana Duque-Arrazola.

RECIFE, agosto de 2015

Ficha Catalográfica

S586p Silva, Sílvia Sibeles da Mota e.
Política social alimentar no contexto da sociedade de
consumo / Sílvia Sibeles da Mota e Silva. – Recife, 2015.
135 f.: il.

Orientador (a): Laura Susana Duque-Arrazola.
Dissertação (Programa de Pós-graduação em Mestrado em
Consumo, Cotidiano e Desenvolvimento Social) – Universidade Federal
Rural de Pernambuco, Departamento de Ciências Domésticas,
Recife, 2015.

Inclui apêndice(s), anexos e referências.

1. Programa de aquisição de alimentos. 2. Sociedade de
Consumo. 3. Política de segurança alimentar e nutricional.
4. Consumo alimentar – Serra Talhada. I. Duque-Arrazola, Laura
Susana, orientadora. II. Título

CDD 664

POLÍTICA SOCIAL ALIMENTAR NO CONTEXTO DA SOCIEDADE DE CONSUMO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Consumo, Cotidiano e Desenvolvimento Social – PGCDs da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), como requisito para a obtenção do título de Mestre em Consumo, Cotidiano e Desenvolvimento Social, sob orientação do Prof. Dra. Laura Susana Duque-Arrazola.

Recife – PE, 31 de agosto de 2015.

APROVADA EM: 31 de agosto de 2015

BANCA EXAMINADORA

Profa. (Dra. Laura Susana Duque-Arrazola Presidenta)
Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Consumo, Cotidiano e
Desenvolvimento Social
Universidade Federal Rural de Pernambuco
Examinador Interno

Profa. (Dra. Raquel de Aragão Uchoa Fernandes)
Pós-Graduação em Consumo, Cotidiano e Desenvolvimento Social - PGCDs
Universidade Federal Rural de Pernambuco
Examinadora Interna

Profa. (Dra. Helena Lucia Augusto Chaves)
Programa de Pós-Graduação em Serviço Social
Universidade Federal de Pernambuco
Examinadora Externa

Prof. (Dr. Russell Parry Scott)
Programa de Pós-Graduação em Antropologia
Universidade Federal de Pernambuco
Examinador Externo

Dedico este trabalho a minha família. Ademais, a Profa. Dra. Maria de Fátima Paz, *in memoriam* pela breve, mas valiosa passagem junto “a nossa eterna primeira turma de mestrado”.

AGRADECIMENTOS

A Deus pela oportunidade de existir e por me fornecer serenidade nesta etapa da minha vida: o mestrado.

A minha família, minha mãe (Severina Maria), meu pai (Silvio Mota) e minhas irmãs Selene Mota e família, Sabrina Mota por estarem ao meu lado sempre. Em especial, minha sobrinha Maria Cecília de 2 anos pelos sorrisos e emoções proporcionadas nos dias tão intensos de atividades e dedicações a esta pesquisa.

Ao meu companheiro de vida e da área acadêmica na qual compartilho cotidianamente as agruras e encantos para a produção de conhecimentos. Obrigada de coração Felipe!

A família de Felipe pela acolhida e compreensão nos dias dedicados a construção desta dissertação. Meu muito obrigada!

Agradeço a minha orientadora, referência teórica e pessoal pelas inspirações que me alimentaram pela busca do meu objeto de pesquisa e suas relações indissociáveis entre teoria e prática, proporcionando - me uma maturidade intelectual tão rica e inovadora nos estudos sobre o consumo alimentar no sertão Pernambucano.

As professoras e professores do Programa de Pós-Graduação em Consumo, Cotidiano e Desenvolvimento Social da Universidade Federal Rural de Pernambuco.

Aos meus colegas de turma, na qual dividi momentos de aprendizados e troca de saberes que me fizeram caminhar “mais feliz” nesta trajetória que é a pós-graduação *stricto sensu*. Meu muito obrigada Jaqueline Andrade, Sara Azevedo, Julia Atroch, Sabrina Santos, Hiroshi Koike, Lucinea, Stella e demais colegas das outras turmas. Sem esquecer dos/as amigos/as da graduação em Serviço Social – UFPE e especialização em Políticas Públicas, Ana Emmanuella, Kalina, Ingrid, Marília, Izadora, Cinthya, Fernanda, Johana e Helenice. Ademais, amigos/amigas que construir na Autarquia Municipal de Serra Talhada Raquel, Auricélia, Magna, Flávia, Adathiane, Caio dentre outros professores que tive oportunidade de conviver bem como as alunas Heyllane, Bruna e Giselly do grupo de pesquisa em Política Social Alimentar da Faculdade de Ciência Humanas e Sociais de Serra Talhada que contribuíram no processo de pesquisa e transcrição de entrevistas.

A CAPES por ter aprovado o pedido de solicitação de bolsa a esta pesquisa, sem a qual por certo não seria possível realizar o trabalho desenvolvido ao longo destes dois últimos anos.

A Secretária Ana por sua disponibilidade às minhas indagações e ao Programa de Pós-Graduação em Consumo, Cotidiano e Desenvolvimento Social – PGCDs da UFRPE.

RESUMO

O objetivo deste trabalho é verificar e analisar o consumo alimentar dos/das beneficiários/as do Programa de Aquisição de Alimentos no contexto da sociedade de consumo no município de Serra Talhada-PE. A cultura de consumo imersa na sociedade capitalista contemporânea tem influenciado e determinado mudanças nos hábitos e padrões alimentares da população pernambucana, sobretudo urbana, mas também interiorana, a exemplo da população do Sertão do Pajeú. Como resultado da dinâmica do capital, observar-se uma crescente mercantilização da vida e da alimentação, seja na esfera pública ou privada, desmembrando-se num consumo de produtos cada vez mais industrializados e longe da sua forma *in natura*. Nessa direção, a escolha pelo município de Serra Talhada localizado no Sertão do Pajeú se deve por estar cada vez mais afetado pelos estilos de vida urbano, por sua vez marcados pela cultura e sociedade de consumo, forma contemporânea da sociedade capitalista. Para a investigação do estudo proposto na presente dissertação, realizou-se uma pesquisa exploratória qualitativa incorporando também dados quantitativos. Sua fundamentação teórica destacou, entre outras, a Sociedade de Consumo, o Estado capitalista, a Política de Segurança Alimentar e Nutricional. Como procedimentos metodológicos para a apreensão e compreensão do objeto de pesquisa, foram escolhidas 2 (duas) escolas públicas atendidas pelo Programa de Aquisição de Alimentos e Programa Nacional de Alimentação Escolar, nas quais realizaram-se entrevistas semiestruturadas em base a um roteiro de entrevista para os 2 (dois) sujeitos da pesquisa (manipuladores e mães) e foi realizado um grupo focal junto aos alunos/as de 2 (duas) turmas a partir de um roteiro de perguntas. Os resultados apontaram que o consumo alimentar tem sofrido interferência do processo de urbanização e dos novos estilos de vida afetando a população sertaneja dos interiores, além do apelo dos meios de comunicação de massa ou pelo poder das grandes corporações da indústria alimentícia. A pesquisa ainda apontou, a omissão e a precarização do Estado na atuação junto a Política de Segurança Alimentar e Nutricional (Programa de Aquisição de Alimentos) corroborando para um distanciamento do consumo alimentar mais *in natura* ou artesanal, embora, muitas vezes, exista a consciência dos prejuízos para a sociabilidade e a saúde da ingestão do alimento industrializado.

Palavras-chave: Programa de Aquisição de Alimentos, Sociedade de Consumo, Política de Segurança Alimentar e Nutricional, Serra Talhada, Consumo Alimentar.

ABSTRACT

The objective of this work is to check and analyze the food consumption of the beneficiaries of the Program for the Purchase of Food in the context of consumer society in the municipality of Serra Talhada-PE. The consumption culture immersed in capitalist society today has influenced and determined changes in habits and eating patterns of the Pernambucan population, mainly urban, but also an example of a small-town population hinterland of Pajeú.

As a result of the dynamics of the capital, it is observed a growing commercialisation of life and food, is in the public domain or private, disbanding a consumption of products increasingly industrialised and away from your *in natura* original form. In this direction, the choice by the municipality of Serra Talhada located in hinterland of Pajeú should be increasingly affected by styles of urban living by their time marked by the culture and society of consumption, contemporary form of capitalist society. For the research of the study proposed in this thesis, the research was conducted qualitative exploratory also incorporates quantitative data. Its theoretical foundation highlighted, among other things, the Consumer Society, the capitalist State, the Politics of Food and Nutritional Security. As methodological procedures for the apprehension and understanding of the object of research, were chosen 2 (two) public schools attended by the Program for Purchase of Food and Program National Alimentation School, in which semi-structured interviews were based on a structured interview for the 2 (two) research subjects (handlers and mothers) and was conducted a focus group with students of 2 (two) classes from a roadmap of questions. The results showed that the consumption of food has suffered interference of the urbanization process and the new styles of life affecting the interiors population of backwoods in addition to the appeal of the mass media or by the power of the big corporations in the food industry. The research also pointed out, omission and the precariousness of the State in interaction with the Food and Nutrition Security Policy (Program for Purchase of Food) corroborating to a distancing from food consumption more *in natura* or artisanal, although, many times. There is awareness of the damage to the sociability and the health of the ingestion of food.

Keywords: Program for Purchase of Food, Consumer Society, Politics of Food and Nutritional Security, Serra Talhada, Food Consumption.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
I- O consumo alimentar na dinâmica da sociedade de consumo contemporânea	27
1.1 A vida cotidiana e a comensalidade	39
1.2 A alimentação e a questão de gênero	44
1.3 Tecnologias domésticas e as práticas alimentares	48
II. O Estado e as políticas sociais no cenário contemporâneo	52
2.1 Segurança Alimentar e Nutricional: aspectos históricos e conceituais	59
2.2 Resgate histórico das Políticas Públicas de Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil	68
2.3 Histórico do Programa de Aquisição de Alimentos no Brasil.....	76
2.3.1 Programa de Aquisição de Alimentos no município de Serra Talhada – PE....	81
III. Sociedade de consumo no sertão do Pajeú e a efetivação do Programa de Aquisição de Alimentos	84
3.1- Sertão do Pajeú - PE: o município de Serra Talhada e a cultura de consumo alimentar	84
3.2 O Programa de Aquisição de Alimento – PAA na dialética cotidiana de consumo: alimentação <i>in natura</i> e a cultura da alimentação de origem industrial.....	90
3.3. Sujeitos do Programa de Aquisição de Alimentos e as expressões de uma cultura alimentar subalternizada.....	93
3.3.1 As manipuladoras de alimentos do Programa de Aquisição de Alimentos.....	93
3.1.2 Análises quanto aos escolares no grupo focal	100
3.1.3 Análises das entrevistas com as mães dos escolares.....	108
CONSIDERAÇÕES FINAIS	116
REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS	122
APÊNDICES.....	131
ANEXOS	134
ANEXO 1.....	135

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABRANDH – Ação Brasileira pela Nutrição e Direitos Humanos

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas

BM – Banco Mundial

CAISAN – Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional

CECIHU / MCTI– Conselho Nacional de Ética em Pesquisas nas Ciências Humanas

CEFET – Centro Federal de Educação Tecnológica

CFP – Comissão de Financiamento da Produção

CIBRAZEN – Companhia Brasileira de Armazenagem

CNA – Comissão Nacional de Alimentação

COBAL – Companhia Brasileira de Alimentos

CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento

CONSEA – Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

DHAA – Direito Humano à Alimentação Adequada

DAP – Declaração de Aptidão ao PRONAF

FAO – Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura

FBSAN – Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional

FHC – Fernando Henrique Cardozo

FMI – Fundo Monetário Internacional

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

IDEC – Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor

IPCL - Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite

INAN – Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição

LOSAN – Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

MDS – Ministério de Desenvolvimento Social

MESA – Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à fome

ONU – Organização das Nações Unidas

OMS – Organização Mundial da Saúde

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

PAN – Programa de Alimentação e Nutrição

PE – Pernambuco

PIDESC – Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais

PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar

PRONAF – Programa Nacional de Agricultura Familiar

PRONAN – Programa Nacional de Alimentação e Nutrição

SAN – Segurança Alimentar e Nutricional

SAPS – Serviço de Alimentação e Previdência Social

SESAN – Secretaria Nacional de Segurança Alimentar

SISAN – Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

UFPE/UFRPE – Universidade Federal de PE/Universidade Federal Rural de PE

UTFPR – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Programa de Aquisição de Alimentos na Modalidade Compra da Agricultura Familiar para Doação Simultânea.....	79
Tabela 2 - Frutas e verduras ofertadas pelo Programa de Aquisição de Alimentos em 2013.....	103
Tabela 3 – Alimentos industriais ofertados pelo Programa de Aquisição de Alimentos em 2013.....	104

LISTA DE FIGURA

Figura 1- Mapa da região do Sertão do Pajeú.....84

INTRODUÇÃO

Abordar o capitalismo contemporâneo traz à tona a dinâmica da sociedade de consumo a qual se transfigura numa cultura do consumo com novos hábitos e escolhas, entre as quais, as alimentares, notório no meio urbano como também no rural ou interiorano.

Essa dinâmica é demarcada pela globalização da cultura alimentar e a introdução de uma gastronomia e culinária antes desprestigiada e fora dos hábitos dos/das comensais brasileiros/as. Nesse sentido, os hábitos locais e regionais que revelam a identidade de um povo, tradições, valores coletivos e de solidariedade são trocados e/ou modificados, muitas vezes, por produtos modernos, industrializados que referenciam uma cultura de massificação do padrão de consumo alimentar.

Sob esta perspectiva Cascudo (2004) revela um consumo de alimentos rico em gorduras que tem se tornado uma preocupação, uma vez que cada vez mais adolescentes e jovens optam pela comida rápida. Para alguns/as o acesso às comidas industrializadas são as preferidas, muitas vezes, pelo preço e praticidade, ficando a questão da saúde em segundo plano.

A produção e reprodução social expressa nas condições de vida e nos hábitos alimentares que viram moda, não pode dissociar-se do modo de produção capitalista, uma vez que neste se expressa uma relação dialética no próprio processo de produção-consumo-distribuição-circulação, bem como entre a produção e os sujeitos produtores da vida social, política e econômica.

Como resultado da dinâmica do capital que necessita constantemente valorizar-se, observa-se uma crescente mercantilização da vida, sendo a alimentação uma das facetas dessa vida social, seja na esfera doméstica/privada ou na esfera da vida pública.

Neste sentido, evidencia-se tal processo de alimentação nas suas mais diversas formas, desde o cotidiano da reprodução da vida em diferentes momentos sociais e da vida política, desmembrando-se num consumo de produto cada vez mais industrializados e longe de sua forma tradicional *in natura*, além da influência globalizada de cardápios estrangeiros de outras culturas alimentares.

Essa realidade torna-se ainda mais visível no cotidiano de grande parte das famílias em que a mulher insere-se no mercado de trabalho passando a executar uma dupla jornada de trabalho: a de fora e a de dentro de casa.

Quer dizer, o trabalho produtivo e reprodutivo, incluindo nele o preparo das refeições e alimentação da família, igualmente que a reprodução social dessa realidade: a preparação dos alimentos continua sendo feita pelas mulheres da família e a empregada doméstica de modo prático e rápido, facilitado pelos produtos alimentares industrializados, poupadores do tempo de trabalho da preparação das refeições, igual que as tecnologias dos bens de consumo doméstico.

Com isso, o consumo de alimentos prontos, enlatados e industrializados cresce, aumentando doenças associadas à obesidade, hipertensão, diabetes, dentre outras cujo avanço tem passado a preocupar diversos programas da Política Nacional da Segurança Alimentar e Nutricional e de saúde pública.

Ainda nessa direção, a publicidade e o marketing têm sido fundamentais como instrumentos do capital para o aumento do consumo de alimentos industrializados, resignificando o alimento por questões que perpassam o status, distinção, desejo, pertencimento a uma identificação com uma determinada classe social, em contraposição à desvalorização da cultura alimentar regional, rica numa diversidade de sabores e nutrientes.

Nesse sentido, o contexto capitalista apresenta interferência direta na alimentação dos indivíduos, marcada por mudanças e pelo estilo de vida urbano que se globaliza e massifica novos modos alimentares.

Por essas razões a questão da alimentação num contexto regional interiorano do Nordeste brasileiro, como é o Sertão a consideramos de grande relevância para uma dissertação num programa de mestrado em Consumo, Cotidiano e Desenvolvimento Social.

Sertão cada vez mais afetado por esses estilos de vida, e marcado pela cultura e sociedade de consumo. Nesta perspectiva as práticas alimentares contemporâneas contrariam as prerrogativas preconizadas/postas nas legislações e programas alimentares dentre eles, a Política de Segurança Alimentar e Nutricional e o Programa de Aquisição de Alimentos.

A pesquisa que embasa esta dissertação é fruto de indagações, reflexões e análises iniciadas desde meus estudos de graduação em Serviço

Social/UFPE e de especialização, passando por experiências de estágio, práticas profissionais oportunizadas por programas e projetos ligados à temática dos alimentos no serviço público municipal.

O ingresso no mestrado de Consumo, Cotidiano e Desenvolvimento Social/UFRPE trouxe à oportunidade e desafio de aprofundar os conhecimentos acerca do tema aliado à questão do consumo sob uma perspectiva do pensamento crítico marxista.

Nesse sentido, a pesquisa realizada ganhou nova relevância e inovação para o cenário sertanejo ao visar desmistificar as mudanças alimentares contemporâneas como um fenômeno natural e positivas em si mesmas, seja nas regiões metropolitanas ou interioranas.

Este estudo pretende contribuir nos debates críticos relacionados ao objeto de pesquisa, no espaço da academia e das políticas públicas e programas sociais voltados para a alimentação no bojo da dinâmica da vida social contemporânea da sociedade de consumo com sua com suas formas de compulsão provocadas pelo consumismo e rebatimentos na saúde.

O discurso e ideologia neoliberal caracterizam as mudanças provocadas pelo consumo na sociedade capitalista contemporânea, entendido por muitos/as como progresso e desenvolvimento sem problematizar o acesso aos bens e equipamentos (compra e até manutenção) para a grande maioria da população, nem suas consequências em termos dos nutrientes e compostos dos alimentos para uma alimentação saudável e segura segundo as propostas da Política de Segurança Alimentar e Nutricional brasileira.

Frente ao exposto, esta dissertação trata da pesquisa realizada como base desta problematização e análise de um programa social de política pública estatal cuja questão ou problema se pesquisa foi saber *até que ponto o Programa de Aquisição de Alimentos incluído na política de segurança alimentar e nutricional brasileira reproduz práticas alimentares resultantes da sociedade de consumo no município de Serra Talhada - PE?*

Para dar conta da questão, o objetivo desta pesquisa foi verificar e analisar o consumo alimentar dos/das beneficiários/as do Programa de Aquisição de Alimentos no contexto da sociedade de consumo no município de Serra Talhada – PE.

Seus objetivos específicos foram: verificar o consumo alimentar do cotidiano das pessoas atendidas pelas instituições cadastradas pelo Programa de Aquisição de Alimentos - PAA conforme os parâmetros da Política de Segurança Alimentar e Nutricional; identificar a influência das mulheres (mães dos/das escolares a serem pesquisados/as) no consumo alimentar dos alunos/as atendidos pelo Programa de Aquisição de Alimentos; analisar o uso das tecnologias domésticas junto ao público atendido pelas instituições cadastradas pelo Programa de Aquisição de Alimentos.

A metodologia utilizada para apreensão e conhecimento dessa realidade no Sertão do Pajeú, município de Serra Talhada, por aproximações sucessivas, inspirou-se na abordagem dialética do materialismo histórico ou do pensamento crítico marxista.

Para esta abordagem os componentes singulares e particulares da realidade empírica ganham significado apreendidos no bojo da totalidade concreta e sua dinâmica contraditória.

Nessa perspectiva da totalidade¹, categoria fundamental nesta dissertação, para apreender e entender a realidade em estudo, tais componentes deixam de ser apenas elementos ou fenômenos empíricos inexpressivos da realidade, revelando as múltiplas relações e mediações que constituem a totalidade concreta. Totalidade social, apreendida, entre outras, mediante a análise crítica da revisão bibliográfica² relevante à temática em estudo.

Nesse contexto, as práticas alimentares são elementos importantes para pensar o cotidiano, revelando aspectos da comensalidade dos indivíduos para

¹Como explica Karel Kosik (1967, p. 55) totalidade não significa todos os fatos, conjunto de coisas, "Totalidad significa: realidad como un todo estruturado y dialético, en el cual puede ser comprendido racionalmente *cualquier hecho* (clases de hechos, conjunto de hechos; cosas, relaciones) (...). Los hechos son conocimiento de la realidad si son comprendidos como hechos de un todo dialético (não como átomos imutáveis, indivisibles e inderiváveis) (...) Sin la comprensión de que la realidad es totalidad concreta que *se convierte* en estrutura significativa para cada hecho ou conjunto de hechos, el conocimiento de la realidad concreta no pasa de ser algo místico, o la incognoscible cosa en si".

²De acordo com José Paulo Netto (2011, p. 21) para Marx "a teoria é o movimento real do objeto transposto para o cérebro do pesquisador - é o real reproduzido e interpretado, no plano ideal (do pensamento)": ou seja, a teoria (conhecimento teórico) é o próprio conhecimento do objeto de sua "estrutura" e "dinâmica".

analisar e entender a dinâmica das práticas de consumo locais, regionais na vida capitalista contemporânea.

Buscou-se apreender e entender o objeto de pesquisa, ou seja, o alimento fornecido pelo PAA, no bojo da totalidade da sociedade capitalista de consumo que o significa e insere na dinâmica contraditória do capital e da cultura do consumo.

Para isso foram utilizadas técnicas de pesquisa de natureza qualitativa e recursos quantitativos (dados secundários de relatórios técnicos do Programa de Aquisição de Alimentos) significativos da questão em estudo.

Os procedimentos qualitativos usados foram às entrevistas semiestruturadas com as mães e as manipuladoras de alimentos das duas escolas selecionadas para o trabalho de campo e o grupo focal³ com estudantes dessas escolas. E por fim, como técnica complementar foi utilizada a observação *in loco* nas escolas, centros de alimentação e restaurantes de Serra Talhada.

Na etapa de pesquisa Quantitativa

Conforme Richardson (1999, p. 70), a abordagem quantitativa caracteriza-se pelo “emprego da quantificação tanto nas modalidades de coleta de informações, quanto no tratamento delas por meio de técnicas estatísticas, desde as mais simples, como percentual, média, desvio-padrão, às mais complexas, como coeficiente de correlação, análise de regressão”.

Em meio a essa discussão, a técnica utilizada identificou as quantidades de gêneros alimentícios ofertados pelo PAA em kg a fim de examinar e refletir sobre o objeto de pesquisa e assim obter um entendimento do fenômeno em análise.

Os dados secundários coletados referiram-se ao ano de 2013. Neste ano o número de instituições atendidas eram: abrigos, escolas, creches, programas/projetos/centros sociais e assistenciais ligados à criança, ao adolescente, adultos, idosos, pessoas com deficiência, pessoas em situação de dependência química.

³Todos os comentários feitos durante os grupos focais são altamente dependentes do contexto e são contingentes às respostas dos membros do grupo, às contribuições dos outros e à dinâmica daquele grupo particular. Assim como Billing (1991 *apud* BARBOUR, 2009, p.56) aponta, as visões expressas nos grupos focais são altamente específicas e são “indissociáveis da situação que está acontecendo” (BARBOUR, 2009, p.56).

Tais organizações são parte da rede socioassistencial para o atendimento as pessoas em situação de vulnerabilidade social, incluindo-se nela a relacionada com a alimentação saudável nos parâmetros da Política de Segurança Alimentar e Nutricional.

Apesar do número de instituições do PAA, selecionaram-se duas escolas, dentre essas instituições escolares, por seu significado frente a influencia da cultura do consumo no município, em particular em relação à alimentação.

Desde surgimento do programa em tela obtiverem-se vários avanços em relação ao PAA: aumento de recursos, aumento no número de instituições cadastradas, acréscimo de alimentos ofertados bem como aumento na inclusão da produção de agricultores familiares.

Entretanto, em alguns momentos ocorreram interrupções quanto ao recebimento de recursos do Governo Federal o que afetava a liberação, entrega de documentos, relatórios e informações do banco de dados para um sistema informatizado. As informações quantitativas do programa foram solicitadas ao coordenador e à técnica, sendo depois coletados os dados e sistematizados por meio de tabelas apresentadas e relacionadas às análises qualitativas.

O período da coleta de dados da pesquisa foi de março a maio de 2015, incluindo a etapa quantitativa e qualitativa. Os pontos positivos foram à facilidade de acesso junto ao PAA e às escolas (direção, coordenação e professores) para a realização das entrevistas e grupos focais.

Em contraposição, os pontos negativos foram à falta de disponibilidade da maioria das mães para a participação nas entrevistas, visto que a maioria delas trabalhavam em casa e nos comércios da cidade.

Etapa de pesquisa Qualitativa

A abordagem qualitativa da pesquisa, além de ser uma opção do investigador/a, justifica-se, sobretudo, por ser uma forma adequada para entender a natureza de um fenômeno social (RICHARDSON, 2010), ou como explica Antônio Chizzotti (2006, p. 47) ao referir-se ao avanço das ciências que tratam do mundo vivido de homens e de mulheres concretos/as no seu convívio social, os métodos e técnicas qualitativas estão sendo “mais e mais elaboradas para compreender a vida social”, sobretudo quando se tem por perspectiva o estudo da realidade desde uma perspectiva dialética.

O universo de pesquisa foi constituído por uma amostragem não probabilística por tipicidade (GIL, 2008): duas escolas municipais atendidas pelo Programa de Aquisição de Alimentos, cuja escolha não foi aleatória. Deu-se devido a estarem localizadas na área urbana, além de estarem submersas em um contexto mais próximo de massificação de reprodução de hábitos alimentares expressos na dinâmica da sociedade e cultura de consumo, conforme assinalado.

Também integraram esse universo quatro manipuladores de alimentos (duas de cada escola), alunos/as (duas turmas do 5º ano sendo uma de cada escola) e mães (dez mães entrevistadas sendo cinco de cada escola).

Segundo Flick (2009, p. 16) a pesquisa qualitativa está interessada no cotidiano dos sujeitos. Nessa direção, a pesquisa qualitativa “usa o texto como material empírico (ao invés de números) parte da noção da construção social das realidades em estudo, está interessada nas perspectivas dos participantes, em suas práticas do dia a dia e em seu conhecimento cotidiano em relação ao estudo”.

Vale destacar que paralelamente aos contatos feitos aos sujeitos da pesquisa, foram realizadas leituras e estudos bibliográficos que subsidiaram a apreensão e compreensão do objeto de pesquisa.

A escola tipificada com “A” atende alunos/as da 1º série ao 9º ano, sendo uma escola de tempo integral e de referência no município, tendo critérios de aprovação em testes (prova escrita) para inserção. A escola “S” atende alunos/as do pré II ao 5º ano, nas idades de 5 a 12 anos e apresenta rendimento satisfatório no IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica).

Outro fator relevante para a seleção das escolas foi devido à facilidade de acesso aos locais e às coordenadoras, professoras que facilitaram a realização das atividades, salientando que as profissionais avaliavam a importância da pesquisa para os/as alunos/as, família e escolas.

Nesta etapa ainda, foi utilizada a amostragem por acessibilidade ou conveniência na qual Gil (2008) adverte que o/a pesquisador/a seleciona os elementos a que tem acesso, admitindo que estes possam, de alguma forma, representar o universo. Aplica-se este tipo de amostragem em estudos exploratórios ou qualitativos, onde não é requerido elevado nível de precisão.

Após a definição do processo de amostragem foram realizados dois grupos focais nas duas escolas (classificadas como “A” e “S”). As técnicas utilizadas para o alunado foram grupos focais apoiadas por um roteiro previamente construído por

questões abertas. Esta técnica foi escolhida devido a sua utilização por muitos pesquisadores das ciências sociais, popularidade e facilidade segundo várias abordagens, inclusive a perspectiva marxista (DIAS, 2014).

Ainda nessa direção, a aplicação da técnica possibilita a obtenção de dados com certo nível de aprofundamento em um curto período de tempo, devido à exposição de diferentes opiniões pessoais dos participantes sobre o mesmo assunto (WESTPHAL, et.al 1996).

Na realização dos grupos focais foram lançadas questões ao grupo de maneira que, como adverte Minayo (2000), o moderador/a do grupo não pode induzir o grupo, de forma consciente ou não, a partir de seu ponto de vista. Além disso, em muitos casos, o moderador/a precisará ter habilidade para administrar possíveis catarses coletivas.

Depois dos grupos focais com os alunos/as, a pesquisa foi direcionada para os responsáveis em preparar os alimentos e as refeições para o público atendido nas escolas. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas individuais, com os/as responsáveis pelo manuseio e preparo dos alimentos.

Em relação às entrevistas com mães dos/as alunos/as foram marcados antecipadamente os encontros na escola. Ressalta-se que os três momentos foram realizados por meio de um roteiro com perguntas abertas (em anexo) previamente construído.

Para Triviños (1987, p. 146) a entrevista semiestruturada tem como característica questionamentos básicos que são apoiados em teorias e hipóteses que se relacionam ao tema da pesquisa. Os questionamentos dariam frutos a novas hipóteses surgidas a partir das respostas dos informantes. O foco principal seria colocado pelo investigador-entrevistador. Complementa o autor, afirmando que a entrevista semiestruturada “[...] favorece não só a descrição dos fenômenos sociais, mas também sua explicação e a compreensão de sua totalidade [...]” além de manter a presença consciente e atuante do pesquisador no processo de coleta de informações (TRIVIÑOS, 1987, p. 152).

Para os/as participantes das entrevistas semiestruturadas foram questionados sobre a inserção das tecnologias domésticas e as questões de gênero no espaço da cozinha no trato com o alimento. Vale ressaltar que em todos os momentos, antes do início da pesquisa, foram esclarecidos como se daria a pesquisa. Antes foi realizada uma rodada de apresentação, exposição dos objetivos da pesquisa e leitura do Termo de Consentimento Livre Esclarecido. Foi utilizado um gravador para captar

todas as falas, respostas e reflexões. As que depois foram submetidas à transcrição e análise.

Mantiveram-se a expressão original das falas dos/das participantes, com apenas modificações quanto a questões gramaticais, quando necessário para poder compreender as mesmas, a análise das falas iniciaram por aproximação, uma análise do discurso.

A análise do discurso não procura o sentido “verdadeiro”, mas o real do sentido em sua materialidade linguística e histórica (Orlandi, 2001, p. 59). Ainda é necessário saber que o objeto discursivo não é dado, ele supõe um trabalho de analista e para se chegar a ele é preciso, numa primeira etapa de análise, converter a superfície linguística (o corpus bruto), o dado empírico, de um discurso concreto, em um objeto teórico, isto é, um objeto linguisticamente de – superficializado, produzido por uma primeira abordagem analítica que trata criticamente a impressão de “realidade” do pensamento, ilusão que se sobrepõe, palavras, ideias e coisas (ORLANDI, 2001, p. 66).

Essa estratégia de pesquisa, que tem um caráter exploratório e explicativo, nos permitiu o aprofundamento da realidade através de aproximações sucessivas dos processos históricos que constituem o consumo alimentar.

Ao nos defrontar com a realidade, percebe-se que os novos estilos urbanos têm reflexos de maneira particular em cada cidade, inclusive nos municípios interioranos como Serra Talhada (Sertão Pernambucano), que se dá a partir da dinâmica do cotidiano dos/as residentes na cidade, considerando principalmente o trabalho, o processo de urbanização, a introdução de novas sociabilidades que conta com a chegada de pessoas de outros Estados do Brasil devido a oportunidade de trabalho e renda na região.

Esta dissertação está estruturada em três capítulos. O primeiro abordou o consumo alimentar a partir da teoria da sociedade de consumo relacionando ao debate da vida cotidiana, questões de gênero e comensalidade além das tecnologias domésticas.

O capítulo segundo discute acerca do Estado contemporâneo, políticas sociais dentre elas, a Política de Segurança Alimentar e Nutricional e o Programa de Aquisição de Alimentos. E por último o capítulo três debate a sociedade de consumo no Sertão do Pajeú através do Programa de Aquisição de Alimentos no município de Serra Talhada e os/as beneficiários/as das escolas selecionadas.

Vale salientar que essa pesquisa referenciou cuidados e indicadores postos pelo Conselho Nacional de Ética em Pesquisa em Ciências Sociais Aplicadas e Humanas da UFPE⁴ (CECiHu / MCTI) e pela Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012 do Conselho Nacional de Saúde: primeiramente o Termo de Consentimento Livre Esclarecido, ou seja, o “consentimento informado”, além dos aspectos da confidencialidade quando da análise dos dados.

A reflexão sobre a ética não é apenas relevante enquanto você está em campo, nem é simplesmente algo a trabalhar enquanto você prepara a proposta para um comitê de ética ou a comissão de análise de projetos.

A ética deve sim envolver todo o planejamento do estudo, a definição da amostra do público a ser pesquisado bem como a atuação dos/das pesquisadores/as frente às técnicas e os procedimentos de pesquisa, os cuidados com a privacidade e identificação das pessoas envolvidas.

Nesse sentido este trabalho preconiza e respeita os cuidados éticos que devem passar todas as etapas da pesquisa. Daí que os nomes das pessoas entrevistadas e dos grupos focais são nomes fictícios bem como as letras que referenciam as escolas.

Sobretudo o respeito pela “dignidade humana” em acordo com a Resolução nº466, de 12 de dezembro de 2012 (p.3)⁵, na qual a ética da pesquisa implica em: respeito aos/as participantes da pesquisa em sua dignidade e autonomia, reconhecendo sua vulnerabilidade, assegurando sua vontade de contribuir, permanecer, ou não, na pesquisa, por intermédio de manifestação, livre e esclarecida [...](em anexo).

Ressalta-se que o Comitê de Ética da UFRPE está em fase de implantação na instituição para a pesquisa com seres humanos na área de ciências humanas, sociais e sociais aplicada, no período da construção deste trabalho.

Entretanto, este estudo referenciou os pontos salientados pelo Comitê de Ética da UFPE incluindo primeiramente “o consentimento informado” que

⁴Ressalta-se que o Comitê de Ética da UFRPE está em fase de implantação na instituição para a pesquisa com seres humanos na área de ciências humanas, sociais e sociais aplicada, no período da construção deste trabalho.

⁵Fonte: <<http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>> Acesso: 19 de janeiro, 2015 às 12h38min.

significa que ninguém deve se envolver na pesquisa como participante sem saber e sem ter a oportunidade de se recusar” Flick (2009, p.95). Esta etapa se deu via termo de consentimento livre esclarecido.

Além disso, considerou-se por meio das técnicas de pesquisas grupo focal (escolares) e entrevistas (mães) junto ao público pesquisado foram à confidencialidade quando da análise dos dados “é como manter o anonimato e a privacidade de seus participantes de pesquisa” (FLICK, 2009, p. 103).

Em relação aos procedimentos metodológicos a presente proposta de pesquisa se baseou na abordagem materialista histórico-dialética os componentes singulares e particulares da realidade empírica ganham significado na totalidade concreta e sua dinâmica contraditória.

Apreendidos na perspectiva da totalidade, tais componentes deixam de ser apenas elementos ou fenômenos empíricos inexpressivos da realidade, revelando as múltiplas relações e mediações que constituem a totalidade concreta.

A partir disso, esta dissertação teve a totalidade como categoria fundamental para apreender e entender a realidade deste estudo, sendo ela própria um momento de aproximação com os complexos fenômenos sociais do cotidiano.

Dentro desse contexto, as práticas alimentares são elementos importantes para pensar o cotidiano, revelando aspectos da comensalidade dos indivíduos para analisar e entender a dinâmica da vida capitalista, compreendendo o que alguns/as autores/as chamam de sociedade de consumo. Sua abordagem requereu, portanto, sustentar-se na totalidade social, apreendida, entre outras, para efeitos da pesquisa, mediante a análise crítica da revisão bibliográfica.

Totalidade, esta que deu sentido as particularidades em que se materializa no contexto da sociedade de consumo. Além das singularidades que se expressam no cotidiano vivido diferentemente, uma vez que, as vivências também são construídas de maneira diferenciada.

Tendo em vista, o referencial teórico construído, os objetivos desta pesquisa referiu-se verificar o consumo alimentar dos/as beneficiários/as do Programa de Aquisição de Alimentos a partir do cotidiano da dinâmica das escolas (merenda escolar) e dos lares/residências (alimentação em casa),

analisar influência das mães dos/as alunos/as no consumo alimentar e por fim as tecnologias domésticas e as relações de gênero presentes na cozinha das instituições atendidas pelo programa supracitado.

Antes do início da entrevista era lido o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (em anexo), para que fossem explicados os objetivos da pesquisa e assinado pelas/o participantes. Estas/este foram identificadas/o a partir de letras e nomes fictícios, sendo para as escolas:

- Escola A: Manipuladoras – Maria e Mariza; alunas – Maria e Cecília; mães – Gabriela e Selene;
- Escola S: Manipuladoras – Vera e Vivi; aluna/o – Larissa e Paulo; Mães – Ingrid e Ana.

Todos/as os/as sujeitos da pesquisa se submeteram, ninguém recusou fazer as entrevistas e todas cumpriram a formalidade do consentimento neste trabalho.

Para a concretização dos objetivos sinalizados acima, foram utilizados técnicas e instrumentos de pesquisa de natureza quantitativa (dados secundários extraídos de relatórios técnicos do Programa de Aquisição de Alimentos) e qualitativa (entrevistas semiestruturadas⁶ com as mães dos/as alunos/as) e com os/as manipuladores de alimentos e por último, grupos focais com os/as estudantes das escolas selecionadas.

A estratégia de pesquisa utilizada foi qualitativa e quantitativa buscando reunir amplas fontes de informação para o estudo da realidade acerca do alimento fornecido pelo Programa de Aquisição de Alimentos, objeto desta pesquisa.

Os dados qualitativos foram obtidos através de entrevistas semiestruturadas e grupos focais. Em relação aos quantitativos foram priorizados na primeira etapa do trabalho, para aspectos relacionados aos gêneros alimentícios: quantidades de alimentos ofertados às instituições cadastradas pelo programa assim como os tipos e diversidades de alimentos.

Posteriormente, seguiu-se para o levantamento dos dados qualitativos, visando analisar e aprofundar as relações que perpassaram o cotidiano a que

⁶“Na qual se utilizou um desenho flexível, interativo e contínuo” (RUBIN e RUBIN *apud* FLICK, 2009, p.107). A qual consistiu na adaptação e seleção dos entrevistados e, por vezes das perguntas (FLICK, 2009, p.107).

nos referíamos às especificidades da alimentação, as relações com a política pública de segurança alimentar e nutricional e a cultura e sociedade do consumo, expressão esta, tão latente na contemporaneidade.

Ao final da pesquisa, os desafios teórico-metodológicos permitiram em um primeiro momento à aproximação a realidade apreendendo e compreendendo, por aproximações sucessivas, as manifestações do real, suas relações e contradições na singularidade e particularidades da cotidianidade, incluindo ainda, as mediações no campo alimentar que proporcionou o entendimento da perspectiva de totalidade, ideia tão inovadora nos estudos sobre o consumo alimentar. Como técnica complementar foi utilizada a observação *in loco*.

I- O consumo alimentar na dinâmica da sociedade de consumo contemporânea⁷

Na dinâmica do capitalismo tardio⁸, da mundialização do capital e das novas demandas têm sido geradas pelo modo de vida moderno urbano-industrial, o qual tem penetrado cada vez mais com a expansão globalizada dos mercados atingindo também as cidades e a vida interiorana a exemplo do que ocorre no Brasil. O consumo alimentar é uma das expressões deste processo o qual integra-se à dinâmica das relações sociais capitalistas na sociedade que assume em sua forma contemporânea, a caracterização da chamada por alguns/as de sociedade de consumo (BAUDRILLARD (2010); BARBOSA, CAMPBELL 2006).

Essa dinâmica impõe novas práticas de consumo, também no que diz respeito à produção de alimentos (industrializados) e ao consumo alimentar, uma vez que, nesse processo histórico impõem-se mudanças no cotidiano⁹ do trabalho produtivo e reprodutivo, na esfera familiar e, para nosso caso, nos rebatimentos da comensalidade alimentar, tanto nos setores urbanos como rurais.

O mundo do trabalho e das relações sociais do cotidiano urbano engendra mudanças na alimentação das famílias, entre elas as da classe trabalhadora dos diferentes setores da economia, atingindo em particular as crianças e adolescentes de ambos os sexos; sobretudo das famílias urbanas

⁷Vários são os autores que trazem a discussão acerca da dita sociedade de consumo. Consultar Jean Baudrillard (2010), Mike Featherstone (1995), Dom Slater (2001), Zygmunt Bauman (2008), Grant McCracken (2003), Mary Douglas e Isherwood Baron (2004), Livia Barbosa e Colin Campbell (2006), Richard Sennett (2006), Maria Lucia Bueno; Luiz Octávio de Lima Camargo (2008).

⁸Como explica Ernest Mandel (1982, p.340) “O capitalismo tardio caracteriza-se por dificuldades crescentes de valorização do capital (supercapitalização, superacumulação). O Estado resolve essas dificuldades, ao menos em parte, proporcionando oportunidades adicionais, numa escala sem precedentes, para investimentos “lucrativos” desse capital na indústria de armamentos, na “indústria de proteção ao meio ambiente”, na “ajuda” a países estrangeiros, e obras de infraestrutura (onde “lucrativo” significa tornado lucrativo por meio da garantia ou subsídio do Estado)”.

⁹Para este trabalho entende-se por cotidiano apoiando-se na conceituação de Maria Esther Bueno Dias (1982, p. 96) como um *lócus* dialético. O cotidiano é, assim, sempre necessariamente dialético, apresentando aos homens[e as mulheres] os dilemas e os conflitos gerados vivenciados através das relações sociais de produção, todavia “é certo que a maioria dos homens se perde no cotidiano, nas repetições, na rotina e no automatismo dos dias que se sucedem sem esperança. Mas, também, poderão nele encontrar seu caminho em busca da desalienação, processo dialético que exclui o mito e a metafísica” (DIAS, 1982, p. 96).

dos estratos médios da classe trabalhadora ou classes subalternas em que as refeições são feitas cada vez menos em casa e sim, em restaurantes, padarias e lanchonetes, quando não nas escolas (urbanas e rurais) com sua merenda escolar garantida.

Esse novo padrão de consumo de alimentos exige também uma outra logística do setor de distribuição, de transporte e armazenamento, dominado, nas médias e grandes cidades, pelas extensas cadeias de supermercados que, por sua vez, também jogam um papel importante nas estratégias de publicidade e marketing das empresas produtoras de alimentos. As mudanças que vemos nesse setor não se restringem apenas a impor prazos e formas de entrega dos produtos aos elos anteriores da cadeia (agricultura e indústria alimentar), mas também condicionam os próprios processos de fabricação dos produtos. Estes deverão ter uma maior vida de prateleira, ser capazes de suportar grandes deslocamentos, ter mais serviços agregados, ser diferenciados para cada classe social etc. (SILIPRANDI, 2004, p. 06).

No contexto da sociedade urbana¹⁰ esses reflexos são ainda mais visíveis à imersão do consumo alimentar da refeição pronta sob a forma capitalista da mercadoria, diferentemente da refeição preparada no espaço doméstico familiar pela mãe-dona-de-casa ou pela empregada doméstica.

Câmara Cascudo (2004) argumenta sobre fatores negativos para a “deseducação” da população frente às refeições que, por exemplo, mostra um certo “desprezo” da refeição realizada em casa. Ou seja, nota-se uma valorização do alimento comercializado fora de casa e um distanciamento da alimentação regada a pratos regionais e locais que resgatam parte da cultura local do povo.

Nesse sentido, a formação da sociabilidade capitalista, marcada pelo desenvolvimento do processo da urbanização¹¹, desenvolve-se refletido num discurso ideológico hegemônico, a exemplo disso, podemos citar a imposição de novas práticas alimentares.

¹⁰Segundo Manuel Castells (1983, p. 127) quando falamos de “sociedade urbana”, não se trata nunca da simples constatação de uma forma espacial. A “sociedade urbana”, no sentido antropológico do termo, quer dizer um certo sistema de valores, normas e relações sociais possuindo uma especificidade histórica e uma lógica própria de organização e de transformação. Dito isto, o qualificativo de “urbano”, agregado à forma cultural assim definida, não é inocente.

¹¹A ideologia urbana refere-se aos modos e formas de organização social de uma dada fase da sociedade que está relacionada às condições que incluem as questões técnico-naturais e que são fundamentais para a existência da vida (CASTELLS, 1983).

O processo da urbanização seria uma condensação dos processos sociais e espaciais que haviam permitido ao capitalismo se manter e reproduzir suas relações essenciais de produção e a própria sobrevivência do capitalismo estaria baseada na criação de um espaço social crescentemente abrangente, instrumental e mistificado (LEFEBVRE, 1999, *Apud* LIMONAD 1999 p. 72).

A urbanização na sociedade de consumo ou capitalista contemporânea avança marcada por novos estilos de vida e sociabilidade no cenário das cidades grandes, medianas e pequenas (interiores, urbanas¹²), ao mesmo tempo ocorre o aumento das desigualdades sociais e da pobreza gerada pelo desenvolvimento contraditório do modo de produção capitalista.

Analisando o processo de urbanização no Brasil, constata-se que, se por um lado provocou algumas transformações que podem ser consideradas como avanços, por que são típicas deste processo em várias partes do mundo (tendência a uma diminuição da taxa de mortalidade e crescimento da esperança de vida), por outro, destaca-se que, em grande parte, viver mais significa “sofrer as agruras de uma sociedade injusta e uma vida sem qualidade, submetidas a pressões e violências de todo tipo” (CASEMIRO, VALLA, GUIMARÃES *Apud* PÁDUA, 2010, p. 2087).

No contexto urbano, com seu forte apelo ao consumo em que a aquisição de alimentos se dá prioritariamente a partir de relações mercantis (CASEMIRO; VALLA; GUIMARÃES, 2010, p. 2087) significa que o alimento no contexto do desenvolvimento das cidades e o êxodo do campo para as cidades tem afastado grande parte da população do processo produtivo de alimentos e o consumo desses alimentos passa a ser acessado na forma de mercadoria.

Este, o alimento¹³, no capitalismo tardio passa por uma transformação da sua forma *in natura* para uma forma cada vez mais industrializada e/ou processada.

¹²Entendem-se aqui as cidades urbanas como *lócus*, espaço, de reprodução da força de trabalho, da troca e do consumo (LIMONAD, 1999, p. 74). Igualmente as cidades interioranas e os próprios e/ou os povoados rurais

¹³É preciso frisar que no feudalismo e mercantilismo, o alimento embora comercializado de alguma maneira, não são comparadas as formas capitalistas do atual estágio do capital contemporâneo, uma vez que, no feudalismo a produção de alimentos estava voltada para o autoconsumo (raramente a comercialização, visava-se a complementação alimentar) e no mercantilismo as trocas de alimentos ocorriam na busca de outros produtos úteis para a vida social.

Uma relação social definida, estabelecida entre homens, assume a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas. (...) É o que acontece com os produtos da mão humana, no mundo das mercadorias. Chamo a isto de fetichismo, que está sempre grudado aos produtos do trabalho, quando são gerados como mercadorias (MARX, 1980, p. 81).

As ideias de Marx traduzem que a negação da existência da relação social do trabalho humano frente ao produto significa tornar este em uma relação material, ou seja, uma mercadoria.

Obscurecer as relações sociais que se expressam nos componentes materiais da riqueza, autonomizando-os enquanto propriedade das coisas é cair nas armadilhas da mistificação, o que se refrata hoje em muitas análises sobre o trabalho na sociedade burguesa. Aliás, esse foi o embaraço da economia política clássica: os economistas aprisionavam sua análise na ótica do valor de uso — ou da forma técnico-material do processo de trabalho — incapazes de compreender a forma social da riqueza, isto é, a natureza do valor de troca e os fetichismos que a acompanham (cf. Marx, 1985b, cap. 48, t. III, v. V). Razão pela qual não captavam o caráter específico do trabalho e da riqueza na sociedade do capital, pois os apresentavam como riqueza em geral, destituída de sua historicidade, “como se o valor de troca fosse mero cerimonial”, já anotara Marx (IAMAMOTO, 2007, p. 56).

A penetração das relações capitalistas no alimento condiciona à emergência de um paradoxo que existe na preservação de hábitos alimentares saudáveis que cultivam uma cultura regional/local, ao mesmo tempo em que, as mudanças no mundo do trabalho e dos novos estilos de vida levam aos comensais ter práticas alimentares que colocam em risco a segurança alimentar e nutricional¹⁴ das famílias.

Diante das discussões acima, fica claro que, o alimento sob forma de mercadoria tende a diminuir o acesso à população, além disso, apresenta-se perante novos formatos e características que marcam a lógica da comensalidade hodierna, distanciando-se da produção alimentar para subsistência, autoconsumo e trocas alimentares.

¹⁴A segurança alimentar e nutricional será objeto de estudo e análise no capítulo II desta dissertação.

Na atualidade, os saberes e práticas relacionadas aos processos de produção e transformação dos alimentos foram deslocados em grande medida para o âmbito da indústria. Neste contexto, o processamento relacionado à alimentação moderna transformou, especialmente o consumidor urbano, em um alienado dos processos de produção e elaboração dos alimentos, aquilo que alguns autores têm denominado como “consumidor puro” (KRONE, 2011, p. 72).

Em um estudo¹⁵ sobre “Autoconsumo e segurança alimentar: a agricultura familiar a partir dos saberes e práticas da alimentação” publicado na Revista de Nutrição, Menasche, Marques, Zanettil (2008, p. 150-151) aponta que:

a produção de alimentos voltada ao autoconsumo tende, a garantir a segurança alimentar daquela gente, uma vez que, estando enraizada na história vivida pelas famílias e pela comunidade, tem por atributos a diversidade, a qualidade e a disponibilidade durante todo o ano. Ao menos assim parecem entender os moradores do lugar, que, a exemplo da agricultora cujo trecho de depoimento é reproduzido a seguir, consideram-se saudáveis por terem uma alimentação saudável: “Tive sete filhos em casa e, até hoje, nenhum deles ficou doente. Isso tudo porque sempre comeram bem e bastante. E não comiam porcarias, como esses salgadinhos e guaranás [...]”. Quando indagados sobre como era, antigamente, a produção voltada ao autoconsumo, os agricultores e agricultoras de Jacarezinho afirmam que havia uma maior fartura de alimentos, do mesmo modo que constatado por Brandão, em um clássico estudo sobre o campesinato goiano, que evidencia que os agricultores faziam referência ao passado como época de fartura, quando a terra era mais produtiva e os alimentos abundantes e diversos.

O alimento¹⁶ transformado em comida carrega um forte aspecto cultural, os/as brasileiros/as têm uma cultura alimentar bem diversificada e rica em

¹⁵Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rn/v21s0/13.pdf>> Acesso de 29 de Junho de 2015.

¹⁶Os alimentos são sempre ingeridos sob alguma forma culturalizada. Isso significa que os alimentos são sempre manipulados e preparados a partir de uma determinada técnica de cocção, apresentados sob uma forma específica e ingeridos em determinados horários e circunstâncias, na companhia de certas pessoas. Hábitos alimentares implicam o conhecimento da comida e das atitudes em relação a ela e não a classe de alimentos consumidos por uma população. E comida significa o que, o como, o quando, o com quem, o onde e de que maneira os alimentos selecionados por um determinado grupo humano são ingeridos. Assim, considera-se comida todo o processo de transformação do alimento – conjunto de nutrientes necessários à reprodução física da vida humana – naquilo que se come sob uma forma específica; aquilo de que se gosta ou se detesta e que é um elemento básico da reprodução social de qualquer grupo humano, como bem nos lembra Lévi-Strauss (BARBOSA, 2007, p. 97). Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ha/v13n28/a05v1328.pdf>> Acesso em 05 de julho de 2015.

nutrientes, mas substitui por uma cultura de comidas¹⁷ diferentes, rápidas, prontas e cheias de gorduras.

As comidas têm histórias sociais, econômicas e simbólicas complexas, diz Sidney Wilfred Mintz (2001), e o gosto do ser humano pelas substâncias não é inato, forjando-se no tempo e entre os interesses econômicos, os poderes políticos, as necessidades nutricionais e os significados culturais (CANESQUI; GARCIA, 2005, p. 10).

Vale ressaltar que este estudo entende a cultura, a partir do que Mike Featherstone (1995) e outros autores ligados às questões do consumo afirmam acerca da cultura do consumo. Entendo esta, como a cultura pós-moderna, à qual Jameson (1996) chama de “cultura de capitalismo tardio” por ter se dado após a II Guerra Mundial.

Percebe-se que nessa cultura pós-moderna, os signos, significados e mensagens são incorporados como traços da cultura, fazendo parte da vida social das pessoas. Isso remonta análises e visões colonialistas e conservadoras que naturalizam os fenômenos sociais como algo inerente ao processo humano, casual e não histórico.

A dinâmica posta pelo modo de produção capitalista determina as relações de trabalho, produzindo fortes rebatimentos na sociabilidade humana e na cultura, algo que se torna evidente nas sociedades contemporâneas.

Exemplo disto, para esta dissertação, são os novos padrões alimentares engendrados pela sociedade de consumo. Não é por acaso, que há uma ingestão no mercado de novidades de produtos e marcas que passam a influenciar novas escolhas alimentares junto à população.

O predomínio dos alimentos industrializados tem tido como consequência várias doenças relacionadas com a “modernidade”; o excesso de consumo de gorduras, a contaminação por agrotóxicos, o aumento de doenças, como a obesidade e a hipertensão, também são imputados, em parte, aos maus hábitos alimentares. Para uma parte da população, entretanto, os problemas são principalmente derivados da falta de acesso à alimentação necessária para a sua sobrevivência, em termos seja de quantidade, seja de qualidade. Esse quadro faz com que aumentem, cada vez mais, as estatísticas da fome e da desnutrição (SILIPRANDI, 2004, p. 06).

¹⁷A comida foi e ainda é um capítulo vital na história do capitalismo. Muito antes dos dias de hoje, o capitalismo procurou por toda parte transformar os antigos desejos por novos meios (CANESQUI; GARCIA, 2005, p. 10).

Frente a esse cenário, aumenta o número de doenças associadas ao sobrepeso, obesidade como consequências de uma dieta afluente baseada na ingestão de alimentos ricos em gorduras, açúcares e sódio com preocupante aumento do consumo de bebidas adoçadas, refeições prontas; sem esquecer o uso de agrotóxicos.

(...) a década de 1990 é marcada por uma desconfiança dos consumidores em relação aos efeitos do açúcar, da gordura e dos colorantes e conservantes sobre a saúde humana. A alimentação fora do domicílio se torna frequente, sendo marcada pelo individualismo, a rapidez do consumo e o nomadismo (CHEUNG; BATALHA, 2009, p.05).

O consumo alimentar contemporâneo marcado pela globalização, alimentar¹⁸ bem como estratégias da mídia para a comercialização dos gêneros alimentícios revelam uma carência de nutrientes para a alimentação dos indivíduos.

A estandardização de certas instâncias das práticas e do comportamento alimentar facilitam as mudanças na alimentação que vão sendo incorporadas como parte do modo de vida, como consequência deste. Pressionadas pelo poder aquisitivo, pela publicidade e praticidade, as práticas alimentares vão se tornando permeáveis a mudanças, representadas pela incorporação de novos alimentos, formas de preparo, compra e consumo (GARCIA, 2003, p. 485).

Outro fator relevante a ser destacado é a condição socioeconômica que se apresenta como um dos determinantes para o consumo alimentar. A relação entre a renda e o consumo de determinados alimentos também influencia as escolhas.

¹⁸É importante observarmos que há dois processos que se desenvolvem concomitantemente: o de globalização (que tem um peso maior na economia, na produção, no mercado) e o de mundialização (que envolve mais os modos de vida, comportamentos, culturas, consumos). Ambos têm em comum a tendência pela homogeneização (ORTIGOZA, 1997, p. 01). Disponível em: <<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal8/Geografiasocioeconomica/Geografiaurbana/15.pdf>> Acesso em 15 de julho de 2015.

Uma pesquisa¹⁹ realizada sobre o consumo alimentar e o perfil socioeconômico com escolas do município de Serra Talhada, localizado no Sertão Pernambucano, mostrou que os produtos industrializados consumidos pelo menos uma vez por semana, revelam motivações como status social, distinção como o fato de permitir que crianças consumam e comprem alimentos industrializadas sem a preocupação da composição nutricional dos mesmos.

Em contraposição é inegável perceber que os alimentos estão associados também às emoções e satisfações e até merecimento conforme Daniel Miller argumenta nos seus estudos. No caso das mães, por exemplo, percebe-se que o consumo de objetos, artefatos em geral e também de alimentos pode está relacionado ao amor, afetividade, embora, muitas vezes, haja uma restrição econômica, tal como analisou Miller (2002).

Esse estudo ainda revelou que os alimentos regionais como a farinha de mandioca, a rapadura e os tubérculos como: macaxeira, inhame e batata doce estão entre os menos consumidos ou ausentes no prato destes sertanejos/as. Tal fato é preocupante, pois alimentos industrializados estão ocupando o lugar no cardápio dos/das sertanejos/as, estabelecendo além de uma deficiência de nutrientes, uma desvalorização da sua cultura alimentar, história e produção.

Essa pesquisa ratifica ainda que famílias nas quais apresentam uma condição socioeconômica desfavorável sofrem ainda mais as consequências desse processo, pois devido à ausência quase total de renda ou de informações/orientações sobre alimentos saudáveis ficam mais vulneráveis ao consumo de alimentos menos saudáveis, mas com melhor preço para seus escassos recursos monetários. A exemplo disto pode citar o consumo de mortadelas, salsichas, carne de charque mais gordurosa, margarinas polissaturadas, etc, e dessa forma também mais afetadas por doenças crônicas, obesidade²⁰, desnutrição, diabetes, hipertensão dentre outras.

¹⁹Essa pesquisa foi apresentada no VII Encontro de Estudos de Consumo- ENEC, PUC – Rio no dia 24 de setembro de 2014, no Grupo de Trabalho Tendências de Consumo Alimentar cujos autores são SILVA, Sílvia Sibeles da Mota e, PLÁCIDA, Nilvânia Nunes, DUQUE – ARRAZOLA, Laura Susana e PAULO, Felipe Luiz Lima de.

²⁰É interessante salientar que a obesidade tende, ainda, a ser um fenômeno presente na zona urbana em detrimento da área rural em todas as regiões brasileiras. (FERREIRA; MAGALHÃES, 2005, p. 1793). Essa dinâmica é acelerada devido ao processo de urbanização

Tais patologias são resultantes em graus significativos das práticas alimentares imersas no contexto da sociedade de consumo e não raros, rebatimentos na saúde pública e segurança alimentar e nutricional da população.

Uma pesquisa dos Estados Unidos (NEUMARK - SZTAINER, DIANNE; STORY, *et al*, 2002) mostrou associação positiva entre a condição socioeconômica e qualidade da dieta: quanto mais baixo o estrato socioeconômico, maior o consumo de gordura total, saturada e menor adequação de cálcio, de frutas e verduras.

Apesar dos contrastes econômico e sociocultural entre países pobres e ricos, as tendências observadas através de estudos epidemiológicos sobre consumo alimentar, assinalam a reprodução de características similares, ou seja, o padrão alimentar antes característico dos países desenvolvidos é atualmente uma preocupação também dos países em desenvolvimento. Esta constatação foi produto de uma reunião de especialistas em Dieta, Nutrição e Enfermidades não Transmissíveis da Organização Mundial da Saúde, que aconteceu em Genebra em 1989. Isto leva a supor a existência de pressões condicionantes destas tendências (GARCIA, 2003, p. 484).

Dentro desse contexto, constata-se que o acesso e o consumo a determinados alimentos no cenário capitalista que traz a tona à padronização alimentar para grande parcela de comensais brasileiros/as - inclusive na vida dos/das nordestinos/as, apesar de exibirem fortes características regionais na culinária e gastronomia local, seja no âmbito urbano ou rural -, com seus significados simbólico²¹ quanto à distinção social entre diferentes classes sociais.

Há estudos que mostram, ainda, que a padronização do modelo alimentar tem levado a um afrouxamento dos laços de solidariedade social e comunitária, uma vez que as culturas alimentares específicas de cada região – que são um dos elementos de coesão social de uma comunidade – passam a ser substituídas por uma cultura [“*estrangeira*”] homogeneizadora (SILIPRANDI, 2004, p. 06).

em voga nas cidades brasileiras, desmembrando-se em novas sociabilidades e culturas alimentares.

²¹Bourdieu (2004) apresenta grandes contribuições na esfera de análises quanto às práticas sociais de consumo, simbologias signos, porém suas discussões não são ampliadas para as contradições do modelo de reprodução capitalista.

Pôde-se ser observado durante a pesquisa de campo desta dissertação²² quando a merenda escolar que (refeições regionais) são servidas, ex.: macaxeira com bode, cuscuz com ovo) que eram servidos aos alunos/as das escolas pesquisadas, observou-se com isso que os/as estudantes apresentavam maior interação, ultrapassando inclusive o período do recreio, sempre lembrado pelo sinal e pela chamada da professora que dizia: o intervalo acabou.

Quando eram oferecidos lanches (biscoito, bolo ou bolacha com suco) aos alunos/as as inter-relações entre eles eram mais rápidas o que ocasionava uma finalização antecipada do intervalo, levando-os/as logo para sala de aula.

Tal dinâmica alimentar na escola já aponta mudanças que apresentam reflexos na socialização, relações sociais, afetividade dos/as alunos/as, podendo ser um indicativo dessa comensalidade mais industrial que já vem afetando a vida das famílias, inclusive as do interior. Jameson (1996) chama de esmaecimento do afeto, ou seja, significa que as vivências do cotidiano estão pautadas por forte individualismo do sujeito.

Ainda notou-se que os/as alunos/as que trazem lanches (salgadinhos, biscoitos recheado, pipocas, bombons, chocolates) ficam mais distantes dos coleguinhas para não dividir; constatando olhares e atitudes egoístas.

Como nas duas escolas que participaram da pesquisa grande parte dos alunos/as estão em situação de vulnerabilidade social, o acesso ao alimento industrializado tem um significado de status e distinção, ou seja, a valorização simbólica, signos e significados cada vez mais presentes na atual dinâmica do capital em várias facetas da vida social, inclusive alimentar.

O acesso a determinados alimentos de caráter industrial, apresenta-se no cotidiano por meio das relações sociais, muitas vezes, com indicador de condição econômica indo além da “natural” prática de consumo.

Deste modo, os grupos humanos possuem hábitos alimentares distintos, valorizando de forma diferenciada os alimentos disponíveis. Então, ingerir alimentos não envolve apenas a função nutritiva, mas também questões de fundo cultural. Os alimentos “refletem uma forma de conceber o mundo e servem, por exemplo, para coesionar um grupo e diferenciar-se dos demais” (CANTARERO, 2002, p. 153).

²²As reflexões acima refere-se às observações *in loco* nas escolas pesquisadas.

Diante do exposto, essas expressões da comensalidade alimentar na realidade atual estão inseridas no modelo de sociedade contemporânea no qual destaca o consumo como uma das características mais marcantes para compreender a sociedade de consumo.

Para Jean Baudrillard (2010, p.56) a sociedade de consumo no seu conjunto resulta do “compromisso entre princípios democráticos e igualitários que conseguem aguentar-se com o mito da abundância e do bem-estar”.

De acordo com Grant McCracken (2003) os/as consumidores/as adquirem hábitos alimentares que expressam categorias e princípios culturais como cultivar ideias, criar e sustentar estilos de vida, construir noções de si e sobreviver a mudanças sociais.

Mike Featherstone (1995, p. 119) ressalta que na cultura do consumo o acesso aos diferentes campos pretende ser limitado, pois o seu valor está na distinção e não na sua popularização. O que passa a ser do acesso de todos, ou de um grande número, já não destaca ninguém.

Richard Sennett (2006) no seu livro “Cultura de Consumo no novo capitalismo” elenca alguns pontos fundamentais para pensar a sociedade de consumo, sendo alguns deles a valorização pela novidade, aquisição de bens e produtos novos, desapego as coisas antigas; mesmo que ainda próprios para o uso e descartabilidade dos produtos e o curto prazo de durabilidade, ou seja, o fenômeno da obsolescência.

As discussões dos/as autores/as apresentados acima da teoria da sociedade de consumo indica admitir que “o consumo está preenchendo, entre nós, uma função acima e além daquela da satisfação de necessidades materiais e de reprodução social comum a todos os demais grupos sociais” (COSTA, 2009, p. 132).

A partir de outro viés, todavia corroborando com um novo olhar sobre a teoria do consumo (ZACARIAS, 2013, p. 107-108) afirma que “a sociedade contemporânea é menos uma sociedade de consumo e mais uma sociedade ideologizada pelo consumo. Uma vez que uma parcela muito pequena da humanidade tem acesso à chamada ‘sociedade consumo’”.

Esta reflexão trazida pela autora reflete um olhar mais aguçado diante do atual estágio e desenvolvimento do capitalismo, corroborando sob o ponto

de vista marxista, as investidas e estratégias do capital diante das possibilidades de apropriação e reprodução do modelo capitalista.

Nas perspectivas expostas acima, considera-se que o cerne da sociedade capitalista concentra-se no consumo e não na produção. Isto contraria as ideias que Marx apresenta nos seus estudos, em que aponta a produção como elemento central para o desenvolvimento do capital.

Todavia, para Karl Marx (*Introdução geral à crítica da economia política.*, 1857) existe uma dialética relação entre produção-distribuição-troca-consumo, que é entendida por ele como a produção em geral, apreendida por ele nas condições históricas e do desenvolvimento capitalista de sua época, pois ainda não estava configurada como tal a cultura do consumo.

Entretanto, na sociedade contemporânea baseada pelo capitalismo tardio, e que é parte da sociedade de consumo confirma, aprofunda e apresenta novos elementos importantes para pensar e entender a sociedade capitalista na contemporaneidade a partir da ótica marxista.

Enquanto Marx e os frankfurtianos tratavam da formação da lógica da sociedade industrial e suas consequências para o homem, Baudrillard, considerado um pós-marxista, tratará diretamente da sociedade de consumo. Na realidade, ele declara o fim da produção como princípio organizador da sociedade – modelo calcado no sistema industrial de produção de massa, fordista, inaugurado no início do século - e, no seu lugar, considera que os problemas de motivação e promoção do consumo encontram-se em primeiro plano (MANCEBO *et al.*, 2002, p. 326).

Frente a esse processo, a ideologia neoliberal revela mudanças no processo de acumulação capitalista que são percebidas através do consumo conspícuo e suntuoso da sociedade capitalista contemporânea, trazendo desdobramentos em várias facetas da vida social, dentre elas as práticas alimentares dos/das comensais brasileiros/as.

Nesta perspectiva, fica evidente que, o consumo alimentar está alicerçado em bases rentáveis para o capital; seja comercial, agrário, industrial e financeiro, uma vez que, num contexto que quase tudo é mercantilizado o direito alimentar fica restrito para os que podem pagar para consumir. Por último, a mercantilização do alimento não considera algo que é basilar do ser humano: a promoção da existência humana.

1.1 A vida cotidiana e a comensalidade²³

A vida cotidiana, enquanto categoria de análise, durante muito tempo foi negada como fonte de conhecimento e reflexão por parte de muitos estudiosos. Segundo a crítica de George Lukács (2002, p. 16):

(...) desprecian a menudo esta zona intermédia, concreta, aquella em que se encuentra el nexo real, considerandola como um mundo de mera empiria que, em quanto tal, no es digno de uma análise científico em profundidad destinado a examinar las constituciones internas” Pero cuando se relaciona con la mirada puesta en la realidad, resulta, por el contrario, que solamente através de la mediación de una esfera tal pueden ser comprendidas científicamente las interrelaciones entre el mundo económico-social y la vida humana.

Por entender a vida cotidiana “*no centro do acontecer histórico*” (Agnes Heller, 2002, p. 20) sendo modificada por essa história, mas também modificando as relações sociais, consideramos indispensável conhecê-la e desvelá-la no bojo do processo histórico das sociedades capitalistas contemporâneas. Contudo, como explica Agnes Heller, sua modificação das relações sociais depende da *consciência* dos homens e mulheres inseridos/as nela²⁴.

Assim, a vida cotidiana, insere-se na história, modifica-se e modifica as relações sociais. Entretanto, a direção destas modificações depende estritamente da consciência que os homens portam de sua “essência” e dos valores presentes ou não, no seu desenvolvimento (NETTO; FALCÃO, 1989).

²³Comensalidade deriva do latim “*mensa*” que significa conviver à mesa e isto envolve não somente o padrão alimentar ou o quê se come mas, principalmente, como se come. Assim, a comensalidade deixou de ser considerada como uma consequência de fenômenos biológicos ou ecológicos para tornar-se um dos fatores estruturantes da organização social. A alimentação revela a estrutura da vida cotidiana, do seu núcleo mais íntimo e mais compartilhado. A sociabilidade manifesta-se sempre na comida compartilhada (MOREIRA, 2010, p.23).

²⁴Retomando a Agnes Heller, Maria do Carmo Falcão (*apud*, 1989, p 28), explicita “... a direção dessas modificações depende estritamente da consciência que os homens portam de sua “essência” e dos valores presentes ou não a seu desenvolvimento”, Ver a crítica de José Paulo Netto, *Para a crítica da vida cotidiana* (1989) ao modismo e riscos que o estudo da vida cotidiana representa, no caso, para o Serviço Social, dada a singularidade dos indivíduos, o espontaneísmo e pragmatismo que caracteriza a vida cotidiana. Para Netto o tratamento consequente da vida cotidiana e de superação de sua facticidade é a incorporação da postura teórica - metodológica inaugurada pela obra marxiana recuperando da filosofia clássica alemã o método dialético formulado por Hegel “e instaurando como operação fundamental a análise histórico-sistemática dos processos sociais. Nela a categoria totalidade é central.

De acordó com José Paulo Netto; Maria do Carmo Falcão (1989) a vida cotidiana, faz algum tempo, é sobretudo o centro de atenção do Estado e da produção capitalista de bens de consumo. Nesta perspectiva, entende-se que o cotidiano não é apenas um espaço de reprodução das insignificâncias da vida, das relações interpessoais; mas é também e a partir dele, que se reproduzem as relações sociais, as relações da produção social capitalista, e no caso contemporâneo; da sociedade de consumo, que é fonte “inesgotável” do capital.

Ainda nesse caminho, as contradições do desenvolvimento capitalista, a rotina do cotidiano, bem como as possibilidades de mudança e transformação, aparecem de modo mais rico também nas análises de Henri Lefebvre (1958; 1957;1965a; 1972).

Contrariando esse paradigma, Erving Goffman (1971) afirma que as relações sociais do cotidiano estão permeadas por uma dramática atividade de simulação e teatralização para quê, afinal, o significado produzido e reconhecido na interação não acarrete o descrédito para o sujeito.

Isso quer dizer, a partir das interpretações de José de Souza Martins (1998, p. 02):

que o ator não se dirige imediata e diretamente ao outro para com ele interagir. A interação é precedida pela simulação, pelo exercício que o sujeito faz de experimentar-se como outro, numa relação de exterioridade consigo mesmo, nos segundos que constituem o preâmbulo do seu relacionamento. Uma imensa construção imaginária define a circunstância da relação social.

A alimentação imersa ao contexto das relações sociais apresenta reflexos na vida cotidiana dos indivíduos, das famílias, no cotidiano do trabalho de cada um/uma, por exemplo. Neste estudo, considera-se que as práticas alimentares são cotidianamente absorvidas pela população e influenciadas pelos novos estilos de vida urbanos, pela crescente urbanização gerada pela exigência da dinâmica capitalista.

Pode-se dizer que ao observar-se a alimentação de um grupo de pessoas em determinada realidade, é possível traçar uma relação direta entre os hábitos alimentares e o cotidiano. As refeições passam a ser um espelho da rotina de determinada época, assim como do contexto social dela. Elas têm a função não somente de demarcar a divisão do tempo, mas também de representar as dinâmicas sociais

quando considerados os rituais existentes à mesa (BORGES, 2010, p. 02).

Dentro desse contexto, os meios de comunicação, as técnicas de publicidade e marketing são introduzidas no cotidiano, através das máquinas, equipamentos e utensílios domésticos que modificam a vida cotidiana das pessoas, proporcionando praticidade, celeridade e eficiência nas atividades da cozinha.

E o alimento ganha destaque como mercadoria e distancia-se do papel socializador entre as pessoas incluindo a partilha na família e nas relações sociais.

a história do homem se confunde com a história da alimentação. A partilha de alimentos, também denominada comensalidade, é prática característica do *Homo sapiens sapiens*, desde os tempos de caça e coleta. Há bem mais de 300 mil anos o domínio do fogo permitiu a cocção dos alimentos, modificando-os do cru ao cozido e dando origem à cozinha, o primeiro laboratório do homem. A modificação do alimento do cru ao cozido foi interpretada por Lévi-Strauss como o processo de passagem do homem da condição biológica para a social (MOREIRA, 2010, p. 23).

As comidas pré-prontas ou pré-cozidas são comercializadas como uma estratégia de otimizar o tempo e fornecer praticidade aos comensais. Por intermédio das expressões de Silvia Guarnieri Ortigoza (1997) o comer formatado e a homogeneização dos gostos²⁵ tornam-se cada vez mais popularizados pela culinária e gastronomia da população mundial.

Com a flexibilização da produção, os produtos podem ser produzidos em qualquer lugar. Muitas vezes, já na concepção dos produtos as indústrias desconsideram as diferenças entre as sociedades, seus códigos passam a ser mundiais, e isso dinamiza ainda mais o processo padronizante do consumo. Essa característica homogeneizante do mundo das mercadorias é resultado e projeto da sociedade capitalista, por isso a homogeneização é uma forte tendência no mundo moderno (ORTIGOZA, 1997. p. 01).

Isto se dá pelas mudanças de modos de vida da população no trabalho, em casa e nos espaços de convivência e de lazer.

A distância-tempo necessária para se ir e vir da casa ao trabalho tem aumentado, principalmente nas grandes metrópoles, o que leva

²⁵Termo utilizado por Ortigoza (1997).

algumas pessoas a se adaptarem ao que o ambiente próximo lhes oferece. Neste sentido, as lanchonetes de serviço rápido vêm sanar tais dificuldades, oferecendo lanches e refeições rápidas, serviço eficiente e menor preço. Entretanto, no que concerne à qualidade do “produto comida”, é no mínimo questionável, pois trata-se de uma alimentação incompleta, totalmente industrializada, à base de conservantes, com muita energia, calorias e pouca vitamina (ORTIGOZA, 1997, p. 06).

Essa dinâmica favorece uma comensalidade pobre em nutrientes, mas rica em sabores, gorduras e açúcares. Ortigoza afirma que esse novo estilo de comer passa a ser uma opção imposta pelo próprio modo de vida urbano, pela sua adequação e comodidade (1997, p. 6-7).

Tal realidade já se expressa também em territórios mais recônditos, como no caso dos interiores, a respeito disso, no agreste e sertão pernambucano já existem *fast food* (MCDonald’s, Subway, Mr. Mix Chocolateria Gramado) que estimula o consumo, principalmente entre os mais jovens, ganhando mais adeptos a cada dia.

o cotidiano vivido no tempo “*fast-food*” muitas vezes torna-se opressor, carregando as condições históricas que apenas permitem aos sujeitos exercerem suas potencialidades de modo limitado. É o tempo possível que nos permite aceitar o que nos é ofertado, sempre nos limites socialmente dados como referenciais de contemporaneidade (SANTOS; ANTUNES, 2011, p. 02).

Outro aspecto identificado é a fragmentação dos hábitos alimentares, ou seja, para atingir a saciedade é necessário, várias ingestas de alimentos ao longo do dia, muitas vezes, em horários diferentes das refeições (ORTIGOZA, 1997). Esta realidade dá origem a uma nova sociabilidade no cotidiano, trazendo consequências na individualização, nos rituais alimentares, devido à flexibilização dos horários das refeições, além do apelo do discurso publicitário em torno da comensalidade como produto de distinção, status e diferenciação social. Dentro desse contexto, Borges salienta que:

mesmo estando inserido neste contexto de industrialização e individualização, o alimento ainda tem um caráter agregador bastante significativo. Em torno dele reuniões familiares acontecem, negócios são fechados, amigos se encontram, faz-se comemorações, festas e rituais são celebrados. A partilha da mesma comida traz unicidade e comunhão. Faz com que as referências sejam próximas, ainda que não sejam as mesmas (2010, p. 09).

Da mesma forma, a vida cotidiana (tempo e espaços sociais nos quais objeto e consumo se estabelecem) continua a merecer o mesmo diagnóstico de estudos inspirados por Marx de espaço da alienação, do fetiche, de expressão de uma ideologia marcada pelo efêmero e pelo inútil (BUENO; CAMARGO, 2008, p. 20).

Sob a perspectiva crítico-dialética deste estudo tal realidade tende a satisfazer aos interesses capitalistas agroindustriais e do grande empresariado do setor alimentício. Na lógica do capital, a alimentação passou a ser cada vez mais um bem de consumo comprado e vendido no mercado, deixando de ser apenas um bem do autoconsumo²⁶ familiar produzido na esfera doméstica pela mãe-dona-de-casa, esposa ou a empregada doméstica, dando o lugar delas na divisão sexual do trabalho e suas responsabilidades de gênero com o trabalho doméstico e reprodutivo.

O ato de comprar alimentos pelos/as comensais são naturalizados por movimentos repetitivos e mecânicos da vida social, desconsiderando o aspecto vital de sobrevivência humana que se sobrepõe a qualquer forma mercantil produzida pela sociedade atual.

No cenário em que o alimento é mercadoria²⁷, muito são os desdobramentos no cotidiano e na cotidianidade dos indivíduos tão carregados de contradições e conflitos que, muitas vezes, não são contestados ou criticados pela sociedade. A análise crítica do cotidiano revela ideologias, assim como o conhecimento da vida cotidiana implica uma crítica ideológica e também uma autocrítica permanente (NETTO; FALCÃO, *Apud* LEFEBVRE, 1989). Isto revela um espaço para a politização²⁸, entretanto é preciso romper a dinâmica do cotidiano que nos é dada cada dia (ou que nos cabe em partilha), pressiona-nos dia após dia, oprimindo-nos; pois existe uma opressão do presente (CERTAU, 1996, p. 31).

²⁶A produção para o autoconsumo também é um importante instrumento para a promoção da sociabilidade. Alguns autores argumentam tal ideia (MENASCHE, 2007; RAMOS, 2007; CÂNDIDO, 2001; BRANDÃO, 1981).

²⁷Antônio Cândido nos seus estudos ressalta que a transição do alimento como mercadoria não é algo que possa fazer parte apenas da totalidade do processo de constituição da sociedade capitalista, tal dinâmica integra parte desta totalidade, embora tenha expressões também particulares.

²⁸Consultar a bibliografia NETTO, José Paulo; CARVALHO, Maria do Carmo Brandt. **Cotidiano: conhecimento e crítica**. 5a edição. São Paulo: Cortez, 1996.

1.2 A alimentação e a questão de gênero

Ao longo da história das sociedades conhecidas, as mulheres no campo e nas cidades têm sido marcadas, e seu cotidiano estruturado em base a divisão sexual do trabalho. Por isso mesmo elas têm sido responsabilizadas pela cadeia alimentar, o preparo de refeições e alimentos, bem como pelos cuidados da reprodução e da saúde dos membros da família, tanto no âmbito doméstico, como nos espaços públicos do mundo do trabalho (DUQUE – ARRAZOLA; SILVA, 2014).

A vida no lar é feita de relações e de trabalho. Mas quando se fala do lar são principalmente os aspectos afetivos que se invoca. O trabalho do lar tem significado primordialmente afeto, e seu esforço tem sido invisibilizado pela áurea do cuidado e carinho. No centro do trabalho e das relações do lar comumente encontra-se a dona de casa, concebida como encarregada do conforto, saúde e bem-estar de todos os membros do seu domicílio. Esta mulher é ligada sexualmente ao homem chefe do domicílio (BORTOLAIA, 1998, p. 05).

As atividades ligadas à esfera doméstica e ao trabalho reprodutivo e dos cuidados dentre eles a transformação do cru em alimentos, não são reconhecidas e valorizadas como trabalho, apesar de serem fundamentais para reprodução de cada membro da família trabalhadora, burguesa ou pequena burguesa, bem como da sua socialização. São, por conseguinte sujeitos históricos e políticos de dita sociedade.

As atividades que não visam à acumulação de capital, mas sim o cuidado da vida, que são essenciais para a sobrevivência do indivíduo e de todo o processo mercantil, de produção e busca ao lucro, são invisibilizadas e desvalorizadas. São naturalizadas, como atividades a serem executadas espontânea e gratuitamente por mulheres, mães, esposas e filhas, e não têm sido tratadas como prioritárias, ou objeto de questionamento e análise (SARTOR; CARVALHO, 2011, p. 03).

A partir desse contexto, insere-se a ideologia patriarcal e androcêntrica, na qual a mulher tornou-se referência no trato, manuseio e preparo dos alimentos como fazendo parte da “natureza feminina”, uma obrigação natural, ou melhor, *lócus* exclusivamente feminino. Por esta razão existe uma íntima e

importante relação entre as mulheres, à produção de alimentos e a promoção da segurança alimentar e nutricional.

De acordo com Krone; Menasche (2012) a relação entre as mulheres e segurança alimentar e nutricional tem ainda um debate distante nas agendas públicas, já que o trabalho feminino aparece muitas vezes oculto, mesmo nas famílias rurais e camponesas, cujas atividades nem sempre são entendidas como parte de trabalho agrícola.

Segundo FAO²⁹ (2013) em metade dos países (Portugal - 63,7%; Moçambique - 65,2%; São Tomé e Príncipe - 50%; e Angola - 55%) e Brasil 33% das mulheres constituem a maioria da força de trabalho na agricultura.

A representação e a associação que a sociedade faz das mulheres com o alimento é consequência das relações de gênero ou relações sociais de sexo e da divisão sexual de trabalho que as implicam. Por sua vez, esta divisão desdobra-se na divisão do trabalho produtivo, identificado como masculino e do espaço público, e o trabalho doméstico-reprodutivo significado como feminino e identificado com o privado (DUQUE-ARRAZOLA; SILVA, 2014, p. 03).

Nesse sentido é bom lembrar que no bojo da dinâmica contraditória das relações capitalistas de produção, submerso nas desigualdades sociais, pauperismos apresentam reflexos no cotidiano social, inclusive nas relações de gênero entre homens e mulheres.

Neste cenário impulsiona a inserção das mulheres no mercado de trabalho e na busca por melhores condições de vida. Dada à divisão sexual do trabalho, passam a acumular as atividades domésticas e as do trabalho fora de casa (dupla jornada de trabalho), com seus desdobramentos na saúde, bem-estar e qualidade de vida de maneira muito particular dos membros familiares.

É com base nessas questões que o tempo de trabalho doméstico no preparo dos alimentos caseiros, ficou ainda restrito, já que as relações sociais de gênero e a divisão sexual do trabalho destinam as mulheres o trabalho reprodutivo, cabendo a elas as responsabilidades por tudo o que compreende ao alimento e as preparações alimentares da família.

²⁹Disponível em: <file:///C:/Users/Usuario/Downloads/Estudo-CPLP-Mar-2013-versolonga%20(1).pdf> Acesso em 24 de Junho de 2015.

Assim, de modo geral, a restrição de tempo vem se tornando um fator importante e determinante das escolhas alimentares dos indivíduos. Os autores lembram que, em resposta às novas demandas, os canais de distribuição de alimentos, proporcionando uma otimização do tempo gasto durante as compras, ofereceu aos consumidores a possibilidade dos mesmos realizarem todas as aquisições em um mesmo local (surgimento dos super e hipermercados). Novas tecnologias de conservação dos alimentos e a modernização da cadeia do frio permitem aos consumidores uma redução da frequência de compras de alimentos. Produtos que exigem pouca dedicação durante seu preparo (cozidos, pré-cozidos) assumem lugares importantes nas prateleiras dos supermercados, respondendo, também, às novas demandas dos consumidores (CHEUNG; BATALHA, 2009, p.02).

Ainda nessa direção, a cultura e o consumo alimentar das famílias passam a depender ainda mais do mercado de bens alimentícios, dinheiro para adquirir produtos/mercadorias industrializadas que facilitam o trabalho doméstico das mulheres (DUQUE-ARRAZOLA *et al*, 2012).

Nesse processo de produção doméstica, a figura feminina é referência para transformar cotidianamente o cru em cozido, sobretudo as mulheres³⁰ pobres, seja nos seus lares, como empregadas domésticas ou até em trabalhos precários de serviços de alimentação.

O aumento globalizado da pobreza, particularmente nos países periféricos que, uma análise na perspectiva de gênero, revela quanto tal agravamento da pobreza tem afetado sobremaneira as mulheres da classe trabalhadora ou classes subalternas, em especial a das mais empobrecidas, chegando a caracterizar-se esse processo de pauperização como feminilização da pobreza (DUQUE - ARRAZOLA, 20080, p. 231).

A entrada no mundo do trabalho desse público está marcada no âmbito informal, quer dizer, num contexto de precarização, flexibilização e sem proteção social.

destaca-se três indicadores para definir o trabalho precário: ausência de proteção social e de direitos sociais; horas reduzidas de trabalho e, conseqüentemente, salários baixos e baixos níveis de qualificação. Esses indicadores, afirma a autora, “direcionam-se para uma divisão

³⁰Segundo Aguirre (2000), condutas de subconsumo alimentar têm afetado particularmente as mulheres pobres como consequência da “auto-exclusão de comida em favor das crianças e do marido” (p. 13). Foi o que constatou a autora em estudo com mulheres pobres e obesas argentinas. O papel social assumido pelas mulheres enquanto donas de casa no controle e na distribuição da comida no lar favorecia a negligência do seu próprio consumo.

sexual da precariedade, já que as mulheres são mais numerosas do que os homens tanto no trabalho informal quanto no trabalho em tempo parcial". (HIRATA, 2009, p. 26).

Ricardo Antunes (2010) afirma que o capital é incapaz de realizar sua autovalorização sem utilizar-se do trabalho humano. Pode diminuir o trabalho vivo, mas não eliminá-lo, pode precarizá-lo e desempregar parcelas imensas, mas não pode extingui-lo.

Isso reflete uma forte tendência do capitalismo tardio e suas novas configurações no mundo do trabalho, contexto de crise do capital que delineiam muitas expressões e contrastes no padrão produtivo (mudança para o modelo japonês ou toyotismo) bem como nas formas de regulação social que sustenta o que alguns países chamam de Estado de Bem Estar³¹.

Da mesma forma que as questões apresentadas acima são fruto da contradição capital X trabalho, as mudanças dos hábitos e práticas alimentares, principalmente no contexto urbano do capitalismo contemporâneo, são reflexos do novo *modus vivendi* "moderno" no qual os grupos sociais são submetidos à lógica do consumo alimentar capitalista.

Nas palavras de Poulain (2004, p. 29) "O alimento moderno está deslocado, ou seja, desconectado de seu enraizamento geográfico e das dificuldades climáticas que lhe eram tradicionalmente associadas". Sob este olhar, reforça-se que na sociedade capitalista contemporânea ou sociedade de consumo as mudanças das práticas alimentares são dadas através das influências do contexto sociopolítico e econômico, além das questões ligada às interferências do ser humano frente à natureza.

Em síntese, os novos padrões alimentares reproduzem o modo de produção capitalista diante de uma nova dinâmica do cotidiano que se traduz numa nova sociabilidade humana marcada pela rapidez e praticidade dos comensais na hora das refeições.

³¹Em recentes estudos de Pós-doutorado da professora Sara Granemann do curso de Serviço Social Universidade Federal do Rio de Janeiro, revela que a Europa se "latino americaniza" e troca o Estado de bem-estar por política social à brasileira, fazendo alusão ao processo de contrarreforma e desmonte de direitos sociais dos trabalhadores europeus, configurando novas estratégias do capital. Disponível em: <<http://operamundi.uol.com.br/conteudo/entrevistas/40506/europa+se+latinoamericaniza+e+troca+estado+de+bem-estar+por+politica+social+a+brasileira+diz+professora.shtml>> Acesso em 31 de Maio de 2015.

1.3 Tecnologias domésticas e as práticas alimentares

Para entender a influência das tecnologias domésticas nas práticas alimentares, optou-se principalmente pela discussão e reflexões das pesquisadoras Elizabeth Bortolaia Silva³², Helena Hirata³³ e Carvalho³⁴ referências para discutir o tema.

É inegável afirmar que o processo histórico tem influencia na construção da vida cotidiana. Segundo Bortolaia (1998) o legado da escravidão trouxe profundas marcas quanto às divisões sociais na sociedade brasileira. As relações entre escravos/as e seus senhores/as imprimiu fortes ideais de superioridade entre às mulheres brancas abastadas.

Diante da expansão do capitalismo, desenvolvimento da globalização, além da industrialização e urbanização produziram muita pobreza e desigualdade social, porém aceleraram a modernização de serviços de infraestrutura, serviços básicos e tecnologias que interferiram na dinâmica das famílias.

Durante muito tempo, mais precisamente até o início do século XX, o papel da mulher estava ligado ao ideal vitoriano³⁵ de esposa, mãe e dona de casa.

Mas a economia urbano-industrial das primeiras décadas do século acelerou um processo de mudança dos papéis das mulheres. Influências importantes vinham da massiva imigração europeia que trazia novas ideologias da política de esquerda e do feminismo. As mulheres da elite urbana passaram a articular seus pontos de vista e a se comunicar umas com as outras através de emergentes revistas femininas. Entre as mulheres letradas, frustrações e contestações passaram a ser visíveis coletivamente. Alguns estudos emergiram recentemente iluminando algumas destas questões (BORTOLAIA, 1998, p. 09).

³²O artigo referenciado é “Tecnologia e vida domésticas nos lares” publicado nos Caderno de Pagu em 1998.

³³As discussões de Helena Hirata para este estudo foram trazidas pela exposição da autora na palestra de abertura da Semana de Tecnologia do Programa de Mestrado em Tecnologia do CEFET – PR. Disponível em: <<http://revistas.utfpr.edu.br/pb/index.php/revedutect/article/viewFile/1081/684>> Acesso em 17 de Junho de 2015.

³⁴Pesquisadoras sobre gênero e tecnologia da UTFPR (Universidade Tecnológica Federal do Paraná).

³⁵Apresenta a mulher ligada à domesticidade, maternidade, fragilidade, emotividade, passividade, etc.

A partir dos anos 1940, a participação das mulheres no mercado de trabalho ganha força, aliado a isso, no final desta década, a indústria de eletrodomésticos de linha branca chega ao Brasil. Segundo Bortolaia (1998) a chegada dos eletrodomésticos beneficiou dos programas de substituição de importações (1956-1961) e das políticas de subsídios e de rendas dos governos militares.

Os equipamentos e as máquinas passaram a ter tecnologias que exigiam da mulher, donas de casa alguns conhecimentos para utilização deles na casa e principalmente no espaço da cozinha nas preparações alimentares.

Bortolaia (1998) em alguns casos o saber da dona de casa é apresentado de maneira naturalizada e essencialmente feminino; em outros casos é a mudança do papel tradicional de gênero da mulher, ou do casal, que evoca a necessidade de modernização das tecnologias do lar.

Algumas tecnologias domésticas exigem algumas informações mais complexas e demanda da mulher uma certa domesticidade. No caso do espaço da produção das refeições, a exemplo disso, o micro-ondas apresentam um certo nível de dificuldade em relação ao manuseio do tempo de preparo, descongelamento e esquentamento dos alimentos

Vale destacar que a inserção das tecnologias domésticas de acordo com Bortolaia (1998) são compreendida a partir de três viés: mercadoria, infraestrutura e eletrodoméstico que contribuem para proporcionar diferentes significados, valores, sabores aos formatos alimentares.

As práticas alimentares atuais que tendem a expandir o “gosto internacionalizado” e se distancia do “gosto regionalizado”, muitas vezes, apresenta reificações de preparos, processamentos e no uso de tecnologias domésticas que resignificam o alimento a partir de características que retratam o mundo dito “moderno”.

As inovações tecnológicas podem utilizar máquinas, equipamentos e conhecimentos mais sofisticados, no entanto o conhecimento inerente às formas anteriores de efetuar a mesma tarefa, envolvia também uma tecnologia (SARTOR; CARVALHO, 2011).

O que se percebe é que o ato de se alimentar em conjunto sofreu uma série de modificações devido a diversos fatores. As principais mudanças introduzidas nas diferentes formas de receber e os

significados que o alimento vai adquirindo historicamente têm a ver com transformações mais profundas nas formas de produção social e nas consequências sobre a estrutura social e familiar, o que determina que as formas de sociabilidade doméstica se modificam constantemente (NIEBLE, 2010, p 03).

Significa que a subjetividade, as emoções e os sentidos colocados para preparar as refeições, lanches já não são mais os mesmos, constata-se que as relações mercantis são prioridades para o consumo do alimento, deixando em segundo plano os laços de socialização³⁶, afetividade e solidariedade entre as pessoas.

Vale destacar que as tecnologias domésticas ao longo da história vêm sendo influenciadas pela conjuntura sócio-política-econômica, processo de urbanização, dinâmica da vida social entre homens e mulheres, bem como relações com as tecnologias industriais, embora, muitas vezes, não seja objeto de análise e reflexão de formação profissional.

Hirata (2009, p. 152) argumenta que as tecnologias domésticas devem ser incluídas quando se fala da questão da tecnologia assim como, deve-se incluir o trabalho doméstico quando falamos de trabalho profissional.

Diante do trabalho doméstico aliado ao uso das tecnologias domésticas, as mulheres são tidas, muitas vezes, como meras usuárias das tecnologias. A figura feminina ainda reproduz o espaço secundário e desigual, mesmo com inovações organizacionais e tecnológicas e do novo paradigma capitalista do mundo do trabalho.

As tecnologias domésticas também expressam esta mesma divisão do trabalho: as mulheres são vistas como usuárias destas tecnologias e estão praticamente excluídas da sua concepção. Os engenheiros, sujeitos de inovações técnicas, são maciçamente do sexo masculino. As mulheres também são excluídas também da responsabilidade de sua fabricação porque os responsáveis da fábrica são homens. As mulheres são apenas operárias, montadoras e ajudantes, etc. Finalmente sua exclusão também se dá nos serviços de sua manutenção porque os técnicos que conservam estas máquinas nas

³⁶Segundo Ortigoza (1997) para os europeus a sociabilidade e as longas conversas com os amigos ainda são ingredientes importantes no horário da refeição. Entretanto, na Europa muita coisa vem mudando: e a "kilomania" (proliferação de restaurantes que servem comida, sorvetes e outros produtos, por quilo estilo, self service), por exemplo, já está invadindo seus países. Nas faixas etárias mais jovens, o *fastfood* tem sido muito bem aceito, as resistências são menores em relação aos produtos que são símbolos da cultura americana. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal8/Geografiasocioeconomica/Geografiaurbana/15.pdf>> Acesso em 15 de julho de 2015.

casas também são homens. Por outro lado, são elas que utilizam estas tecnologias cotidianamente através de instruções simples mas com muitas proibições do tipo: não mexer aqui, não abrir acolá. Se as mulheres não possuem formação técnica, torna-se perigoso mexer em máquinas, embora muitas destas proibições assinalam um certo poder da técnica – portanto do masculino – sobre as usuárias que são consideradas muito mais ignorantes do que o são na realidade, quando leem as normas técnicas (HIRATA, 2009, p. 151-152).

A sociedade em constante transformação cria inovações tecnológicas, que vão influenciar e ser influenciada por essa mesma sociedade. O trabalho doméstico é modificado pelas inovações tecnológicas, assim como participa da construção de necessidades que vão repercutir na criação de novos serviços e produtos para executar o referido trabalho. (SARTOR; CARVALHO, 201).

A sofisticação dos métodos de cozimento e conservação dos alimentos chegaram a partir das tecnologias domésticas da cozinha que adentraram na dinâmica familiar, sobretudo urbana, mas não menos interioranas e com isso provocaram mudanças significativas com a chegada (liquidificador, batedeira, sanduicheira, fogão a gás), e estão provocando mudanças na forma de se alimentar bem como, os hábitos alimentares.

Esse processo ocorreu “a partir da Revolução Industrial que passou a adotar produtos como o metal, a eletricidade e o vapor para padronizar o preparo dos alimentos. A produção dos utensílios domésticos vai sendo, cada vez mais, aperfeiçoada” (ORTIGOZA, 1997, p. 02).

O desenvolvimento do capitalismo permitiu uma certa ampliação do consumo, ao mesmo tempo os Estados e governos promoveram a inclusão das classes populares na dinâmica do consumo, sendo inseridas no estilo de vida burguês que provocou a massificação de eletrodomésticos inclusive para o espaço da cozinha a exemplo dos liquidificadores, panelas de pressão, batedeiras, sanduicheiras, micro-ondas dentre outros pensados para o preparo dos alimentos.

A praticidade e a funcionalidade dos móveis da cozinha, tais como as geladeiras, as máquinas de lavar, foram sempre pensados como um utilitário e não como um luxo, isto colaborou para que esses objetos fossem incorporados como necessidade, o que significou o início da racionalização e mecanização da casa (ORTIGOZA, 1997, p. 02).

II. O Estado brasileiro e as políticas sociais no cenário contemporâneo pós 1988

Na década de 1980, a sociedade brasileira vivenciou um processo de lutas e embates que trouxeram para a classe trabalhadora algumas conquistas quanto aos direitos sociais além de ações que contribuíram no combate e redução da pobreza, associada a esta a fome e desnutrição de uma significativa parcela das famílias mais pauperizadas da classe trabalhadora.

De modo igual a década de 1980 representou politicamente um amplo processo de reorganização da sociedade brasileira na luta pela redemocratização que culminou com a Constituição Federal de 1988 os moldes do Estado de Bem-Estar Social com vistas a garantia dos direitos sociais, civis e políticos excluídos historicamente da lógica de proteção social brasileira.

Com a aprovação da Constituição Cidadã de 1988 a relação entre Estado e Sociedade no regime democrático, após a superação da ditadura militar, marcaram uma nova atuação na condução das políticas sociais no cenário nacional.

O sistema de Seguridade Social³⁷ foi instituído proporcionando um novo caminho para a proteção social no Brasil. Ana Elizabete Mota afirma que “a seguridade social é por definição esfera de disputas e negociações na ordem burguesa. Erigida no campo de luta dos/as trabalhadores/as, ou classe subalterna, ela é sempre e continuamente objeto de investidas do capital no sentido de “adequá-la” aos seus interesses” (2010, p. 01).

Entretanto, as ações protetivas imbricaram direitos de cunho universal e seletivo, apesar do seu caráter inovador. Nesse sentido, fica claro que:

quaisquer que sejam seus objetos específicos de intervenção, saúde, previdência ou assistência social, o escopo da seguridade depende tanto do nível de socialização da política conquistado pelas classes trabalhadoras, como das estratégias do capital na incorporação das necessidades do trabalho (MOTA, 2010, p. 01).

Ainda sobre esse tema, Ivanete Boschetti (2009) diz que a Seguridade Social como direção para a organização social do trabalho e garantindo direitos

³⁷O sistema de Seguridade Social agrega as políticas sociais de assistência social, saúde e previdência social.

relacionados ao trabalho, constitui-se em cada país de modo diferenciado, em razão do seu contexto interno e o trabalho assume papel central na gênese das políticas sociais.

Seja nos casos sob a influência do modelo alemão bismarckiano, ou sob a influência do modelo inglês beveridgiano³⁸, mas com a incumbência de garantir benefícios para à classe trabalhadora, sobretudo para os/as que já não possuem a capacidade laborativa para prover a sua subsistência.

Dentro dessa discussão, Mota (2009) ainda afirma que com o aparecimento das indústrias e da sociedade urbano – industrial, fomentou-se nos/nas trabalhadores/nas a necessidade de organização e de politização das necessidades, levando as demandas para a cena pública e coletiva.

Devido a isso, algumas necessidades sociais dos/das trabalhadores/as foram incorporadas pelo Estado, culminando assim em políticas de proteção social. Dentro dessa lógica, o debate da questão social se confunde com o desenvolvimento do capital, ou melhor, o cerne da lógica capitalista se expressa através das problemáticas sociais em várias esferas da vida social, inclusive na dinâmica do trabalho.

a questão social como um conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade (IAMAMOTO, 2005, p. 27).

Na sociedade brasileira, mais especificamente, revelam-se conotações ainda mais graves, visto que o desemprego estrutural, fruto da reestruturação produtiva resultante da crise do capital dos anos de 1970, e suas novas tecnologias no mundo do trabalho, persiste aliada ao aumento da violência, luta pela terra, fome, relações de trabalho informais, precarizadas nos moldes escravos, marcando esse contexto de “modernidade”.

³⁸Conforme Boschetti (2009), no Brasil a Seguridade Social se organiza com influências tanto do modelo alemão bismarckiano e do modelo beveridgiano. Os dois modelos têm como parâmetro os direitos do trabalho, visto que desde sua origem, esses assumem a função de garantir benefícios derivados do exercício do trabalho para os trabalhadores que perderam, momentânea ou permanentemente, sua capacidade laborativa.

A reestruturação produtiva e a nova ordem mundial organizada e operacionalizada através dos ditames do Consenso de Washington³⁹ tornaram-se entraves para a efetivação dos direitos sociais, já que o Estado passou a seguir o pensamento neoliberal, com todos seus desdobramentos com os mínimos sociais, uma das estratégias contemporâneas do capital em sua crise estrutural global (COUTO, 2008).

O que se verifica, contudo, é um Estado capitalista que se cria e recria na busca incessante de acumulação do capital por meio da extração da mais valia. Isso se dá pelo desenvolvimento das forças produtivas que determinam a sociabilidade humana, sendo as precárias relações de trabalho, a pobreza e a desigualdade social expressões desse processo nitidamente explorador.

Mészáros (2002)⁴⁰ traz uma discussão em seus estudos sobre a capacidade autodestrutiva do capital. Tal debate não está dissociado do consumo alimentar capitalista que vem ganhando espaço na mesa dos/as sertanejos/as trazendo consequências maléficas para a saúde bem como perda dos regionalismos, cultura e identidade.

No bojo desse processo, o capital se expande, se globaliza, como uma característica de sua própria natureza.

Seguindo tal lógica, o Estado passou por mudanças que tiveram repercussão direta na condução e execução das políticas sociais e assim a entrada da iniciativa privada, torna-se alimentadora do sistema de proteção social frente às problemáticas sociais (COUTO, 2008).

Tal perspectiva ainda alimenta a “satanização do Estado” visto como ineficiente e a “santificação do mercado” como a esfera do rigor e da eficiência.

Marilda Iamamoto (2005, p. 36) ressalta que:

³⁹A expressão Consenso de Washington surgiu da denominação dada por John Williamson, economista e pesquisador do Institute of International Economics, sediado em Washington, para a convergência de pensamentos para as políticas públicas dos anos 80, a partir dos governos de Ronald Reagan e George Bush. [...] Williamson resumiu as teses que embasaram o Consenso de Washington em dez pontos estratégicos: 1) disciplina fiscal; 2) priorização do gasto público em saúde e educação; 3) realização de uma reforma tributária; 4) estabelecimento de taxas de juros positivas; 5) apreciação e fixação do câmbio, para torná-lo competitivo; 6) desmonte das barreiras tarifárias e pára-tarifárias, para estabelecer políticas comerciais liberais; 7) liberalização dos fluxos de investimento estrangeiro; 8) privatização das empresas públicas; 9) ampla desregulamentação da economia; e 10) proteção à propriedade privada” (SADER, 2006, p. 345).

⁴⁰ MÉSZÁROS, Istevan. *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2002, aponta para a capacidade autodestrutiva do capital.

as repercussões da proposta neoliberal no campo das políticas sociais são nítidas, tornando-se cada vez mais focalizadas, mais descentralizadas, mais privatizadas. Presencia-se a desordem e a destruição dos serviços públicos, em consequência do “enxugamento do Estado” em suas responsabilidades sociais. A preconizada redução do Estado é unidirecional: incide sobre a esfera de prestação de serviços sociais públicos que materializam direitos sociais dos cidadãos, de interesse da coletividade.

O que chama atenção nesse cenário são as formas mistificadas do discurso ideológico hegemônico do Estado capitalista que preconiza projetos distintos entre burguesia e trabalhadores/as como sendo demandas e necessidade iguais e que passam a ser absorvidos pela população não mais pela coerção, mas pelo consenso⁴¹.

Seguindo a perspectiva marxista, Gramsci salienta que o Estado é, assim transformado num sujeito real que ordena, *“funda e materializa a universalização dos interesses privatistas e particulares da sociedade civil”* (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 33).

Ao mesmo tempo observa-se a participação da sociedade civil junto ao Estado que suas relações se realizam no cotidiano social das pessoas. Processo este percebido por Gramsci em seus estudos, o que lhe permite fornecer elementos para pensar o Estado não de modo monolítico, mas na dialética que denomina de Estado Ampliado⁴² ou seja, sociedade política + sociedade civil.

Marx em *A ideologia Alemã* (1972, p. 76) evidencia que o Estado “não é mais do que a forma de organização que os burgueses criam para si [...] com a finalidade de garantir reciprocamente suas propriedades e seus interesses”.

⁴¹No livro “Cadernos do Cárcere” Gramsci diz que a esfera da sociedade civil é a esfera das mediações do exercício da dominação de classe pelo exercício do convencimento. Assim, o autor reforça que o Estado não atuava apenas coercitivamente e sim pelo consenso das ideias entre as classes.

⁴²Gramsci definiu o Estado ampliado como sendo a sociedade civil mais a sociedade política sendo a primeira composta por rede de organizações (associações, sindicatos, partidos políticos, movimentos sociais, organizações profissionais, meios de comunicação etc) é a esfera que a classes organizam e defendem seus interesses e em que confrontam seus projetos societários, na qual as classes e suas frações lutam para conservar ou conquistar hegemonia. Enquanto que a segunda refere-se ao resultado da presença das organizações, tanto dos trabalhadores quanto do capital que expressam a hegemonia burguesa. Nessa esfera ocorre a complexificação das relações de poder e organização de interesses (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 43).

Contrariamente a Marx, Hegel afirmava que o Estado é a encarnação da Razão Universal no qual são contemplados os interesses gerais, comuns da nação.

Iluminado pelas ideias marxistas, Mandel (1923, p. 333) afirma que “o Estado é produto da divisão social do trabalho”, surgindo da autonomia de certas atividades superestruturais, mediando à produção material, cujo papel é sustentar uma estrutura de classe e relações de produção capitalistas.

A partir dessa discussão, destaca-se que o Estado tem papel fundamental e decisivo quanto à organização da sociedade, valores construídos e principalmente na promoção da melhoria das necessidades básicas da população, sobretudo das classes subalternas, mediante as políticas de proteção social.

Porém, frente aos processos de mudanças e enfrentamento da crise estrutural do capital, a partir da década de 90, as políticas sociais sofreram uma série de inflexões entre as quais cortes nos recursos sob a ótica da estabilização econômica e dos acordos e interesses capitalistas externos.

Novos mecanismos de consenso são estimulados, tais como, a descentralização, as parcerias e a participação indiferenciada das classes, que se juntam à focalização e à responsabilização individual. Emergem parâmetros morais subordinados aos limites dos gastos sociais públicos. A questão social é despolitizada. As tensões sociais provocadas pelo não atendimento das demandas sociais coletivas passam a ser minimizadas através do atendimento a questões pontuais (MOTA, 2010, p. 06).

Essa dinâmica é determinada pela atuação do Estado Capitalista que nos dizeres de Elaine Behring (2009, p. 03).

modificou-se ao longo da história deste modo de produção, a qual

se faz na relação entre luta de classes e requisições do processo objetivo de valorização e acumulação do capital, seguindo aqui a fecunda e clássica orientação marxiana de que os homens realizam sua história, porém, não nas condições por eles escolhidas.

Nessa direção, a concepção do sistema de proteção social passa por um desmonte e reestruturação e se distancia da perspectiva posta na Constituição

Cidadã mediada por lutas e embates da sociedade civil e dos movimentos sociais, resumindo-se a minimizar a pobreza, ou melhor, administrá-la sob a ótica capitalista. Camelita Yazbek *Apud* Telles (2004, p. 109) se fundamenta em alguns autores e argumentam que:

Há políticas nas Políticas Sociais, há direção e interesses em confronto, “seja sob o ponto de vista da recomposição do sistema com a prevalência dos interesses e demandas dos segmentos alvo da política” (ABREU, 2002, p. 133). Essa disputa, nos anos recentes, sob inspiração do ideário neoliberal, configurou um perfil despolitizado e refilantropizado para as Políticas Sociais brasileiras no qual a pobreza ocupou o “lugar da não política” onde foi “figurada como dado a ser administrado tecnicamente ou gerido pelas práticas de filantropia” (2003, p. 47).

A partir disso, analisar as políticas sociais no cenário capitalista exige compreender seu papel, significado, possibilidades e limites na contemporaneidade⁴³, incluindo os programas sociais, da política de segurança alimentar e nutricional, a exemplo disso, o Programa de Aquisição de Alimentos foco deste estudo ainda neste capítulo.

As políticas de proteção social constituem igualmente um fator importante para a segurança alimentar e nutricional. Os avanços brasileiros para atenuar as vulnerabilidades face aos fatores externos estão relacionados, em grande parte, com as políticas de proteção e inclusão social.

As políticas sociais como saúde, assistência social, educação, segurança alimentar e nutricional sofrem reformulações quanto sua forma de gestão, organização e implementação provocando mudanças junto ao atendimento às demandas da população, principalmente quanto à fragmentação, seletividade e focalização das intervenções.

Para Ana Paula Ornellas Mauriel (2010, p. 176) “a convivência entre as políticas sociais universais e as focalizadas não é só permitida, mas recomendada. Esse hibridismo é justamente o principal elemento distintivo que vai caracterizar a política social hoje: um mix entre sistemas universais básicos e formas individualizadas de proteção privada”.

Além disso, as ações focalizadas no combate direto à pobreza possuem, geralmente, caráter transitório e sua continuidade fica à mercê das opções de

⁴³Ver Behring (2009) no capítulo de Fundamentos de Política Social.

governos, atendendo uma demanda difusa e não estruturada no aparelho do Estado (MAURIEL, 2010).

Outra tendência explorada no âmbito das políticas sociais refere-se ao apelo à sociedade civil para promoção de alguns direitos sociais, a entrada do voluntariado, a responsabilidade social, terceiro setor e o velho remodelado de novas características sob a égide do assistencialismo, caridade e filantropia.

Sem esquecer que submerso ao contexto capitalista as políticas sociais – as políticas alimentares-, muitas vezes, reproduzem prerrogativas e princípios nas legislações que norteiam a execução dos programas e projetos que corroboram com as novas sociabilidades, estilos de vida burgueses, sobretudo urbano e conseqüentemente, e não por acaso, atendendo aos interesses do grande capital.

Tal realidade é objeto de reflexão de Montaña; Duriguetto (2011) que aborda sobre o capitalismo monopolista, orientado pelos princípios neoliberais, desenvolve uma nova estratégia geral de enfrentamento a atual crise, de acumulação capitalista, de reprodução das relações sociais e de legitimação sistêmica, tal que, como apontamos, exige re-instrumentalizar sujeitos, instituições, práticas e valores.

Em um de seus ensaios Mota (2006) argumenta que amparada pela naturalização da mercantilização da vida, essa reforma social e moral busca, entre outros objetivos, transformar o cidadão sujeito de direitos num cidadão – consumidor; o trabalhador num empreendedor; o desempregado num cliente da assistência social; e a classe trabalhadora em sócia dos grandes negócios.

Nessa lógica ainda (MOTA, 2010) aponta ao que tempo em que promovem um esgarçamento nos laços de solidariedade social naturalizam a fragmentação dos/das trabalhadores/as, transformando – os/as ora em "cidadãos-consumidores" de serviços mercantis, ora em "cidadãos-pobres" mercedores da assistência social.

2.1 Segurança Alimentar e Nutricional: aspectos históricos e conceituais

Inserida no contexto contemporâneo da sociedade brasileira, e suas políticas de proteção social ou da seguridade social, conforme apontado mais acima, ao longo da história em que a alimentação, a fome, passaram a ser uma preocupação política dos governos nacionais e das organizações mundiais como Organização das Nações Unidas (ONU), Organização Mundial de Saúde (OMS), Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO).

Esse processo contou com as valiosas contribuições do Pernambucano Josué de Castro que politizou o alimento enquanto direito humano e alimentar que posteriormente fomentou o debate da segurança alimentar e nutricional no contexto brasileiro.

O conceito de Segurança Alimentar e Nutricional, assim como dos demais direitos humanos⁴⁴, vem acompanhado de avanços e lutas históricas da sociedade, correspondendo a valores que mudam com o tempo e, portanto, estão em constante transformação (SILVA, 2011, p. 15).

A primeira vez que o termo segurança alimentar apareceu foi na Idade Média, voltando a ser utilizado na I Guerra Mundial (1914 – 1918) ligado ao conceito de segurança nacional de forma que os países tenham capacidade de produzir sua alimentação para população e não fiquem sujeitos a boicotes e embargos políticos (ABRANDH, 2013, p.11).

No entanto, foi no século XX após a II Guerra Mundial (1939 – 1945) período marcado pela expansão do capitalismo, conflitos políticos, econômicos e conquistas por territórios que os alimentos ganham destaque na segurança

⁴⁴Direitos humanos são aqueles que os seres humanos possuem, única e exclusivamente, por terem nascido e serem parte da espécie humana. São direitos inalienáveis e independem de legislação nacional, estadual ou municipal específica. No entanto, vale também ressaltar que a definição de direitos humanos está em constante construção, pois esses direitos foram conquistados a partir de lutas históricas e, por essa razão, correspondem a valores que mudam com o tempo. Eles avançam à medida que avança a humanidade, os conhecimentos construídos e a organização da sociedade e do Estado (ABRANDH, 2007).

nacional, tornando-se uma preocupação internacional principalmente como forma de proteção contra bloqueios militares.

Com o final da II Guerra Mundial e as consequências catastróficas deixadas à humanidade, tornou-se urgente discutir sobre a segurança alimentar, visto que a soberania alimentar⁴⁵ de alguns países estava em risco de não ter alimentos para suprir as necessidades da população (SILVA, 2010, p. 16).

Salienta-se que algumas iniciativas foram instituídas com o objetivo de promover a assistência alimentar para a população, que em geral, eram os excedentes de alimentos dos países ricos.

Diante de tal preocupação, em 1948 ocorreu a Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas, que firmou pela primeira vez o direito à alimentação como parte integrante da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Significa afirmar que, este direito tornou-se inalienável e independente de legislação nacional, estadual ou municipal para efetivar-se (SILVA, 2010, p. 16).

A Segurança Alimentar era entendida como uma política de armazenamento estratégico e de oferta segura e adequada de alimentos, e não como um direito de todo ser humano a ter acesso a uma alimentação saudável. O enfoque estava no alimento e não no ser humano (VALENTE, 2002, p. 54).

Dentro desse contexto, algumas organizações como a FAO (Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura) compreendiam que o direito à alimentação fazia parte do rol dos direitos humanos. Entretanto o Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial (BM) e instituições de Bretton Woods⁴⁶ entendiam que a segurança alimentar deveria ser garantida por mecanismos de mercado (ABRANDH, 2013).

⁴⁵A soberania alimentar é o direito dos povos de definirem suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, comercialização e consumo dos alimentos, respeitando-se as múltiplas características culturais (ARANHA, 2005).

⁴⁶A Conferência de Bretton Woods foi convocada em 1944 com o objetivo de discutir a construção de uma nova ordem econômica mundial, visando assegurar a estabilidade monetária internacional. Como resultados foram criados: o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, ambos em 22 de julho de 1944. Essas instituições foram criadas por 45 países (o Brasil, entre eles) no final da Segunda Guerra Mundial, cujos representantes se reuniram, em julho de 1944, na cidadezinha de Bretton Woods, Estado de New Hampshire, Estados Unidos (ABRANDH, 2013).

No final da década 1950, iniciou-se uma experiência chamada Revolução Verde⁴⁷ que apresentava o objetivo de aumentar a produtividade de alguns alimentos através de técnicas genéticas, uso de insumos químicos, criação de sementes e práticas agrícolas. Tal fato fez com que se intensificasse a produção alimentar, inclusive no Brasil, especialmente a soja.

Mais tarde, seriam identificadas as terríveis consequências ambientais, econômicas e sociais dessa estratégia, tais como: redução da biodiversidade, menor resistência a pragas, êxodo rural e contaminação do solo e dos alimentos com agrotóxicos (ABRANDH, 2013, p. 11).

Vale ressaltar que, o contexto sócio-político e econômico brasileiro, nas décadas de 1950 a 1970, foram marcados pela expansão do capitalismo, industrialização, ampliação do processo de urbanização nas cidades, produzido pela dinâmica do capital, gerando aumento das problemáticas sociais, incluindo a fome e o avanço da pobreza.

Nessa direção, o aumento da produção agrícola se deu principalmente em países mais pobres nas décadas de 1960 e 1970 como uma estratégia de combater a fome, desnutrição e a insegurança alimentar⁴⁸.

Apesar do aumento na produção de alimentos, contraditoriamente a quantidade de pessoas famintas aumentou, não havendo quase nenhum impacto no fenômeno da fome.

Desse modo, Valente (2002) destaca que os argumentos de que o mundo não teria condições de ampliar a produção de alimentos na proporção do igual ou superior ao aumento da população foram superados. A fome e a

⁴⁷Revolução Verde - "Transformação na agricultura (...) acarretada pela injeção de tecnologia básica e de um conjunto de práticas e insumos agrícolas que asseguraram condições para que as novas cultivares alcançassem altos níveis de produtividade, dando surgimento às sementes de Variedades de Alto Rendimento - VAR. Essas sementes vieram substituir as chamadas sementes crioulas, até então bastante utilizadas na agricultura tradicional. Desta forma a diversidade de espécies agrícolas diminuiu drasticamente no mundo. A diversidade de pequenos sistemas de subsistência foi substituída por monoculturas (ABRANDH, 2007, p. 03-04).

⁴⁸A insegurança alimentar possui diversas facetas, todas bastante graves. Engloba aqueles que comem pouco por falta de renda; os que comem inadequadamente porque não ingerem os nutrientes necessários para uma vida saudável, embora possam até ingerir a quantidade necessária de calorias e proteínas (muitos, especialmente crianças, podem ter doenças associadas que impedem a absorção dos nutrientes); e também os que comem demasiadamente, necessitando de uma reeducação alimentar disponível em: <http://www.ecodebate.com.br/2010/08/26/seguranca-alimentar-e-nutricional-nas-escolas-nas-ruas-campos-construcoes-artigo-de-antonio-silvio-hendges> Acesso em 16 de agosto de 2015.

desnutrição passaram a ser vistos como problema de acesso ao alimento e não da produção.

na década de 1970, reconhece-se que uma das principais causas da insegurança alimentar da população era a falta de garantia de acesso físico e econômico aos alimentos, em decorrência da pobreza e da falta de acesso aos recursos necessários para a aquisição de alimentos (renda e terra). Assim, o conceito de segurança alimentar passou a ser relacionado com a garantia de acesso físico e econômico de todos - e de forma permanente - a quantidades suficientes de alimentos. (ABRANDH, 2007, p.04).

Cabe lembrar que, a partir dos anos 1980, a produtividade agrícola continuou o que resultou na queda de preço dos alimentos. Os gêneros alimentícios se transformaram em alimentos industrializados, sem que houvesse a eliminação da fome (ABRANDH, 2007).

Em 1983, a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) apresentou um novo conceito de segurança alimentar que se baseava em três objetivos: oferta adequada de alimentos, estabilidade da oferta e dos mercados de alimentos e segurança no acesso aos alimentos ofertados (VALENTE, 2002, p. 55).

No cenário brasileiro as primeiras referências à segurança alimentar surgem no final 1985, no Ministério da Agricultura elucidado pela proposta de implementação da Política Nacional de Segurança Alimentar.

Em 1986, acontece a 8º Conferência Nacional de Saúde com participação expressiva da população mais de 4000 pessoas, sendo 1000 delegados eleitos entre representantes da sociedade civil, profissionais e partidos políticos, tornando-se um marco de discussão para a saúde. Neste evento aparece as primeiras referências quanto ao conceito de Segurança Alimentar. É elaborado uma proposta de Política Nacional de Segurança Alimentar com a finalidade de atender às necessidades alimentares da população e atingir a autossuficiência nacional na produção de alimentos. É proposto, ainda, um evento para aprofundar a discussão e definir propostas de políticas para alimentação e nutrição (*Relatório Final da 8ª Conferência de Saúde*, 1986).

Ainda em 1986, o INAN promoveu a I Conferência Nacional de Alimentação e Nutrição, respondendo à proposta da 8ª Conferência Nacional

de Saúde. Neste evento, deliberou-se pela construção de um Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

Em 1988 foi aprovada a Constituição do Brasil, que expressa preocupação dos movimentos sociais em garantir o processo democrático, com participação popular e regras claras. Na nova Constituição foi instituído que a saúde é um direito que deve ser atendido por políticas sociais e econômicas, sendo o conceito de saúde entendido de forma ampla, como resultado de condições relacionadas à dieta alimentar, à qualidade da moradia, educação, renda, meio ambiente saudável, trabalho e transporte, emprego e diversão, liberdade, propriedade da terra e acesso aos serviços de saúde (BURLANDY, 2009 *Apud* CAISAN, p. 17).

Diante desse cenário, no início da década de 1990, o conceito de segurança alimentar passa a agregar noções de alimento seguro, qualidade, balanceamento da dieta, informação e das opções culturais das pessoas.

Essa visão foi consolidada nas declarações da Conferência Internacional de Nutrição, realizada em Roma, em 1992, pela FAO e pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Agrega-se definitivamente o aspecto nutricional e sanitário ao conceito, que passa a ser denominado segurança alimentar e nutricional (VALENTE, 2002).

Nessa época, em que começou a se falar em segurança alimentar e nutricional no Brasil.

É importante perceber que esse entendimento articula duas dimensões bem definidas: a alimentar e a nutricional. A primeira se refere aos processos e disponibilidade (produção, comercialização e acesso ao alimento) e a segunda diz respeito mais diretamente à escolha, ao preparo e consumo alimentar e sua relação com a saúde e a utilização biológica do alimento. É importante ressaltar, no entanto, que o termo Segurança Alimentar e Nutricional somente passou a ser divulgado com mais força no Brasil após o processo preparatório para a Cúpula Mundial de Alimentação, de 1996, e com a criação do Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional (FBSAN), em 1998 (ABRANDH, 2013, p.13).

A partir do início da década de 1990, consolida-se um forte movimento em direção à reafirmação do Direito Humano à Alimentação Adequada⁴⁹, conforme previsto na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) e no

⁴⁹O Direito Humano à Alimentação Adequada é realizado quando cada homem, mulher e criança têm acesso físico e econômico, ininterruptamente, à alimentação adequada ou aos meios para sua obtenção (ARANHA, 2005).

Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC) (1966) (ABRANDH, 2007).

No cenário internacional houve a Conferência Internacional de Nutrição em 1992, organizada pela FAO e a OMS que fortaleceu o conceito de segurança alimentar aspectos que estão presentes nos domicílios a exemplo, da água, saúde pública, aleitamento materno, carinho, educação dentre outros (VALENTE, 2002).

Um passo importante para isso foi à realização da Conferência Internacional de Direitos Humanos, realizada em Viena, em 1993, que reafirmou a indivisibilidade dos direitos humanos (ABRANDH, 2007).

Outros encontros internacionais, promovido pela FAO como a Cúpula Mundial pela alimentação realizada em Roma, em 1996, agregou a temática do DHAA a garantia da segurança alimentar e nutricional, avançando na construção do conceito que agora passa a envolver uma perspectiva mais ampla.

Nesse sentido, vem à tona debates no mundo e no contexto brasileiro, relativas à equidade, à justiça, uso adequado e sustentável dos recursos naturais e meio ambiente que passam a ser incluídas nas discussões sobre a segurança alimentar e nutricional.

Nota-se que o acesso à alimentação ganha caráter político e importância no contexto da vida, da dignidade humana e da satisfação das necessidades vitais do ser humano, associada não apenas ao consumo de alimentos, mas, sobretudo relacionado a outros direitos sociais e humanos.

A partir dessa discussão, compreende-se que:

o entendimento de segurança alimentar como sendo “a garantia, a todos, de condições de acesso a alimentos básicos de qualidade, em quantidade suficiente, de modo permanente e sem comprometer o acesso a outras necessidades básicas, com base em práticas alimentares que possibilitem a saudável reprodução do organismo humano, contribuindo, assim, para uma existência digna” foi proposto em 1986, na I Conferência Nacional de Alimentação e Nutrição e consolidado na I Conferência Nacional de Segurança Alimentar, em 1994 (ABRANDH, 2007, p.05).

Na II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, em 2004 deu-se seguimento ao entendimento amplo do conceito trabalhado, inclusive fomentando uma parceria efetiva entre governo e sociedade civil na promoção da Política de Segurança Alimentar e Nutricional.

Em 15 de setembro de 2006, foi aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo Presidente da República a Lei Orgânica da Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN) lei 11.346 que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) com vistas em assegurar o Direito Humano à Alimentação Adequada.

Com a aprovação deste instrumento jurídico à promoção e a garantia do direito humano à alimentação adequada torna-se meta da política de segurança alimentar e nutricional.

O Direito Humano à Alimentação Adequada se realiza quando todas as pessoas tem acesso garantido e ininterrupto à alimentação adequada e saudável por meios próprios e sustentáveis. As estratégias para a realização do DHAA são múltiplas e pressupõem a garantia de outros direitos humanos. Cabe aos Estados as obrigações de respeitar, proteger, promover e prover os direitos humanos. Assim, a obrigação de garantir a realização do DHAA implica em destinar orçamentos públicos e implementar políticas públicas universais que incluam progressivamente (e prioritariamente) a população vulnerável à fome e à pobreza (CONSEA, 2010, p. 29).

Desta maneira, entende-se por Segurança Alimentar e Nutricional:

é a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis (Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional, art. 3º, 2006).

Segundo Belik (2003), através da SAN, o direito humano à alimentação adequada não deve ser resultado de ações de caridade, pautando-se em relações clientelistas, troca de favores ou desrespeito aos valores culturais dos grupos atendidos, mas sim, prioritariamente, uma obrigação a ser exercida pelo Estado, que é a representação da sociedade.

Nesta perspectiva Aranha (2003) argumenta que a segurança alimentar e nutricional envolve quatro dimensões que devem ser garantidas. Sendo elas a questão da quantidade, qualidade, regularidade e diversidade de alimentos.

Esta última dimensão está articulada a questão cultural posta pela política de SAN e revela-se um campo importante de estudo, uma vez que, Maciel e Menasche (2003) ressaltam também que nas sociedades humanas tanto a fome como a sede são construídos em termos culturais, sociais e históricos: “o que se come, com quem se come, quando, como e onde se come: as opções e proibições alimentares (...) são definidas pela cultura”.

A gradual evolução das abordagens baseadas no DHAA contribuiu para uma maior visão sobre as políticas públicas mais adequadas no contexto de um sistema alimentar nutricional cultural. Esta valorização crescente dos aspetos culturais da alimentação decorre também do conceito de soberania alimentar, o qual surge na década de 90 impulsionado pelos movimentos sociais no contexto da progressiva internacionalização e concentração na economia agro-alimentar global, concomitantemente com a redução da capacidade dos países elaborarem e implementarem autonomamente as suas políticas agro-alimentares (FAO, 2013, p. 24).

Contudo, apesar de toda a importância que a dimensão cultural possui na definição da alimentação humana, ainda são muito comuns as ações e estratégias que procuram legitimar a (in) segurança alimentar e nutricional de grupos sociais a partir de parâmetros exclusivamente nutricionais e dietéticos.

Desta forma, ações que procuram determinar estados de (in) segurança alimentar e nutricional, pautadas puramente no estudo e na mensuração do consumo de calorias ou no gasto energético, são falhas, dado que negligenciam o fato de que “o homem se alimenta de acordo com a sociedade a que pertence” (GARINE, 1987, p. 4).

As expressões culturais, não dissociada da cultura pós-moderna, também é um elemento fundamental para a construção dos hábitos e escolhas alimentares, inclusive os aspectos dos alimentos cujo significado é construído social e historicamente a partir de gostos, práticas alimentares⁵⁰ ao preparar, temperar e servir os alimentos, crenças entre os grupos sociais dentre outras.

⁵⁰Freyre (2000) já na sua obra “Casa Grande & Senzala” abordava as práticas alimentares como expressões da sociedade, identidade e memória. E além disso, apontava o regionalismo, sincretismo, miscigenação como características da formação da identidade social para os

Apesar da importância da cultura na política de SAN, muitos são os exemplos que não dão conta da perspectiva cultural da alimentação. A competição do consumo alimentar capitalista promove a imposição do lucro sobre a cultura dos hábitos alimentares. Nesse sentido, o debate para a defesa e da garantia da cultura alimentar dos povos ganha relevância devido ao processo de massificação de um padrão alimentar hegemônico⁵¹ que ocorre atualmente.

Vale ressaltar que esse processo está relacionado à discussão da cultura do consumo e revela expressões no cotidiano da comensalidade dos sujeitos devido a dinâmica urbana, novos estilos de vida, sociabilidades que passam a fazer parte da sociedade de consumo.

Nesse sentido, as práticas alimentares industriais ganham destaque na vida cotidiana das pessoas, aumentando os lucros das grandes corporações de alimentos e passam subalternizar os regionalismos, hábitos locais e culturais que referenciam hábitos alimentares oriundos da história e identidade de um povo ou população.

Ainda na dimensão cultural, as discussões acerca da valorização da agricultura, promove também o cultivo de alimentos regionais ligadas aos hábitos alimentares da população local, sendo uma das formas através da venda de produtos agrícolas para programas alimentares no Brasil, sob o comando do governo federal, sendo um deles o Programa de Aquisição de Alimentos.

No início de 2010, o Congresso Nacional aprovou a Proposta de Emenda Constitucional 47/2003 que inclui o direito à alimentação no rol dos direitos sociais.

Art. 6º da Constituição Federal: “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a

brasileiros. Câmara Cascudo (1983) também destacava a gastronomia, culinária, história e costumes da alimentação no Brasil ao processo de formação da sociedade brasileira, especialmente no aspecto simbólico.

⁵¹No Brasil, como em outros países em desenvolvimento, é possível perceber a ocorrência desse processo de massificação do consumo alimentar capitalista, somando-se a isso, o que se observa nos dias de hoje são a quebra de valores e identidades construídos historicamente ao longo de séculos que marcam as relações sociais entre os indivíduos, passando a serem quase totalmente desconsiderados da dinâmica cultural devido à inserção de novos aspectos culturais, [e para este estudo, as práticas e hábitos alimentares rentáveis ao modelo capitalista](BRAGA, 2004).

previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.” (BRASIL, 2010, grifo nosso).

Mais uma vez, essa conquista foi fruto de mobilizações, movimentos sociais, entidades públicas e privadas e a sociedade civil em geral em torno da constitucionalidade do direito alimentar que antes estava implícito em outras legislações.

2.2 Resgate histórico das Políticas Públicas de Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil

O debate sobre a questão alimentar perpassa pela discussão sobre a relação direitos humanos e sociais com destaque para a participação do Estado, através das políticas sociais frente à problemática da fome e a insegurança alimentar que aflige milhões de pessoas.

É pertinente destacar que já na década de 1930, Josué de Castro grande estudioso em torno do fenômeno da fome já apresentava discussões em suas obras⁵² como: O problema da alimentação no Brasil (1933), As condições de vida das classes operárias (1935), Alimentação e Raça (1935), A alimentação brasileira à luz da geografia humana (1937), Geografia humana (1939), Geografia da Fome⁵³ (1946) dentre outras obras.

Josué de Castro (1946) apresenta grande contribuição em politizar a questão da fome, trazendo a discussão da alimentação a partir do viés da política e da desigualdade econômica que excluía as pessoas ao acesso aos alimentos.

A politização da fome foi à grande contribuição de Josué de Castro, trazendo as ideias da estrutura econômica e social como determinantes para a exclusão das pessoas aos alimentos bem como a atuação omissa do Estado no trato da questão.

⁵²A consulta das obras está disponível em: <<http://www.josuedecastro.org.br/jc/obra.html>> Acesso 07 de Janeiro de 2015.

⁵³ Geografia da Fome, obra na qual efetua mapeamento do Brasil a partir das características alimentares de cada um das cinco regiões brasileiras, documentando a existência de situações de fome no país, afirmando que tais situações não são consequências de fenômenos naturais, mas predominantemente determinadas por fatores econômicos e sociais. Traduzido para 25 idiomas, essa publicação projetada internacionalmente o autor (CAISAN, 2011, p. 15).

Destaque também para as obras⁵⁴ de Nelson Chaves que contribuíram nos estudos sobre alimentação e nutrição de maneira crítica e a frente do seu tempo, sendo elas: Alimentação e Saúde Pública: Mortalidade Infantil, Tuberculose, Estatura, Cárie Dentária (1948a), A Sub-Alimentação no Nordeste Brasileiro (1948b), A emoção e a vida moderna (1959a), Sexo, Nutrição e Vida (1971), Novas estratégias para o combate à fome endêmica (1982) dentre outras.

No cenário brasileiro foi no governo Vargas (1930 – 1945) que a temática dos alimentos passaram a ganhar espaço entre os intelectuais brasileiros, período que foi criado a Política de Alimentação e Nutrição. Nesse momento o Estado estabelece o salário mínimo na Constituição de 1934 através do Decreto nº 399, de 30 de abril de 1938, com a finalidade de amenizar as correlações existentes entre o salário recebido pelo trabalhador e o acesso à alimentação (FROZI; GALEAZZI, 2004).

As políticas nacionais de alimentação e nutrição do Brasil têm início com a criação dos Serviços de Alimentação e Previdência Social (SAPS), no início da década de quarenta, cujo objetivo era prestar assistência alimentar e nutricional a um grupo populacional específico: os trabalhadores. Nesse contexto o Estado assume o papel de mediador das relações entre as empresas (iniciativa privada) e os trabalhadores, para otimizar o acesso a alimentação (PINHEIRO; CARVALHO, 2010, p. 123).

Diante disso, os Serviços de Alimentação e Previdência Social (SAPS) passou a desenvolver ações junto aos trabalhadores por meio de restaurantes populares, postos de comercialização de gêneros alimentícios de necessidade básica por preços mais baratos além de atividades de educação alimentar envolvendo a importância da alimentação saudável.

Destaca-se que em 1948 ocorre a aprovação da Declaração Universal dos Direitos Humanos, consagrando mundialmente o direito à alimentação incluída na discussão para um padrão de vida digno.

⁵⁴Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csp/v17n6/6977.pdf>> Acesso em 15 de Agosto de 2015.

Na década de 50 no Brasil, a política ruralista era centrada nas grandes propriedades e no poder dos latifundiários, conhecidos como coronéis, detentores dos meios de produção. Nesse período surge um movimento de base rural (Ligas Camponesas), em Pernambuco, tornando-se o principal movimento contestador do poder dos coronéis e reivindicador da reforma agrária (CAISAN, 2011, p. 15).

Em 1952, a Comissão Nacional de Alimentação (CNA) - já vinculada ao Ministério da Saúde e Educação - instituiu um Plano Nacional de Alimentação a fim de enfrentar a problemática da fome, compreendendo que este fenômeno está atrelado ao modelo econômico e social em desenvolvimento. Poucos avanços foram obtidos nessa Comissão, apesar de várias propostas de mudanças institucionais e econômicas no país (PINHEIRO; CARVALHO, 2010).

A década 1960 foi marcada por uma forte crise alimentar no Brasil provocada pela dinâmica econômica e conseqüentemente crise no abastecimento alimentar. Em 1962, foram criadas três entidades nacionais de armazenamento: Companhia Brasileira de Alimentos (Cobal), Comissão de Financiamento da Produção (CFP) e Companhia Brasileira de Armazenagem (Cibrazen). Também foi criada a Superintendência Regional de Política Agrária (SUPRA) com o escopo de fazer a Reforma Agrária no país (CAISAN, 2011).

Em 1964, o então Presidente João Goulart assina Decreto nº 53.700, de 13 de março de 1964, desapropriando terras próximas às rodovias federais e destinando essas áreas para a Reforma Agrária, entretanto ao final do mês houve o Golpe Militar, iniciando-se o período da Ditadura, que persistiu por 21 anos. A partir de 1964 a fome desaparece da agenda política brasileira (CASTELLO BRANCO, MATTEI e WRIGHT, 1994).

Em 1972, ocorre a substituição da CNA pelo INAN (Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição) vinculada ao Ministério da Saúde que compõe um dos principais projetos de impactos do governo de Médici (1969 - 1974) no auge da ditadura militar. O INAN implementa várias ações, programas e projetos na área da política de alimentação e nutrição para as pessoas em situação de insegurança alimentar, grupos de risco como: gestantes, idosos/as e nutrízes além dos trabalhadores/as inseridos no mercado de trabalho formal (PINHEIRO; CARVALHO, 2010).

Nessa direção, o Instituto passa a coordenar e organizar ações do programa nacional de alimentação e nutrição no país e estabelece no período (1976-1979) o II PRONAN. Este programa traz a ideia dos programas de suplementação alimentar como forma de combater a fome de maneira imediata.

Além disso, houve uma integração com as atividades do produtor agrícola, ações de combate às deficiências nutricionais, promoção do aleitamento materno, ações de vigilância nutricional, capacitação de recursos humanos e fomentos a pesquisa, articulações essas que mostravam a proposta intersetorial do PRONAN.

Com processo de abertura democrática, os movimentos sociais renascem no cenário sócio-político e em 1980, o debate sobre a fome reaparece. Posteriormente, ao falecimento de Josué de Castro vários órgãos e instituições governamentais e não-governamentais passam a discutir problemática da fome em diversos Estados brasileiros, resultando na publicação do livro *Raízes da Fome* (CASTELLO Branco; MATTEI; WRIGHT, 1994).

Contudo, a priorização pelas políticas econômicas e agrícolas marcaram a década de 1980 através de um modelo de desenvolvimento liberal, com poucos recursos direcionados para as políticas alimentares⁵⁵ entrave que fragilizou a implementação dos programas e projetos. Observou-se ainda nesta década, um aumento da produtividade agrícola, resultando na queda de preços, todavia a fome não foi eliminada.

No início do governo Fernando Collor de Mello (1990), o tema da Segurança Alimentar sofreu um retrocesso em relação à atuação governamental federal. Houve a desestruturação e extinção da maioria dos programas de alimentação e nutrição, inclusive daqueles de suplementação alimentar dirigido a crianças menores de sete anos, aleitamento materno e combate a carências específicas (CAISAN, 2011, p 17).

⁵⁵Embora, tenha tido o reconhecimento do direito alimentar pela Organização das Nações Unidas como direito humano desde 1948, no Brasil essa discussão só foi legitimada e regulamentada como a efetivação da política de segurança alimentar e nutricional tardiamente.

Na década de 1990, algumas propostas foram construídas pelo governo paralelo coordenado pelo Partido dos Trabalhadores, como por exemplo, a proposta de criação da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional em pauta vários anos anteriores.

A proposta foi apresentada ao governo Collor, que não se mostrou sensibilizado. Sendo reapresentada ao novo presidente, em fevereiro de 1993, acabou subsidiando a elaboração do Plano Nacional de Combate à Fome e à Miséria e a criação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA), em maio de 1993 (VALENTE, 2002, p. 58).

No Governo de Itamar Franco, em 1993, foi criado o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), de caráter consultivo, com a atribuição de propor medidas de combate à fome e de promoção da segurança alimentar e nutricional no Brasil.

A partir da convocação desse Conselho, acontece a I Conferência Nacional de Segurança Alimentar, realizada em 1994 após um processo de mobilização nacional em torno do tema.

Essa I Conferência produziu uma declaração política e um documento programático com as condições e requisitos para uma Política Nacional de Segurança Alimentar, conforme será detalhado mais adiante (PACHECO, 2003).

A partir do primeiro mandato de Fernando Henrique Cardozo (1995-1999) as políticas sociais e, em especial, assistência social e segurança alimentar e nutricional foram progressivamente influenciadas por uma abordagem filantrópica e de solidariedade social, embora reconhecidas como direito social. O modelo de gestão conciliava iniciativas do Estado e de organizações da sociedade civil. Essa atuação aumentava a participação do setor privado na execução dos serviços sociais.

Foi também no governo FHC, que o CONSEA foi extinto em menos de dois anos depois de instituído, e em seu lugar foi criado o Conselho da Comunidade Solidária. Os programas deste conselho, vinculado à Casa civil da presidência da República cujo escopo está direcionado para o combate a pobreza e a fome nas áreas de alimentação e nutrição, serviços urbanos, desenvolvimento rural, geração de emprego e renda, defesa de direitos e promoção social.

Neste período, havia um debate em torno do direito à alimentação incluindo grande mobilização da sociedade civil, expresso pela campanha “Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida”, organizada por vários movimentos sociais, cujo criador foi o sociólogo Herbert de Souza, o “Betinho”.

Nessa lógica foi criada o Comunidade Solidária que tinha a participação da sociedade nas ações do conselho, entretanto provocou impacto não apenas na segurança alimentar e nutricional, mas também no campo da assistência social.

Para a execução desse programa, há um apelo forte a sociedade para participar e contribuir no enfrentamento da miséria e da fome, assim como, as organizações da sociedade civil. Ainda em 1999, o programa deslocou seu eixo central de intervenção para a implementação de propostas de desenvolvimento local por meio de um novo programa chamado Comunidade Ativa.

Algumas ações emergenciais referentes à segurança alimentar e nutricional foram executadas como, transferências de renda, distribuição de alimentos –, bem como a ampliação de programas consolidados – merenda escolar, programa de alimentação do trabalhador, a criação de bancos de alimentos, restaurantes populares e cozinhas comunitárias.

Valente (2002) ressalta que no Brasil, a fome, miséria e desnutrição nunca foram prioridades dos governos, já que afetaram e afetam a classe subalterna que são excluídas do processo econômico e político hegemônico. Nesse sentido, essas problemáticas, muitas vezes, foram tratadas de maneira pontual, emergencial e assistencial.

Contudo, o modelo residual dos programas e projetos permanece, ou seja, o atendimento focado no atendimento dos pobres entre os pobres, negando a universalidade conquistada pela população e legitimada através das legislações sociais.

Na primeira gestão do governo Luiz Inácio Lula da Silva ocorre uma mobilização e organização dos movimentos sociais que colocam em pauta o fenômeno da fome e cobram resposta do Plano de Governo que apresentava como slogan “Fome Zero”.

Segundo (Silva & Silva, 1991) a principal contribuição ao tema da Segurança Alimentar foi construída no governo de Luiz Inácio Lula da Silva, embora ainda propostas de política públicas baseadas no modelo liberal.

A unificação dos programas de transferência de renda (Bolsa Alimentação, Bolsa Escola, Cartão Alimentação e Vale Gás) acontece nesse período onde foi criado o Programa Bolsa Família. Este passa a atuar com o propósito de combater à fome e estabelecer uma nova forma de intervenção, que já suscitava diante da sociedade em relação a uma política de renda mínima.

Esse fato ocorreu pelo processo de mobilização e organização da sociedade civil e dos movimentos sociais que contribuíram diretamente para colocar em pauta o fenômeno da fome.

O programa Bolsa Família passa a ser gerido sob a responsabilidade de um Conselho Gestor Interministerial vinculado à Presidência da República, contando com uma Secretaria-Executiva com a finalidade de coordenar, supervisionar, controlar e avaliar a operacionalização do mesmo.

Nesse cenário político ímpar, em que o presidente da República é um representante da classe trabalhadora e adota alguns direcionamentos, diversos dos governos anteriores. Ocorre então, o gerenciamento das ações no âmbito do Fome Zero (na qual faz parte o Programa Bolsa Família) sob responsabilidade do Mesa, o Programa unificado de transferência de renda, subordinado à Presidência da República, e os programas da assistência social, sob gestão do antigo Ministério de Assistência Social.

No caso brasileiro, crescem estudos sobre o programa de governo da última década denominado “Fome Zero” refletindo preocupação desta gestão governamental, com a fome, como política pública. São exemplos de estudos os livros de Marlene da Rocha (Org.), Renato Maluf e Araújo Costa.

Dentro dessa lógica de gestão a política de segurança alimentar e nutricional se desenvolveu articulando programas e projetos de proteção social de cunho emergencial e estrutural para o atendimento junto aos grupos sociais de maior vulnerabilidade social.

O desenrolar desse processo culminou na aprovação, em 2003, da Lei Orgânica da Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN) que cria o Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), representando grande avanço na

sistematização e operacionalização das ações na área de segurança alimentar e nutricional.

Em janeiro de 2004, foi criado, pela Medida Provisória nº 163, o Ministério do Desenvolvimento Social para responder pelas políticas nacionais de assistência social, de segurança alimentar de combate à fome e de transferência de renda. E é com a criação desse Ministério que se inicia um esforço maior de integrar essas políticas.

Além disso, o Ministério de Desenvolvimento Social incorporou outras responsabilidades como à gestão (Fundo Nacional de Combate e Erradicação da Pobreza e Fundo Nacional de Assistência Social), vinculados a ele os seguintes órgãos colegiados: Conselho Nacional de Assistência Social, Conselho Consultivo e de Acompanhamento do Fundo Nacional de Combate e Erradicação da Pobreza, Conselho de Articulação de Programas Sociais e Conselho Gestor do Programa Bolsa Família.

No entanto, o MDS passou ainda por várias mudanças institucionais, criando uma secretaria específica (Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional) para implementar uma política ampla e intersetorial, (envolvendo as áreas de produção, comercialização, distribuição, consumo e educação).

No campo da segurança alimentar e nutricional observaram-se importantes alterações. Destaca-se a progressiva ampliação da cobertura do Bolsa Família e um maior atendimento do público-alvo, que estava previsto em sua lei de criação.

Nesse momento, aumentam significativamente as ações de apoio à produção da agricultura familiar, em especial o Programa Nacional da Agricultura Familiar (PRONAF), operando linhas de crédito específicas, e os Programas de Aquisição de Alimentos em suas modalidades.

O Programa Fome Zero passou a afirmar-se como parte de uma política de segurança alimentar e nutricional, pois este programa objetiva não só o combate a fome, mas também promover, a segurança nutricional com oferta de alimentos de qualidade, estratégias sustentáveis de produção e distribuição, preservação da biodiversidade e promoção da saúde.

Essa sanção foi impulsionada pelo CONSEA. A campanha nacional pela inclusão da alimentação na Constituição contou com a participação de diversos

movimentos sociais, organizações não governamentais, artistas, cidadãos e militantes de todo o país.

2.3 Histórico do Programa de Aquisição de Alimentos no Brasil

No início da década de 1990 debates e discussões se intensificaram acerca do combate a fome e a promoção da segurança alimentar e nutricional da população, sobretudo por meio da Campanha “Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida⁵⁶” liderado por Herbert de Souza, conhecido como Betinho. Entretanto, foi no governo Lula (já no primeiro mandato) que tal temática ganha destaque na cena pública por meio das ações estruturantes do Programa Fome Zero.

Esse cenário favoreceu avanços significativos para as questões ligadas à agricultura familiar no rol das políticas governamentais, a exemplo disso, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) que nasce nesse contexto, articulando o tema da pobreza rural com o da insegurança alimentar e nutricional da população em geral.

O Programa de Aquisição de Alimentos – PAA foi criado em julho de 2003, através do artigo 19 da lei nº 10.696⁵⁷. Tal legislação instituiu o programa

⁵⁶Esse movimento articulou e coordenou uma grande campanha de mobilização social para trabalhar em torno do combate à fome que resultou na criação de inúmeros comitês locais e estaduais que trabalhavam na arrecadação de alimentos, roupas e material de construção. Essas doações eram destinadas à rede das entidades da sociedade civil que atendiam as populações de baixa renda, em especial as famílias ou pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional (MDS, 2015, p. 37).

⁵⁷Programa de Aquisição de Alimentos foi regulamentado pelo Decreto nº 6.447 de 7 de maio de 2008. No entanto, o marco legal do Programa passou por alterações a partir da aprovação da Lei 12.512 de 14 de outubro de 2011 e do Decreto nº 7.775 de 04 de julho de 2012 e de suas alterações, que incorporaram a possibilidade de atuação em parceria com estados, municípios e consórcios públicos, sem a necessidade de celebração de convênios, mas usando um novo instrumento, o Termo de Adesão. O MDS começou a substituir seus convênios com os estados e municípios pelo instrumento Termo de Adesão (Lei Nº 10.696/2011, 12.512/2012 e Decreto Nº 7.775/2012). Esse novo modelo substituirá os atuais convênios e o pagamento será feito pelo MDS diretamente ao agricultor familiar e/ou suas

para atuar em duas principais finalidades: promover o acesso à alimentação e fortalecer a agricultura familiar.

Para alcançar esses dois objetivos, o programa formula a compra de alimentos produzidos pela agricultura familiar, com dispensa de licitação e os destina às pessoas em *vulnerabilidade alimentar*, à rede de assistência social incluindo escolas, bancos de alimentos, cozinhas comunitárias dentre outros serviços públicos (MDA, 2015).

O PAA ainda contribui para formulação de estoques públicos para os atendimentos as demandas alimentares bem como promove a valorização da rede de comercialização entre os agricultores locais por meio das compras governamentais de alimentos, estimula o consumo de alimento saudáveis e principalmente incentiva o cooperativismo e associativismo (MDS, 2015).

Entretanto, o programa em discussão não bloqueia a compra de alimentos processados, ultraprocessados ou industrializados e de alguma forma facilita a inserção dos/as beneficiários/as do programa na dinâmica da sociedade de consumo conforme discussão no capítulo I.

O referido programa integra o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN, instituído pela Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, e tem as seguintes finalidades:

- I - incentivar a agricultura familiar, promovendo a sua inclusão econômica e social, com fomento à produção com sustentabilidade, incentivo ao processamento da produção e à geração de renda;
- II - incentivar o consumo e a valorização dos alimentos produzidos pela agricultura familiar;
- III - promover o acesso à alimentação, em quantidade, qualidade e regularidade necessárias, às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, sob a perspectiva do direito humano à alimentação adequada e saudável;
- IV - promover o abastecimento alimentar por meio de compras governamentais, inclusive para prover a alimentação escolar, quando necessário, nos âmbitos municipal, estadual, distrital e federal, e nas áreas abrangidas por consórcios públicos;
- V - constituir estoques públicos de alimentos produzidos por agricultores familiares;
- VI - apoiar a formação de estoques pelas cooperativas e demais organizações formais da agricultura familiar;
- VII - fortalecer circuitos locais e regionais e redes de comercialização;
- VIII - promover e valorizar a biodiversidade e a produção orgânica e agroecológica de alimentos, incentivar hábitos alimentares saudáveis em nível local e regional; e
- IX - estimular o cooperativismo e associativismo (MDS, 2015, p. 10).

organizações, por meio de um cartão bancário próprio para o recebimento dos recursos do PAA.

Para participar do programa, os produtores rurais devem apresentar a Declaração de Aptidão do PRONAF (DAP) e, preferencialmente, estarem organizados em cooperativas, associações ou grupos de interesse informais com, no mínimo, cinco agricultores. Desse modo, os alimentos produzidos pelos agricultores familiares são comprados a preços de mercado local e fornecidos às entidades de assistência social.

As ações do PAA são operacionalizadas por meio do estabelecimento de convênios entre o MDS e as administrações estaduais e municipais. No caso dos convênios com os governos estaduais, prevê-se a constituição de uma coordenação do programa em nível estadual visando a articular os diferentes agentes e, no âmbito dos municípios, há a necessidade de que os projetos sejam aprovados por um conselho (Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável, Conselho de Segurança Alimentar etc.) (MDA, 2012).

De acordo com Mattei (2007, p. 5), “os instrumentos do programa beneficiam tanto o agricultor familiar como os consumidores [...]. Desta forma, ‘busca-se uma associação entre a política de segurança alimentar e nutricional e as políticas de promoção da agricultura familiar”.

A criação do PAA tem como objetivo romper com o círculo vicioso da fome, provocado pela falta de políticas que criem novas oportunidades de emprego e renda, evidenciando assim uma forma integrada de se pensar tanto as políticas sociais como aquelas destinadas à agricultura, já que privilegia a agricultura familiar. Isso porque, viabilizar “a produção agroalimentar é, ao mesmo tempo, enfrentar a pobreza rural e um dos principais focos de insegurança alimentar” (MALUF, 2007, p. 166).

Em contraposição a citação acima, a partir de um olhar refinado, compreende-se que apesar do PAA apresentar avanços na perspectiva de geração de renda para os agricultores familiares, é preciso lembrar que o programa supracitado está imerso a conjuntura capitalista que apresenta limites e entraves para a efetivação da SAN na sua totalidade, inclusive superar o assistencialismo alimentar, tão latente na história brasileira.

Entre os anos de 2003 e 2005, o PAA foi operacionalizado somente com recursos do MDS através do Fundo de Combate e Erradicação à Pobreza, sendo desenvolvido pela Secretaria Nacional de Segurança Alimentar (SESAN)

em parceria com governos municipais e estaduais, e com a CONAB. Hoje o PAA recebe recurso também do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA).

Várias são as modalidades do PAA, mas segue abaixo o programa de análise desta dissertação:

Tabela1- Programa de Aquisição de Alimentos na Modalidade Compra da Agricultura Familiar para Doação Simultânea

<p>Compra da Agricultura Familiar para Doação Simultânea</p>	<p>A Modalidade Compra com Doação Simultânea promove a articulação entre a produção da agricultura familiar e as demandas locais de suplementação alimentar, além do desenvolvimento da economia local.</p> <p>Os produtos adquiridos dos agricultores familiares são doados às pessoas em insegurança alimentar, por meio da rede socioassistencial ou equipamentos públicos de segurança e à rede pública e filantrópica de ensino.</p> <p>Esta Modalidade é executada com recursos do MDS, que pode utilizar dois tipos de instrumentos para sua implementação:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Celebração de Termo de Adesão com órgãos ou entidades de administração pública estadual, distrital ou municipal, direta ou indireta e, consórcios públicos; - Formalização de Termo de Cooperação com a Conab. <p>A Compra com Doação Simultânea permite a aquisição de alimentos in natura ou processados, enriquecendo os cardápios dos beneficiários consumidores.</p> <p>O fornecimento de produtos orgânicos é privilegiado, sendo possível incluir até 30% mais do que o valor pago para o alimento convencional.</p> <p>Para participar da Modalidade, os agricultores devem possuir a Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP.</p> <p>O limite de participação por unidade familiar/ano é de R\$ 6.500,00 (seis mil e quinhentos reais) para agricultores individuais (via Termo de Adesão) e R\$ 8.000,00 (oito mil reais) para agricultores que participarem por meio de organizações da agricultura</p>
--	--

	familiar (via Conab).
--	-----------------------

Fonte: Ministério de Desenvolvimento Social (2015).

Destaca-se que é possível aos produtores, ou suas organizações, acessarem mais de uma modalidade do PAA simultaneamente, desde que sejam atendidos os critérios estabelecidos no programa. A CONAB tem a função de credenciar as entidades beneficiadas com o PAA e os polos de compras, sejam cooperativas ou associações de produtores rurais. Cabe também à CONAB repassar aos polos de compra o padrão de qualidade dos alimentos entregues pelos agricultores e que é estabelecido pelo MAPA.

Em relação às instâncias de controle social é preconizado pelo Decreto nº 7.775, de 4 de julho de 2012 Decreto nº 7.775, de 4 de julho de 2012, exposto no artigo 44^a criação de conselhos de segurança alimentar e nutricional nas três esferas (nacional, estadual e municipal). Não existindo este conselho cabe ao Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável ou Conselho de Assistência Social o acompanhamento dos programas e projetos de segurança alimentar e nutricional.

2.3.1 Programa de Aquisição de Alimentos no município de Serra Talhada – PE⁵⁸

O Programa de Aquisição de Alimentos na modalidade Compra da Agricultura Familiar para Doação Simultânea surge no cenário serratalhadense, em 2006, associada a um contexto de fome, insegurança alimentar e poucas oportunidades para os/as agricultores/as no âmbito das políticas sociais no Sertão do Pajeú em Pernambuco.

A paisagem da seca, clima semiárido e poucas chuvas fazem parte do cenário local que muitas vezes, deixou consequências desastrosas para as famílias (área rural e urbana) da região as quais ficam a mercê de políticas públicas para enfrentar os efeitos da seca à falta ou pouca renda, trabalho, alimentos e serviços sociais básicos.

Na gestão do prefeito Carlos Evandro (2006-2009) o município de Serra Talhada viveu uma fase de oportunidades e propostas de âmbito nacional para o combate a fome e para agricultura familiar.

Vale salientar, em 2006, foi sancionada a LOSAN que assegura a alimentação adequada como um direito fundamental, atribuindo ao poder público o dever de propor políticas, programas e projetos visando à garantia da segurança alimentar e nutricional da população. Editais e novos recursos foram direcionados e lançados pelo Governo Federal para ampliar as ações da segurança alimentar e nutricional no país.

Devido às muitas mobilizações, movimentos sociais e participações de lideranças políticas em torno da questão alimentar, tais avanços "foram obtidos" na medida em que o direito à segurança alimentar e nutricional foi em

⁵⁸Os dados do Programa de Aquisição de Alimentos do município de Serra Talhada foram obtidos através de entrevistas junto à coordenação e os técnicos do programa.

diferentes momentos históricos objeto de práticas assistencialistas, paternalistas e de apadrinhamento.

Foi nesse cenário que gestores e técnicos participaram de reuniões em Brasília em busca de programas e projetos para melhorias da população sertaneja. O poder local mobilizou técnicos, profissionais na construção de alguns projetos, dentre eles o Programa de Aquisição de Alimentos encaminhando-o para o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Após a aprovação do projeto, o município de Serra Talhada estabeleceu uma parceria junto ao Governo Federal, passando a receber recursos (MDS e MDA) e atuar frente às demandas da fome, agricultura familiar e geração de renda. A atuação do programa abrange ofertar gêneros alimentícios as entidades sociais/ equipamentos sociais ligadas à política nacional de segurança alimentar e nutricional.

Quanto aos recursos mais de R\$ 300 mil reais foram liberados pelo MDS para a implementação das ações, atividades e infraestrutura para o funcionamento do programa. A prefeitura municipal de Serra Talhada e o Governo Federal estabeleceu uma parceria com o município efetuando uma contrapartida para a execução do programa.

Criado o programa, este passou a ser executado conforme as leis 10.696/2003 e 8.666/93, respectivamente do Programa de Aquisição de Alimentos e isenção de processo licitatório para a compra de gêneros alimentícios.

A prefeitura local contratou a equipe técnica composta por um técnico agrícola, um encarregado de campo e um coordenador para iniciar as atividades do programa.

Posteriormente, a aceitação da minuta foram realizadas várias visitas em associações comunitárias, sendo uma delas na Associação Juazeiro Saco da Roça na área rural a fim captar agricultores familiares cadastrados no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) para venderem seus produtos cultivados no campo. Buscas foram feitas em entidades para inserção no programa objetivando o atendimento quanto à suplementação nutricional do público atendido.

Ressalta-se que durante esse processo, alguns relatos obtidos junto aos profissionais do PAA vários agricultores familiares não acreditavam que o repasse de recursos do Governo Federal chegassem às contas bancárias dele/as além de duvidarem das ações e propostas do programa.

Em relação às entidades assistenciais⁵⁹ foram cadastradas A (400 pessoas), B (16 idosos/as), C (50 pessoas), D (115 pessoas), E (150 pessoas), F (2000 pessoas), G (1993 crianças), H (126 pessoas) e I (100 pessoas), totalizando quase 5 (cinco) mil pessoas.

Depois desse processo foi publicizada a Chamada Pública realizada por meio de um jornal local para divulgação e captação de agricultores/as familiares e entidades socioassistenciais interessadas em participar do programa. Os principais alimentos cultivados pelos agricultores/as e comprados pelo programa foram frutas e verduras, por exemplo, coentro, alface, banana, cenoura, macaxeira, pimenta de cheiro, mamão, maracujá, couve e milho.

No primeiro mês de funcionamento do programa, vários agricultores familiares receberam o pagamento dos alimentos fornecidos bem como as instituições cadastradas receberam os alimentos.

Desde 2006, o PAA é acompanhado e monitorado pelo Conselho de Desenvolvimento Rural e Sustentável de Serra Talhada, sendo recentemente empossado julho/2015 os membros do Conselho Municipal de Segurança Alimentar do município.

⁵⁹As entidades referências foram elencadas a partir das letras do alfabeto a fim de não expor ou nomear as instituições atendidas.

III. Sociedade de consumo no sertão do Pajeú e a efetivação do Programa de Aquisição de Alimentos

3.1- Município de Serra Talhada, Sertão do Pajeú - PE e a cultura de consumo alimentar

O município de Serra Talhada está localizado na mesorregião do sertão pernambucano, microrregião do Pajeú, distante 410 km do Recife, ocupando uma área de 2.980 km² e abrange cerca de 9% do território do Estado. Concentra uma população estimada de 83.712 habitantes (IBGE, 2014)⁶⁰, sabendo que o quantitativo populacional, na realidade, excede esse resultado, visto que, o fluxo migratório nessa região é contínuo e dinâmico, por o município ser o 4º (quarto) polo de desenvolvimento econômico do estado.

Este processo se estruturou em função da oferta de serviços, nas áreas de saúde, educação, comércio, setor bancário, lazer, cultura (conhecida pela capital do xaxado – dança e ritmo musical do sertão nordestino), mediante iniciativas dos setores públicos e privados em geral, do crescimento da cidade e da chegada de estilos urbanos de vida, influenciados, também, pela cultura do consumo que se expande pelo Nordeste que tem contribuído para mudanças no estilo de vida das pessoas da região.

Figura 1. Mapa da região do Sertão do Pajeú

⁶⁰Disponível em: <[http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=261390&search=pe nambuco|serra-talhada|infograficos:-informacoes-completas](http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=261390&search=pe%20nambuco|serra-talhada|infograficos:-informacoes-completas)> Acesso em 13 de Junho de 2015.



Fonte: IBGE

O município de Serra Talhada - Pernambuco, a antiga Villa Bela cujo clima é semiárido, ao longo dos anos, sofreu mudanças políticas, econômicas, sociais e ambientais. Na região do sertão do Pajeú, é considerado um polo médico, educacional e também nos setores de micro e pequenas empresas.

Contudo, nos últimos anos ocorreu um maior impacto para a expansão urbana no município, advinda principalmente por alguns fatores, tais como: chegada da Universidade Federal Rural de Pernambuco – Unidade Acadêmica de Serra Talhada em agosto de 2006 (advinda do processo de interiorização do ensino superior federal), obras da ferrovia Transnordestina que liga os estados do Piauí ao Ceará (principalmente a do lote que liga os municípios de Serra Talhada – PE a Salgueiro – PE) para o escoamento de mercadorias, e, recentemente com perspectiva ainda maiores de crescimento com a chegada do curso de medicina da Universidade de Pernambuco e de universidades privadas e do Instituto Federal de Educação (PAULO; ALVES; SILVA, 2014, p. 10)⁶¹.

Atreladas a essas questões, observa-se também a expansão de serviços essenciais para a população, tais como saúde, alimentação, vestuário, comércio e outros. Entretanto, este fenômeno, trouxe uma migração populacional para a região, impactando a estrutura urbana que predomina nos municípios do interior pernambucano.

⁶¹As análises elencadas fazem parte do artigo intitulado “Desenvolvimento Urbano no município de Serra Talhada – Pernambuco, Brasil “Avaliação dos impactos sociais e ambientais provocados pelo processo de expansão urbana” publicado no periódico eletrônico Fórum Ambiental da Alta Paulista (Dilemas da Sustentabilidade Urbana), Volume 10, Número 4, 2014, ISSN 1980-0827 pelos autores PAULO, Felipe Luiz Lima de; ALVES, Janielle do Amaral; SILVA, Silvia Sibeles da Mota e, Disponível em: <file:///C:/Users/Us%C3%BAa/Downloads/802-1616-1-SM.pdf> Acesso em 13 de Junho de 2015.

Inicialmente observou-se aumento nos preços dos alugueis, no valor dos imóveis, na verticalização dos imóveis, ou seja, do uso e ocupação do solo em geral, principalmente naquelas áreas já delimitadas como valorizadas, seja por ter maior disponibilidade de equipamentos de serviços públicos e privados, ou por historicamente terem sido ocupadas por aqueles que possuem maior poder aquisitivo. Este fenômeno fez com que vários moradores, com menor poder aquisitivo, deixassem suas residências (vendendo ou alugando) em detrimento do poder econômico (PAULO; ALVES; SILVA, 2014, p. 10).

Essa dinâmica urbana, cada vez mais presente na vida dos/das serratalhadenses vai além das novas formas de sociabilidade, as relações interpessoais passaram a ser, como nas cidades, mais distantes e individualizadas, estendendo-se também para as práticas alimentares inseridas na dinâmica da sociedade de consumo.

A urbanização e a industrialização das refeições⁶² avançam tanto no meio urbano como no rural, passando a misturar-se nesse processo. Um exemplo claro disso refere-se à alimentação, à produção e preparo dos produtos alimentares agropecuários, pesqueiros, industrializados, seja nos espaços doméstico-familiares, como nos espaços públicos institucionais, de restaurantes, lanchonetes, cantinas escolares e nas salas de alimentação dos grandes centros comerciais.

Nas cidades do interior pernambucano a comensalidade de sua população, como a da zona rural, ora refletem um consumo mais industrial, “moderno”, ora uma ingestão mais natural e regionalizada.

Esse fato se revela no processo de produção camponesa, compreendida nas últimas décadas como agricultura familiar⁶³ e cujo processo alimentação, à produção e preparo dos produtos alimentares agropecuários, pesqueiros, industrializados, seja nos espaços doméstico-familiares, como nos espaços

⁶²(...) quando faz referência ao processo de industrialização como um fator determinante para a desconexão entre quem produz e quem consome e afirma “[...] a industrialização representa, em primeiro lugar, uma desconexão definitiva entre a produção e consumo de alimentos [...] também, coincide com um controle “imperial” direto e crescente sobre a produção e consumo de alimentos” (PLOEG, 2008, p. 22).

⁶³Agricultura familiar é um termo difundido no Brasil com o Programa Nacional de Fortalecimento da agricultura Familiar - PRONAF criado em 1996 pelo presidente Fernando Henrique Cardoso- FHC. Alguns/as estudiosos desta questão, consideram a agricultura familiar uma categoria social de pequenos agricultores/as voltados para a produção para o mercado, como explica Maria Nazareth B. Wanderley em Agricultura Familiar e Campesinato: rupturas e continuidade, Disponível <<http://wp.ufpel.edu.br/leaa/files/2014/06/Texto-6.pdf>.> Acesso em 06 de Agosto de 2015.

públicos institucionais, de restaurantes, lanchonetes, cantinas escolares e nas salas de alimentação dos grandes centros comerciais.

Além da produção e preparo dos produtos alimentares agropecuários, pesqueiros, industrializados, seja nos espaços doméstico-familiares, como nos espaços públicos institucionais, de restaurantes, lanchonetes, cantinas escolares e nas salas de alimentação dos grandes centros comerciais produção para o mercado e uma outra, para o autoconsumo, produção para o mercado que garante os rendimentos monetários para a compra dos bens de consumo não produzidos na roça e no quintal familiar.

Nessa lógica, os espaços da produção para o autoconsumo distanciam-se, voltando-se um setor desta pequena produção para a produção de produtos voltados para a indústria, aumentando a produção de alimentos industrializados e conseqüentemente preterindo os alimentos mais próximo do seu estado natural.

Relatos⁶⁴ de estudantes do curso de Serviço Social que residem na zona rural de Serra Talhada consideram que os alimentos regionais são muito consumidos pelas famílias rurais, mas já há uma presença introdutória de alimentos ricos em gordura saturada (biscoitos recheados), açúcar (refrigerantes), sódio (molhos). O que não é por um acaso.

Como já vimos no primeiro capítulo o processo de expansão da urbanização brasileira nas últimas décadas, relacionado ao processo de globalização do capitalismo contemporâneo, as regiões e municípios interioranos e rurais, também se inserem neste processo bem como nas formas contemporâneas da sociedade capitalista, quer dizer, a sociedade de consumo.

As mudanças da cultura alimentar dessas regiões, relacionam-se também com a cultura do consumo alimentar atrelada, tanto ao processo de industrialização dos produtos alimentícios e aos estilos de vida urbanos que vão inserindo-se nessas regiões e municípios.

No Sertão do Pajeú, no qual localiza-se Serra Talhada, o aumento da ingestão de alimentos ultraprocessados tem se massificado com acréscimo de

⁶⁴Os relatos fazem parte das discussões do Grupo de Pesquisa sobre Política Social Alimentar do curso de Serviço Social, aprovado pelo departamento de pesquisa e extensão, em 2015, da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais de Serra Talhada, coordenado pela docente Sílvia Sibeles da Mota e Silva.

mercadinhos e botecos nas áreas próximas da população rural que tem recorrido a tais estabelecimentos comerciais devido às estiagens, período em que o acesso a alimentos da terra (*in natura*) é mais difícil não apenas pelas plantações não se desenvolverem, mas também limitado economicamente, já que, em consequência da escassez, esses produtos ficam mais caros.

Tal cenário faz com que os alimentos se tornem “*naturalmente*” uma alternativa alimentar mais atrativa, reforçada pela publicidade da mídia televisiva – que chega a muitas das moradias das famílias sertanejas, e às vezes “relativamente mais baratos”, sempre à disposição, passando a integrar a dieta local.

O uso de equipamentos eletrodomésticos, também estimulado pela publicidade, já faz parte da vida de muitas famílias sertanejas, como o fogão, micro-ondas, sugar, batedeira e sanduicheira, nem sempre tão usados, os últimos, mas já presentes no ambiente da cozinha das famílias.

Foi ressaltado nas falas que a entrada dos novos eletrodomésticos não eliminou totalmente o uso de equipamentos antigos, como por exemplo, o fogão a lenha não foi substituído pelo fogão a gás, porém o primeiro só é utilizado na falta de dinheiro para comprar o botijão de gás, este utilizado geralmente no período da noite.

Dentre os diálogos⁶⁵ realizados durante o almoço num restaurante bem frequentado na cidade, em 2014, uma nutricionista relatou que resultado de uma pesquisa de mercado que realizou investigação sobre as comidas regionais ainda são muito procuradas, porém, outros alimentos que referenciam uma cultura urbana de consumo alimentar, já começam a fazer parte da dieta das pessoas.

Essa dinâmica passa a revelar as características que começam a dar forma à sociedade de consumo no sertão pernambucano, pois já passa a fazer parte da realidade do interior, não estando deslocada do cenário de cidades urbanas, devido, também, à migração de pessoas advindas de outras cidades.

Deste modo, hábitos e padrões alimentares de regiões metropolitanas das grandes cidades passaram a fazer parte do cotidiano da população sertaneja. A dinâmica do trabalho, atividades sociais e até das mudanças de

⁶⁵Tais análises fazem parte dos resultados desta dissertação coletadas através das observações *in loco* realizadas nos restaurantes e espaços de alimentação.

trânsito e sinalização da cidade, passaram a exigir uma forma de viver mais dinâmica e rápida.

Através de observações e conversas com universitários/as da Autarquia Educacional de Serra Talhada, percebe-se que muitos alunos/as são de outras cidades e/ou municípios vizinhos e até de outros Estados como Ceará, Bahia e Paraíba. Nessa perspectiva, a dinâmica alimentar sofre interferência devido ao tempo para deslocamentos e transportes para chegar até a universidade.

As cantinas são um exemplo disso, muitas preparações salgadas, geralmente à base de gorduras saturadas e massas simples em geral, como pães e bolachas, panqueca, além de doces, refrigerantes, picolés, sorvetes, sucos “de caixinhas”, água de coco envasadas são vendidos para consumo mais rápido para alunos/as, bem como outros pratos: macaxeira com charque, arroz vermelho, cuscuz, carne de bode.

Estes últimos alimentos regionais são partilhados e consumidos de forma mais coletiva em jantares e em tempos mais prolongados ou demorados reforçando uma sociabilidade diferente das comidas rápidas as quais individualizam o consumo. Fato observado no cotidiano destes lugares de alimentação e nas escolas, segundo a observação realizada para a pesquisa desta dissertação.

Foi salientado pelos/as estudantes que só a partir dos anos 2000 a prática alimentar de consumir produtos mais processados industrialmente começou a fazer parte da comensalidade das pessoas em Serra Talhada, uma vez que, antes os lanches eram tapiocas, biscoitos caseiros com sucos. Essa realidade é introduzida inicialmente nas escolas particulares e posteriormente chega às públicas por meio da merenda escolar.

3.2 O Programa de Aquisição de Alimento – PAA na dialética cotidiana de consumo: alimentação *in natura* e a cultura da alimentação de origem industrial

Conforme o exposto do Programa de Aquisição de Alimentos, no capítulo II desta dissertação, (p. 40-41), no item Modalidade que trata da “Compra Direta da Agricultura Familiar para Doação Simultânea” promove a articulação entre a produção da agricultura familiar e as demandas locais de suplementação alimentar, além do desenvolvimento da economia local.

Os produtos adquiridos dos/as agricultores/as são doados às pessoas em insegurança alimentar e a rede de instituições socioassistenciais, incluindo entidades filantrópicas. A Compra com Doação Simultânea permite a aquisição de alimentos *in natura* bem como processados, enriquecendo os cardápios dos/as beneficiários/as consumidores (BRASIL, 2015).

É preciso deixar claro que apesar dos alimentos orgânicos serem priorizados no programa, muitas são as dificuldades e burocracias, pois os alimentos naturais precisam ter um selo de certificação. Os/as agricultores/as relatam que a regularização da produção orgânica respalda a produção da agricultura familiar e fornece a população alimentos saudáveis para o consumo humano.

Entretanto, vários alimentos (cebolinha, beterraba, cenoura, mamão, goiaba) ofertados pelo PAA no ano de 2013 são artesanais ou naturais, e ainda não foram utilizados agrotóxicos na sua produção, embora não possuam certificação específica do alimento orgânico.

Nesta perspectiva os gêneros alimentícios comprados da agricultura familiar são escolhidos pela equipe técnica do PAA além dos gestores da Secretário de Desenvolvimento Social e de Agricultura a partir das demandas do público beneficiário/a do referido programa.

Para entender a dinâmica alimentar, ou melhor, as necessidades por alimentos de certas instituições, são repassados pelos técnicos do PAA questionários a serem preenchidos pelos responsáveis das entidades a fim de se ter ciência dos tipos de alimentos e as quantidades necessárias para o preparo das alimentações de cada instituição.

É interessante pontuar que, apesar dos alimentos do PAA ofertados às escolas como frutas e verduras, muitas vezes, prioriza-se uma alimentação de base industrial ao invés de pratos mais *in natura*. Ou seja, preza-se pela comida mais prática e rápida, que ganha destaque no cotidiano das pessoas, inclusive na dinâmica das cozinheiras nos espaços onde são produzidas as refeições.

Dentro desse contexto vale salientar que os alimentos de caráter industrial tipificados neste trabalho como doce de goiaba, leite e iogurte produzidos respectivamente pela Cooperativa dos Produtores Rurais de Luanda e Associação Perímetro Irrigada Cachoeira II. Outros produtos de origem industrial e *in natura* também são comprados pelas escolas estudadas neste trabalho como arroz, bolacha, refrigerantes que fazem parte da alimentação dos/as estudantes através do recurso do Programa Nacional de Alimentação Escolar⁶⁶.

O orçamento do Programa para 2015 é de R\$ 3,8 bilhões, para beneficiar 42, 6 milhões de estudantes da educação básica e de jovens e adultos. Com a Lei nº11.947 de 16/06/2009, 30% desse valor – ou seja, R\$ 1,14 bilhão – deve ser investido na compra direta de produtos da agricultura familiar, medida que estimula o desenvolvimento econômico e sustentável das comunidades (BRASIL, 2015).

⁶⁶O PNAE implantado em 1955 com a proposta de contribuir com desenvolvimento, processo de ensino e aprendizagem além da melhoria do acesso a alimentos saudáveis através da oferta da alimentação escolar e atividades de educação nutricional (BRASIL, 2015).

O PNAE tem o amparo legal da Constituição Federal de 1988 que prevê nos artigos 208 que preconiza o dever da União, estados e municípios “a garantia da educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até cinco anos de idade” e “atendimento ao educando em todas as etapas da educação básica por meio de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde” e mais especificamente incisos IV e VII respectivamente.

Lei que garante que no mínimo 30% dos gêneros alimentícios sejam comprados da agricultura familiar. Em entrevista com umas das técnicas do PNAE de Serra Talhada – PE desde sua implantação o percentual de alimentos comprados da agricultura familiar não foi inferior a 60%.

Entre os alimentos comprados pelo o PNAE Serra Talhada estão mel, alface, batata doce, banana, iogurte, leite pasteurizado, melancia, cebolinha, melão, berinjela, feijão, cenoura, abobora, filé de peixe, inhame, poupa de fruta dentre outros.

3.3. Sujeitos do Programa de Aquisição de Alimentos e as expressões de uma cultura alimentar subalternizada

3.3.1 As manipuladoras de alimentos do Programa de Aquisição de Alimentos

As manipuladoras de alimentos priorizadas para serem escolhidas foram as mais antigas nessa função, realizando-se com elas. As entrevistas objetivaram coletar o máximo de informações respeito acerca do processo de alimentação nas instituições beneficiadas acerca do preparo dos alimentos.

Na escola “A” foram selecionadas duas manipuladoras⁶⁷ de alimentos, dentre uma equipe de cinco pessoas, sendo quatro manipuladoras e um manipulador, quem tem a função de auxiliar no controle das mercadorias, validade de produtos e manutenção de equipamentos.

Quando necessário toda equipe trabalha na escola nos dois turnos (manhã e tarde). Na escola “S” foram entrevistadas as duas manipuladoras⁶⁸, que preparam e servem a merenda escolar aos alunos/as no período da tarde, horário disponibilizado para a realização desta pesquisa.

⁶⁷Nenhuma das manipuladoras de alimentos entrevistada apresentava o ensino médio completo. As entrevistadas ambas são concursadas pela prefeitura municipal e com mais de quatro anos na função.

⁶⁸As duas manipuladoras são contratadas pela Prefeitura Municipal de Serra Talhada e com mais de um ano na função.

O roteiro de entrevista (anexo) foi elaborado com vistas a compreender questões relacionadas à dinâmica do cotidiano das manipuladoras, sujeitos da realização do PAA nas escolas.

As concebemos como sujeitos deste processo em nível da instituição local já que a manipulação é um elemento importante da segurança alimentar e envolve a manipuladora como um sujeito que participa, posiciona-se e decide frente aos cardápios que, a partir de seus conhecimentos acumulados lhes permitem considerá-los “acertados ou errados”.

Pelo expressado nas entrevistas, revela-se que as manipuladoras decidem diretamente no consumo alimentar dos/das alunos/as, no uso das tecnologias domésticas.

Aspectos estes que permeiam a experiência cotidiana dessas mulheres na divisão do trabalho doméstico-familiar, relacionadas com as questões de gênero, traduzidas desse modo no espaço da cozinha das instituições educacionais.

As manipuladoras da escola Ao serem indagadas sobre os procedimentos técnicos, de aspectos sanitários, controle e higiene alimentar referenciados pela SAN, que devem ser observados desde a chegada da manipuladora – todas elas aqui com nomes fictícios - para o trato, manuseio dos alimentos e na cozinha da escola, uma delas respondeu:

Coloco a roupa, lavo as mãos e já vou colocando a panela no fogo, ou cortando alguma coisa botando arroz no fogo. Técnicas nunca ouvir falar. Toucas e aventais do próprio bolso. A nutricionista veio uma vez. A comida cada dia é uma coisa. Cardápio não tem esse ano. Não seguimos o cardápio dela por não achar adequado. Eu sei que os meninos gostam. As verduras são processadas. O que eu sei fazer em casa faço aqui. Tenho prazer de cozinhar para os meninos. (Maria escola A).

Embora, na fala de Maria a norma técnica não esteja presente, percebe-se que há de alguma maneira o seguimento de algum procedimento, aquele que costuma usar no âmbito familiar de sua casa, revelando que para estas

manipuladoras seu trabalho institucional é “uma extensão de suas atividades domésticas e do trabalho reprodutivo nos espaços doméstico-familiares.

Além do discurso falado revelar uma certa crítica ao apontar as dificuldades de colocar em prática as recomendações de higiene por faltarem os instrumentos para isto.

Pode-se entender que há uma fragilização quanto às questões sanitárias e de higiene para o trato com o alimento, questões estas incluídas na discussão da política de segurança alimentar e nutricional.

A realidade apresentada por Maria (escola A) contraria o que está posto no artigo 4º da LOSAN (Lei Orgânica da Segurança Alimentar e Nutricional) abrange a garantia da qualidade biológica, sanitária, nutricional e tecnológica dos alimentos, bem como seu aproveitamento, estimulando práticas alimentares e estilos de vida saudáveis que respeitem a diversidade étnica, racial e cultural da população.

Devido à baixa escolaridade das manipuladoras há uma tendência de reproduzir práticas e conhecimentos baseados nos costumes e de senso comum, referenciadas, muitas vezes, pela dinâmica dos próprios domicílios das manipuladoras. O artigo 4º da LOSAN (Lei Orgânica da Segurança Alimentar e Nutricional) também versa sobre a produção do conhecimento e o acesso à informação com prioridade para efetivação da SAN.

E quando indagadas sobre a pergunta acima, uma delas respondeu:

Quando chego na cozinha entro e faço café, coloco os temperos no local certo, troco de roupa só depois de colocar as coisas no fogo. Coloco o avental. Se a cozinha tiver suja a gente faz logo a merenda e depois limpa. Norma técnica já ouvi falar, mas não lembro o que é. Um dia fiz um curso. Aprendi algumas coisas, não usar alianças, usar nada, batom nem esmalte pode usar, mas não deixo de usar. A vigilância só fiscaliza não orienta em nada. Só teve capacitação para as mais novas. Não seguimos o cardápio da nutricionista. O cardápio é por nossa conta. Achei esquisito o manguzá com macaxeira. Não combina. Para facilitar deixo o freezer desligado com a carne dentro. (Vera escola S).

O discurso de Veratem destaque para a não efetivação da política de SAN na instituição, mesmo no sentido restrito, ou seja, controle, higiene e

qualidade dos alimentos além das questões que envolvem o espaço físico, estrutura, equipamentos e até a limpeza necessária ao preparo dos alimentos.

Vale salientar que em conversa com a nutricionista contratada pela Secretaria de Educação de Serra Talhada foi relatado que alguns treinamentos e capacitações são realizados, porém, o cumprimento das regras e procedimentos, ou melhor, dos aspectos das condições higiênico-sanitária não ocorrem devido à falta de estrutura, equipamentos, utensílios básicos, não ofertados pela Prefeitura municipal, fragilizando a efetivação dos procedimentos técnicos para o ambiente da cozinha.

Outro ponto a salientar diz respeito às instituições de controle e vigilância que apenas reproduzem práticas de fiscalização, distanciando-se das intervenções baseadas em orientações e troca de conhecimentos com os/as trabalhadores que lidam no seu dia a dia com o alimento.

Embora, as instituições tenham a função principal de fiscalizar sinalizam que a introdução de práticas educativas e de orientação podem possibilitar ganhos para o cumprimento das regras pelos/as trabalhadoras em detrimento de apenas ações de cunho punitivo formal.

Ademais, o cardápio não é seguido, principalmente quando combinações alimentares (macaxeira+manguzá) não são salubres, não são recomendadas, segundo os conhecimentos já adquiridos pelas manipuladoras, mesmo sendo proposta pela nutricionista.

Por trás da fala, o papel da nutricionista é percebido como estranho ao cumprimento das tarefas realizadas na qual faz parte a produção das merendas escolares, instrumento basilar não apenas para o aprendizado, mas, sobretudo para suprir as necessidades vitais do organismo.

A dinâmica da precarização está implícita naquele discurso, pela informação do não acompanhamento técnico (profissional de nutrição) para a conservação, produção e manuseio do alimento.

Em contato com a profissional de nutrição responsável, verificou-se que a mistura do manguzá com macaxeira foi recomendado para suprir a falta de alguns alimentos e principalmente fornecer a refeição mais carboidratos e promover mais saciedade aos escolares.

De acordo com a LOSAN o art. 9º revela que o SISAN tem como base as seguintes diretrizes: III – monitoramento da situação alimentar e nutricional,

visando a subsidiar o ciclo de gestão das políticas para a área nas diferentes esferas de governo.

Ao serem indagadas sobre os equipamentos para preparo, conservação, manuseio e higiene da cozinha as manipuladoras responderam:

Freezer, geladeira, micro-ondas, fogão industrial, batedor de carne (essa atividade de amaciar a carne fica com o homem por conta da energia), tempero do reino, alho, coloral, extrato de tomate, detergente, desinfetante, água sanitária e polidor para limpar as panelas. (Mariza escola A).

Temos liquidificador, fogão industrial melhora o preparo, geladeira, temperos, alho, coentro, pimentinha, cebola. Quando não tem a gente compra. Quando é pra fazer bolo ela (apontou para diretora) traz a batedeira. Limpeza só água sanitária, detergente, sabão em pó. Se quebrar algum equipamento tem que fazer com dificuldade, fazemos algo que não use fogão. Armários não têm. (Vivi escola S).

Pelo sentido crítico das falas das manipuladoras nas entrevistas, as instituições dispõem de equipamentos básicos que envolvem o preparo, conservação e higiene da cozinha, embora de maneira precária.

Nota-se que há uma priorização para os equipamentos que envolvem o preparo, ou seja, o fazer do alimento ou a transformação do alimento em comida. Lívia Barbosa (2006) discute esta dinâmica em um dos seus artigos.

Na fala das entrevistadas, fica claro que alguns equipamentos e produtos são comprados e outros emprestados pelas funcionárias e profissionais que trabalham nas instituições contatadas, salientando a precarização dos equipamentos necessários para o preparo das merendas e que estão relacionados à conservação e higiene dos alimentos.

Ainda nesta direção, o discurso de Vivi sobre a compra de alguns produtos para a cozinha não se refere aos recursos públicos direcionados para suprir as necessidades do PAA, mas sim, a parte do salário recebido pelas funcionárias da escola que *espontaneamente* destinam para cumprir com suas tarefas alimentares.

Ainda mais, aparece no discurso das entrevistadas a discussão acerca das tecnologias domésticas associada à questões de gênero, salientando a divisão sexual do trabalho nas atividades dos homens e das mulheres na

cozinha, deixando a cargo da figura masculina as tarefas que envolvem um certo conhecimento e uma certa técnica.

Bortolaia (1998) aponta também estas associações entre o uso masculino e feminino dos equipamentos domésticos de tecnologias mais aprimoradas.

Isto revela processos da cotidianidade doméstico-familiar e do mundo do trabalho reflexos das questões de gênero e a divisão sexual do trabalho, conforme já anotado. Em nosso caso de estudo, o PAA e o espaço da cozinha das instituições beneficiadas, sinaliza que há distinção em relação a algumas atividades entre homens e mulheres na produção alimentar.

Quanto aos horários de preparo dos alimentos as manipuladoras disseram:

Assim que chego às 6 horas começo a preparar o lanche da 09:30 horas, ponho café no fogo, leite e biscoito. (Maria escola A)

Chegamos às 6 horas e preparamos o lanche e é servido às 9 horas. 07:30 horas para os alimentos difíceis, deixo pronto os preparos para o dia seguinte. (Vivi escola S)

A partir das falas pode-se compreender que o preparo de alimentos é realizado logo após a chegada das cozinheiras, tendo destaque para as refeições mais elaboradas em que a preparação se inicia no dia anterior. Dessa forma, as orientações de higiene e de conservação devem ser prioridade, entendendo que tais aspectos vislumbram apenas uma visão restrita da segurança alimentar e nutricional, ou seja, o controle, condições de sanitárias, higiene e de conservação dos alimentos.

Sobre seu entendimento da segurança alimentar e nutricional, as manipuladoras falaram:

Eu não sei o que é. (Mariza escola A).

Eu já ouvir falar, mas não lembro não. (Vera escola S).

Todas as entrevistadas assim se expressam: não sabem ou não ouviram falar o que significa segurança alimentar e nutricional. Tal fato demonstra insuficiência de conhecimento e informações sobre o campo alimentar na qual as manipuladoras exercem uma função relevante.

O pouco conhecimento corrobora com a visão restrita sobre a SAN, embora, muitas vezes, a concepção limitada ainda não se efetiva na prática nos programas e projetos alimentares, serviços de alimentação públicos e até privados.

Por fim, capta-se das entrevistas a necessidade premente de momentos de reuniões e qualificação para as/os trabalhadoras/es acerca de SAN desde entendimentos de controle, higiene e conservação de alimentos até concepções que ampliem a discussão para além do alimento, incluindo aspectos da dignidade humana, acesso aos direitos sociais, educação, saúde, moradia, educação, sustentabilidade, trabalho e renda.

A qualificação do corpo de trabalhores/as pode contribuir para, articulações e negociações junto à gestão municipal que possam fomentar debates sobre a efetivação de SAN para escolas seguido de ganhos para o alunado.

É a partir dessa discussão que as políticas sociais ganham uma outra dimensão não apenas a da proteção social, mas também educativa, de formação.

No bojo do modo de produção capitalista e de uma ordem patriarcal de gênero, tais políticas estão marcadas por um cenário neoliberal de minimização dos gastos sociais do Estado, de precarização e desproteção social frente às demandas e necessidades da classe trabalhadora mais pauperizada e da sociedade civil organizada conforme Mota (2010), Couto (2008), Behring (2009), Mauriel (2010) cujos estudos refere-se à sociedade capitalista e as políticas, e embasam esta dissertação.

3.1.2 Cultura alimentar e os/as escolares do grupo focal

O grupo focal realizado com estudantes de ambos os sexos das instituições beneficiadas com o PAA na escola S, algumas perguntas foram feitas a fim de descontrair e iniciar as atividades. Perguntou-se o que eles gostavam de comer, respondendo: frutas, verduras, suco e feijão.

Após as respostas a professora que observava a atividade interrompeu e fez novamente a pergunta: o que vocês gostam de comer? As respostas foram: salgadinho, pipoca, doce, refrigerante, coxinha e pastel. Logo, em seguida a professora salientou: *“as respostas verdadeiras são estas”*.

Tais respostas podem ser entendidas como uma tentativa dos/das estudantes demonstrarem à pesquisadora autora desta dissertação, seu conhecimento correto acerca de alimentos saudáveis. Segundo conhecimentos adquiridos mediante atividades realizadas na escola sobre educação nutricional.

Nas suas falas percebe-se que os/as alunos/as tem conhecimentos sobre alimentos naturais e saudáveis, embora não os consumam com frequência que a primeira fala insinuava.

É fundamental pontuar que as atividades de educação nutricional não devem resumir-se à orientação acerca de uma alimentação saudável, mas entender o alimento como parte de uma “engrenagem” histórica, construção de identidades social e econômica.

Além do processo de urbanização, da introdução dos novos estilos de vida que começam a fazer parte da vida cotidiana dos/as alunos/as nos interiores pernambucanos, também se expressam numa cultura alimentar que já se manifesta em relação aos gostos e sabores de muitos produtos alimentícios, bebidas golosinas, que se fazem presentes no Sertão com a expansão e interiorização da sociedade de consumo.

No capítulo I tais aspectos são discutidos à luz de vários autores, podendo citar Baudrillard (2010), Featherstone (1995), Slater (2001), Heller (2002), Netto; Falcão (1989) dentre outros.

Apesar das informações dos colégios sobre as atividades formativas sobre a alimentação saudável segundo a SAN, alunos/as quando indagados/as sobre o que é Segurança Alimentar e Nutricional-SAN responderam:

Eu não sei o que é. É comidas saudáveis? Higiene dos alimentos?.
(Cecília escola A).

Eu não sei. É coisa saudável pra não ficar doente? (Paulo escola S).

A visão restrita de SAN se reduz apenas a aspectos de higiene e controle sanitário que dizem respeito ao alimento, não considerando os aspectos relativo ao uso de agrotóxicos, diversidade alimentar, quantidade, qualidade além da sustentabilidade relacionada com a produção e consumo dos alimentos, nem sobre os direitos sociais, trabalho e renda que os envolvem.

A concepção de comida trazida na fala abrange as características culturais tão fortes no sertão nordestino, a exemplo dos temperos, forte presença da gordura como elemento que proporciona ao prato a ideia de *sustança* bem como o uso de muito açúcar (sabor cultivado pelos sertanejos/as) e que revela significados de abundância e fartura para o povo do sertão. Tudo isso colocado em questão pelos padrões de uma alimentação saudável e segura segundo a SAN.

No sertão nordestino, como no Sertão do Pajeú - PE evidencia-se nas falas de sua população escolar e habitantes em geral (zona urbana e rural), que comida boa é a comida forte entendida como aquela que vai deixar as pessoas fortes, através da energia fornecida pelos alimentos e preparo dos

mesmos; é a que vai dar resistência e força para as atividades dos/das sertanejos/as.

Os/as estudantes que fizeram parte da pesquisa através dos grupos focais a maioria afirmou ter nascido na área urbana de Serra Talhada, entretanto uma das meninas que afirmou ter nascido na área rural, revelou em sua fala a presença de consumo de alimentos não típicos da região: algumas frutas, a introdução de alguns alimentos consumidos nas grandes cidades brasileiras e hoje marcando presença no interior pernambucano, a exemplo do hambúrguer.

“Em casa como maçã, muitas frutas. Minha mãe prepara para mim hambúrguer”. (Larissa escola S).

A introdução de alimentos saudáveis aliado ao industrial já imerso a comensalidade da família, corroborando com a teoria da sociedade e cultura de consumo tem provocado mudanças inclusive na alimentação das pessoas.

Os/as alunos/as que afirmaram nascer e/ou frequentar a área rural comentaram:

Comia mais fruta, bolacha e depois das 12h arroz, feijão e o mesmo do almoço na janta. (Maria escola A).

Comia arroz, feijão, macarrão e tinha vez que tinha suco. (Cecília escola A).

Vou pra fazenda, lá tem fruta, carne. No almoço, feijoada e manguzá. Lá tem jambo, tem fruta, buchada, feijão e arroz. (Larissa escola S)

Eu vou pra casa da minha vó, como peixe e buchada de bode. (Paulo escola S)

A alimentação em âmbito rural tende a ser ainda mais regional e mais adequada do que na área urbana, principalmente em relação aos carboidratos complexos, embutidos e às gorduras.

Vale salientar que os/as alunos/as que responderam à pergunta acima, afirmaram consumir produtos industrializados. Indagados/as sobre o que comia na escola e em casa, responderam:

Pizza, lasanha, hambúrguer, bolo de chocolate, pudim, mousse de chocolate, salada de fruta, brigadeiro, panqueca, pastel, bolo de macaxeira, estrogonofe. Comemos isso mais em casa. Comemos na escola café com bolacha, a gente tá esperando as frutas chegarem. A gente fica com fome logo porque não é um elemento natural. (Maria escola A).

Os dados da tabela abaixo mostram as quantidades de frutas e verduras ofertados pelo PAA para as instituições atendidas, dentre elas: as duas escolas pesquisadas neste estudo. Os programas e projetos de SAN estão direcionados para a complementação alimentar das refeições dos/das beneficiários/as, conforme Manual Operacional e de Orientação ao Programa de Aquisição de Alimentos – Compra da Agricultura Familiar para Doação Simultânea – PAA Municipal ano 2010.

Dessa forma, os alimentos ofertados pelo PAA são insuficientes quanto à quantidade para garantir a alimentação, segura e nutritiva dos/as estudantes, necessitando de aquisição/compra de gêneros alimentícios por parte da Secretaria Municipal de Educação de Serra Talhada – PE.

Diante das últimas duas indagações percebe-se que há um mix no consumo de alimentos industriais e naturais que certamente demonstra as mudanças decorrentes do processo de urbanização, novos estilos de vida, dinâmica do trabalho que engendram uma comensalidade mais industrial emborapermaneçam hábitos alimentares que ainda representam emblematicamente a culinária e a cultura alimentar baseada em alimentos regionais no contexto do povo sertanejo.

Observa-se, ainda, como atual tendência na alimentação no domicílio uma redução do consumo de alimentos comumente consumidos pela população brasileira como: arroz, feijão, tubérculos, com significativo aumento no consumo de alimentos processados, como biscoitos, refrigerantes e refeições prontas; o aumento de carnes, em especial carne bovina, frango e embutidos; o baixíssimo consumo de peixes; um discreto aumento no consumo de frutas, enquanto o consumo de verduras e legumes manteve-se estável (CAISAN, 2011, p. 20).

É inegável que a imagem e a forma da alimentação urbana tem ganhado espaço na mesa dos sertanejos/as, o que pode ser evidenciado pelo consumo de produtos industrializados como salgadinhos, sorvetes, sanduiches, enlatados, embutidos, molhos industrializados como os de tomate,

refrigerantes, alimentos ricos em gordura, sódio e açúcares, dentro e fora de casa, passando a fazer parte do cotidiano dos/das habitantes do Sertão.

Os quantitativos mencionados abaixo foram distribuídos para as 31 instituições cadastradas pelo programa, totalizando aproximadamente 5000 mil beneficiários de acordo com os dados fornecidos pelos técnicos do PAA.

Tabela 2. Frutas e verduras ofertados pelo PAA em 2013

FRUTAS E VERDURAS	KG (anual)
Goiaba	1549.98
Banana	24823.85
Melancia	39276.06
Mamão	2500.0
Melão	8880.0
Pimentão	1812.0
Cebolinha	2198.13
Alface	5436.0
Couve	3384.0
Cenoura	3216.0
Beterraba	2064.0

Fonte:
Dados
sistemizados
pela autora.

Na coleta dos dados quantitativos do Programa de Aquisição de Alimentos, alguns alimentos industrializados consumidos em 2013, estavam presentes, a exemplo do doce de leite e goiaba em barra, iogurte (sabor morango).

Tabela 3 – Alimentos industrializados ofertados pelo PAA em 2013

Gêneros alimentícios	KG (anual)
Doce de goiaba	1.920
Doce de leite	1552.05
Iogurte	18000.0

Fonte: Dados sistematizados pela autora.

Vale salientar que os doces citados acima além do iogurte são produzidos por cooperativas de sertanejos/as que fomentam uma produção manufaturada local e coletiva contribuindo com a renda de várias famílias.

Essa dinâmica de produção manufatureira e/ou artesanal local de alimentos representa um ganho para a SAN no sentido de proporcionar a inserção econômica e social de famílias do lugar.

Essas formas cooperativas de algum modo influenciam uma certa organização entre para os/as agricultores/as e participação em processos

decisórios, além da inserção dos gêneros alimentícios processados localmente segundo as demandas de mercado local e regional.

Embora, sejam poucos alimentos industrializados, técnicos do Programa advertem que embora as frutas e verduras são cultivadas localmente, usam aditivos químicos e agrotóxicos, colocando em questão e contradizendo as propostas da política de SAN que ressalta a importância e necessidade do alimento *in natura* saudável e seguro.

Segundo um dos técnicos do programa, a rapadura, produto manufaturado do Nordeste brasileiro, doce típico do sertão sempre presente na mesa do sertanejo/a utilizada para adoçar o leite, café ou até ser consumida em outros cardápios com a farinha de mandioca ou também servida em pedaços como sobremesa, a rapadura foi substituída pelo doce de leite cada vez mais industrializado.

Indagados/as os/as alunos/as sobre as propagandas e publicidades de alimentos veiculadas pela televisão responderam:

Gosto das propagandas de biscoito, cinderela, cacau show. (Maria, escola A).

Polishop (panela que prepara alimentos sem gordura), tanguê (suco), dolly (refrigerante), cheetos (salgadinho), McDonald's, comida japonesa, Mr. Mister (rede de Milkshake). (Cecília escola A).

Iorgute da vigor, Dannio. (Paulo escola A).

Eu lembrei de uma esfirra que aparece no Habib's. (Larissa escola S).

As falas dos/das estudantes revelam a interferência dos meios de comunicação, ou melhor, o apelo midiático para o consumo de determinados alimentos. É tão intenso, que produtos alimentícios que mesmo não vendidos na cidade são lembrados e desejados pelos/as alunos/as.

Pesquisa do IDEC⁶⁹ (Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor) avaliou a qualidade dos alimentos industrializados para o público infantil e mostrava, em 2010, o aumento do teor de gordura, açúcar, sódio desses alimentos os que apareciam nas embalagens aliados ao uso de personagens

⁶⁹Disponível em: <http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=10235> Acesso em 16 de julho de 2015.

infantis. Desse modo tal forma de apresentação desses produtos aumentavam as vendas das indústrias alimentícias de alimentos infantis.

A formação dos hábitos alimentares saudáveis é fundamental na educação alimentar, uma vez que o estímulo da mídia visando à introdução de alimentos industrializados na dieta, mesmo de maneira esporádica, pode muitas vezes não comprometer drasticamente a saúde dos indivíduos.

Porém, traz mudanças que afetam a comensalidade – gostos, cheiros, textura, cor, entre outros - dando um novo significado, valorização e simbologia à alimentação na vida cotidiana e na sociabilidade entre os sujeitos.

Isto porque o acesso aos alimentos industriais, mesmo em pequenas quantidades, corrobora com a massificação do consumo alimentar na sociedade de consumo ou capitalista contemporânea, inclusive aceitando-o como uma alternativa alimentar diante da atual dinâmica do trabalho, do acelerado estilo de vida urbano e do processo de urbanização das grandes e médias cidades, inclusive as do interior.

As mudanças na economia política internacional da alimentação afetaram as formas de trabalho e o *modus vivendi* cotidiano das pessoas. O que as pessoas fazem para conseguir alimento, como o preparam e o dividem, o que elas comem, quando e com quem, tudo isso é influenciado pela cadeia alimentar. Estas, por sua vez, estão intimamente ligadas à forma de vida familiar. (FRIEDMANN, 2000, p. 87).

No bojo de expansão capitalista, as relações econômicas, sobretudo, nos países em desenvolvimento, como o caso do Brasil, tem passado pela desregulamentação da economia, trazendo implicações para a segurança alimentar e nutricional dos povos, na diminuição do fortalecimento da agricultura familiar que tem gerado um processo que vários autores chamam de homogeneização ou padronização da cultura alimentar.

Siliprandi (2004) aponta que estudos mostram, que a padronização do modelo alimentar tem levado a um afrouxamento dos laços de solidariedade social e comunitária, uma vez que as culturas alimentares específicas de cada região – que são um dos elementos de coesão social de uma comunidade – passam a ser substituídas por uma cultura “homogeneizadora”.

Essa realidade alimentar, ou melhor, essa padronização das refeições sendo uma das facetas da vida social contemporânea também sofre inflexões de questões macrossociais que não são apenas mudanças causais, naturais ou a-históricas, mas sim constitutivas da dinâmica e estratégias capitalistas dos setores alimentícios que procuram favorecer aos interesses das grandes corporações alimentares, principalmente dos países desenvolvidos.

Friedmann Apud Siliprandi (2004, p. 02) mostra que aquilo que costumamos chamar de “tradições” no campo da alimentação, foi fruto de muitas mudanças nos modelos de produção e consumo. Desde os tempos imemoriais até os dias de hoje, o mundo vive uma constante construção/reconstrução das tradições alimentares, em que os conflitos por interesses econômicos e políticos determinam, desde as práticas de plantio e as políticas industriais de transformação dos produtos agrícolas até as formas de comercialização dos alimentos. Como resultado desses conflitos se definiram as posições que os diferentes países ocupam atualmente no contexto internacional, seja como produtores/exportadores, seja como importadores de alimentos, *in natura* ou industrializados.

Nesse cenário, marcado por mudanças alimentares e pela inserção da mulher no mercado de trabalho, as famílias cada vez mais tem sido afetadas pela dinâmica do trabalho, além do processo de reprodução do modelo capitalista que se tem mostrado ainda mais perverso e explorador nas atividades na qual a mulher está inserida.

Segundo Laura Duque-Arazola⁷⁰ a divisão sexual do trabalho impõe às mulheres uma carga excessiva e exaustiva de trabalho que acaba limitando os tempos das mulheres para o desenvolvimento de habilidades e competências, principalmente relacionadas com as atividades intelectuais mais qualificadas das mulheres. Nesse sentido, o Estado mediante várias de suas políticas sociais – saúde, educação, entre outras – participa do usufruto dessa sobrecarga do trabalho reprodutivo das mulheres (Duque-Arazola, 2012).

A alimentação incluída no debate da política de segurança alimentar e nutricional introduz e reconhece a importância da participação da mulher na alimentação dos membros familiares.

é comum apontar-se para o fato de que as mulheres não são reconhecidas como produtoras de alimentos, seja na produção

⁷⁰Discussões em sala de aula durante a disciplina de Políticas de Estado e Desenvolvimento Social do mestrado em Consumo, Cotidiano e Desenvolvimento Social (UFRPE).

agrícola, seja na elaboração e preparo dos alimentos consumidos dentro das unidades domésticas e, portanto, acabam por não ter um papel ativo como sujeitos dessas políticas. Quando são reconhecidas, tende-se a vê-las apenas como um “instrumento” com o qual se atingirá a segurança alimentar das famílias. Isso ocorre também em relação a outros tipos de políticas, como aquelas de nutrição e saúde, e de assistência social (como programas de transferência de renda, por exemplo), em que as mulheres são escolhidas como titulares em função de haver a convicção de que, com elas, os recursos serão utilizados para a família (SILIPRANDI 2015, p. 11).

Siliprandi (2004) argumenta que é necessário pautar nas políticas de alimentação e nutrição questões que levem em conta as desigualdades entre homens e mulheres, buscando combatê-las, ao invés de reforçá-las.

3.1.3 ANÁLISES DAS ENTREVISTAS COM AS MÃES DOS ESCOLARES

Quando as mães da escola S foram indagadas sobre quem decide a compra de alimentos para a casa, seja na feira, supermercado ou mercado elas responderam:

Sou eu quem decide a compra. Faço compra no supermercado que nem é grande e nem pequeno. Faço lá por causa que já é cliente da gente também, ai um ajuda o outro. Além de ser mais perto de casa, é mais em conta. A feira é difícil eu ir, eu vou mais quando vou comprar verdura. Porque lá também é mais em conta, na hora lá verdinho. (Ingrid escola S).

Ingrid relata que é ela quem decide a compra dos alimentos para a família, isto reforça a construção histórica e social na qual a mulher é responsável pelo trabalho reprodutivo doméstico familiar, incluindo nelas as questões que envolvem o alimento, inclusive a escolha deste para o consumo familiar, sob este ponto de vista Duque-Arrazola e Silva (2014), Duque-Arrazola (2012), Sartor; Carvalho (2011) trazem essa discussão conforme apresentado no capítulo I.

Como afirma Ana, ela e sua irmã são as responsáveis pela compra e alimentação da casa:

Eu e minha irmã, a de 18 anos, porque se deixar a molecada *minha fia*, ninguém come nada que preste, só muita besteira. Eu compro na feira, no mercado. Grosseiro eu compro no mercado, frutas e verduras essas coisas é na feira. Na feira é mais barato melhor do que a do mercado. (Ana escola S).

A partir do discurso falado, Ana junto à irmã mais velha tem domínio sobre a compra de alimentos para família. Demonstram que as crianças não decidem a compra de produtos para a alimentação, pois há riscos de escolherem alimentos não nutritivos para o consumo familiar. Para a compra de alimentos “grosseiros” que se refere a feijão, arroz, açúcar, farinha o mercado aparece como estabelecimento apropriado, embora frutas e verduras ainda sejam compradas na feira.

Tenho que levar Any (filha) junto, apesar de não gostar de muita coisa, eu sempre vou com ela, apesar dela não gostar muito de verdura, ela só come beterraba e cenoura, ela não gosta de folha, depois ela começou a crescer estou introduzindo alface, ela gosta de brócolis e aqui na cidade não tem, aliás tem mais é em conserva aí não gosto de comprar assim, mas por incrível que pareça é pra criança gostar de tomate, cebola que é o que a gente tem, mas ela gosta de brócolis só não sei o porquê. O que ela pede eu sempre compro, muitas vezes nem come, mas eu compro o que ela pede. (Selene escola A).

A mãe acima vai às compras com a filha, deixando-a decidir acerca dos alimentos a serem comprados para a casa. Nesta decisão revela uma estratégia da mãe para incentivar a filha para comer outros alimentos, visto que, ela tem dificuldade para alimentar-se de maneira diversificada, embora sejam ingeridos por ela algumas frutas e verduras.

Selene revela que algumas verduras mais acessíveis e presentes na cidade como tomate, cebola, a filha não gosta, já o brócolis citado pela filha só tem em conserva, ou seja, na sua forma industrializada, demonstrando a ausência deste alimento na forma *in natura*, não apresentando possibilidade de escolha as famílias sertanejas.

Esse relato reforça as questões que instigaram este trabalho de mestrado (capítulo I) referentes à alimentação e a cultura do consumo na sociedade contemporânea, com a expansão de novos estilos de vida – urbana – que se impõem às populações metropolitanas e interioranas sob a lógica do capital e as grandes empresas alimentícias que detém o poder na tríade produção-circulação e consumo dos alimentos.

Igualmente, são as mulheres quem decidem o consumo diário dos alimentos:

Eu decido. Eu tento fazer uma coisa diferente. No café da manhã faço mais hambúrguer, pão com ovo e mortadela, é o que ele gostam mais. No almoço eles não gostam de feijão, mas tem que comer feijão. Não gostam, mas tem que comer feijão, arroz, a carne tanto faz, frita como cozinhadas eles gostam. No final da tarde é bolacha recheada, refrigerante e suco. À noite uma sopa, arroz de leite, nunca do almoço sempre coisa diferente. (Ingrid escola S).

Ingrid revela o cuidado que tem para diversificar a alimentação, porém os alimentos referenciados consumidos por ela no período da manhã e da tarde são de caráter industrial, agradando as crianças e reforçando a cultura do consumo em questão e analisada nos estudos por Baudrillard (2010) e Sennett (2006) discutidas nesta dissertação.

Entretanto, no período da noite, horário do jantar, a sopa, o arroz de leite – alimentos regionais e muito consumido nos lares sertanejos/as são consumidos nas casas dos/das alunos/as da pesquisa. Em relação à refeição do almoço é possível perceber uma preocupação em comer feijão, arroz e implicitamente a carne não aparece como item relevante para a alimentação, podendo indicar que em alguns momentos não é possível adquiri-la para o consumo da família.

O feijão e o arroz são compreendidos como alimentos fortes e nutritivos, especialmente pelas mães sertanejas e estão associados à ideia de saciedade. Segundo Woortmann (1978) a definição de força está diretamente relacionada ao valor nutritivo percebido dos alimentos.

(...) eu não tenho marido aí só tem ele [o filho Henrique], ai diz mãe vai fazer arrozinho hoje. Ele que faz a feira dele. Ele coloca bolacha recheada, só não coloca coisa doce que ele não gosta de coisa doce, misto, refrigerante. É porque é assim, juro por Deus um pacote de pão de misto se eu comprar agora de noite, quando for amanhã de tarde não tem mais, ele come quatro misto, ele só tem 11 anos, ele é magro porque é magro mesmo, ai ele vai comendo, comendo ai amanhã não tem mais, ai ele já quer comprar amanhã de novo. (Rafaela escola S).

A afetividade marca o discurso falado de Rafaela, quem salienta o alto consumo de pão do filho único – junto ao queijo e mortadela (alimento ultraprocessado), ou melhor, massa que se transforma em açúcar pelo organismo, embora não seja percebido pela mãe, uma vez que o filho não

gosta de alimentos doces, esquecendo também o refrigerante consumido pelo filho.

Normal café, pão quando tem ovo faço com mortadela, quando não tem é só o café com pão e manteiga. Lá em casa é arroz, feijão, macarrão, tem vez que eu não faço muito macarrão, faço só muito arroz, ele já tá gordinho se enfiar macarrão nele é o que ele mais gosta também, ai eu não faço. Ele não faz feira comigo. Tem dia que eu faço sopa, faço um anguzinho, que ele gosta, tudim gosta lá em casa de comer angu de massa, galinha ou leite. Café com pão tem dia que faço também. Refrigerante uma vez perdida, mais suco de caixinha. Coisas normais, nas minhas condições não dá muito luxo pra eles, é só o básico. (Gabriela escola A).

Os produtos alimentícios industrializados aparecem em vários momentos das refeições no domicílio, além do arroz, feijão, sopa, angu de massa representando alimentos regionais. Embora Gabriela afirma que o consumo de refrigerante é muito raro (1 vez perdida) não percebe que o suco de caixinha apresenta um alto teor de açúcar, podendo trazer doenças como o diabetes, em caso de consumo excessivo. Já o macarrão é identificado por ela (mãe) como um produto calórico que engorda.

Quando indagadas sobre o que entendem sobre segurança alimentar e nutricional, as mães responderam:

“Eu acho que é para evitar alguma comida”. (Gabriela escola A).

A segurança alimentar pelo o que eu ouvi falar a uns 5 anos atrás, porque a gente come para né, o alimento é responsável pelo restante da sua vida, o que você come hoje e ele pode responder lá no futuro e eu sempre tive cuidado neste sentido com Any, porque ela era desnutrida, ela nasceu com 1.900kg e daqui que ela acompanhasse o peso demorou muito, então ela teve um acompanhamento na alimentação é por isso que não me preocupei em dar muita besteira assim para ela, ela não tem hábito de comer muita besteira, você pode colocar ela pra comer, a não ser o doce em uma festinha, mas ela não parte assim para comprar isso, ela gosta de cenoura de beterraba ralada, ela come sempre problema nenhum, já o ovo ela só come a clara, não come a gema, não consegui empurra nela ainda não, mas eu me preocupe muito com ela, ela já acompanhou o peso não tem mais problemas ai como o acompanhamento dela não foi feito aqui em Serra ai eu já ouvi falar, mas aqui em serra eu nunca ouvi falar, assim que tivesse essa preocupação, muito pelo contrário, eu vou agora para o médico com ela só exames de rotina, sem nenhuma preocupação com alimentação não. (Selene escola A).

Selene revela perceber alguns aspectos presente na SAN, mesmo que de maneira ainda não clara e objetiva, embora as questões culturais, regionais

em relação aos alimentos não sejam ainda percebidas. Gabriela parece que compreende que alimentos industriais não estão incluídos na segurança alimentar e nutricional.

De acordo com o relatório do CONSEA (2011, p. 14):

a segurança alimentar e nutricional e o direito humano a alimentação adequada no Brasil está ocorrendo uma gradual perda dos valores culturais e regionais relacionados à alimentação incluindo a tendência de redução do consumo de alimentos tradicionais como o arroz, feijão, frutas, verduras e legumes regionais, de modo que, mesmo com maior acesso a alimentos, isso não significa uma alimentação saudável.

E no preparo dos alimentos, em relação a algumas orientações técnicas (cuidados higiênicos sanitários com os alimentos), buscou-se saber sobre a adoção e o tipo de orientação seguida.

Uso água sanitária e detergente para limpar. Lavo, lavo antes de pô na geladeira e lavo antes de usar os alimentos, eu tenho essa mania. (Gabriela escola A).

A partir da fala de Gabriela, constata-se que o cuidado no trato com o alimento resume-se à lavagem dos alimentos através do uso da água sanitária, e detergente, entendidos por ela como mania, ou seja, algo reproduzido mecanicamente sem entendimento ou explicação e não como procedimento técnico indispensável. Esse desconhecimento da técnica pode gerar um descumprimento da limpeza do alimento, podendo provocar o surgimento de doenças transmitidas pelo alimento.

Às 6horas, eles se acordam tarde, às vezes só para almoço. Feijão e arroz comem no almoço. De tarde vai para escola, na hora que eles chegam procuram bolacha recheada. À noite comem o que sobra do almoço, eles gostam de cuscuz também. Lavo a mão, arrumo a cozinha, lavo a louça com detergente. Assim que chega as frutas, verduras essas coisa assim, assim que chego eu lavo. (Ingrid escola S).

Ingrid relata certos cuidados com a limpeza, ainda com o uso de detergente apenas, salientando o asseio das mãos e higienização do espaço da produção dos alimentos.

Amanheço dia vou no banheiro, faço as coisas, escovo os dentes e tomo banho, aí eu vou e coloco café no fogo, termino o café lavo mão pra cortar o pão, colocar manteiga. Já dorme tudo limpo, cozinha já dormiu limpa, bem cedo passo um paninho na mesa. Tem hora que não lavo a mão, não vou mentir, tem que ser sincera. (Ana escola S).

Tem que ter o famoso paninho para lavar a mão, secou, pegou lavou, a torneira está sempre disponível ou a vasilha. Eu gosto de colocar água sanitária. Eu não tenho muito hábito por vinagre e nem fui orientada, não compro. (Selene escola A).

Ana retrata um certo cuidado para o manuseio do alimento, do espaço físico e equipamento que fornecem suporte para preparação da alimentação, muito embora a lavagem das mãos não ocorra todas as vezes ao manipular o alimento.

Selene salienta o uso da água sanitária parecendo ter sido orientada, o que não acontece com o vinagre. Esta fala demonstra a importância das orientações, capacitações sobre noções básicas de higiene, controle alimentar para as manipuladoras de alimentos vislumbrando uma prática mais técnica e que possa contribuir na segurança alimentar e nutricional dos/as beneficiários/as.

Ainda perguntou-se sobre o tipo de equipamentos que usam para o preparo, conservação, manuseio e higiene dos alimentos.

Fogão, geladeira, liquidificador, micro-ondas, eu nem tenho porque as peças eu tenho lá Deus o livre. A energia já vem cara e se eu tivesse micro-ondas, imagina uma casa com dez pessoas só criança, umas oito, pra cada um querer usar micro-ondas Deus me livre. Sanduicheira eu tenho, uso todo dia de manhã. (Ingrid escola S).

Liquidificador, mais o que eu mais uso é o micro-ondas e sanduicheira. Sanduicheira pra tudo, e o micro-ondas eu esquento o mingau. O outro tudo é mingau e Henrique fica esquentando chocolate. No micro-ondas faço arroz, pipoca, cuscuz. Eu acho mais prático do que o fogão. (Selene escola A).

Ingrid e Selene revelam que tem vários equipamentos, bens de consumo domésticos no espaço da cozinha a fim de facilitar o preparo e conservação dos alimentos. Entretanto, a preocupação com o gasto de energia é notório em uma das mães, já que a maioria dos equipamentos são ligados na energia elétrica, a exemplo do micro-ondas e da sanduicheira.

Estes dois equipamentos parecem fazer parte da dinâmica dos lares interioranos, demonstrando que o sanduíche já está sendo introduzido como alimento no cotidiano dos sertanejos e o micro-ondas não é utilizado apenas para esquentar o alimento, mas também para preparar comidas com mais praticidade, característica esta tão presente na sociabilidade urbana capitalista.

Fogão, micro-ondas (uso quando vou esquentar algum alimento), uso liquidificador quando vou fazer suco. Sanduicheira Vitória (filha) quem mais usa é ela. Batedeira é mesmo que nada, não sei fazer bolo, não gosto de fazer, não gosto de cozinhar, não. (Gabriela escola S).

Liquidificador, batedeira, micro-ondas, geladeira, fogão. O liquidificador eu uso sempre pra fazer vitaminas e sucos, pois gosto da fruta, não gosto de suco de pacote, Any diz que é muito doce. E uso as frutas que temos no sítio goiaba, mamão, laranja é o que mais tem lá. Só pipoca, acho que o micro-ondas não é um eletrodoméstico bom para esquentar comida, logo também não gostamos de comida de geladeira, o que cozinha é para comer naquele dia, eu não gosto de guardar, não fui acostumada. (Ana escola S).

A sanduicheira aparece novamente sendo utilizada pela filha Vitória (criança) que incorpora mais facilmente, seja pela televisão ou pelo acesso aos estabelecimentos comerciais que influenciam no consumo, essa cultura do consumo e da comensalidade que aparece, expressa nas práticas alimentares cotidianas dos alunos.

Ana afirma utilizar o liquidificador para fazer sucos da fruta e ressalta não gostar do suco de pacote, demonstrando entender que este suco tem uma grande quantidade de açúcar, fato que também é percebido pela filha que acha doce demais o suco.

A família frequenta um sítio no qual é salientado na fala, e as frutas e as verduras fazem parte do seu cotidiano o que influencia de algum modo o consumo de alimentos mais saudáveis. O micro-ondas não é visto como

eletrodoméstico, uma vez que, é utilizado apenas para esquentar comida, é considerado um item importante para o preparo das refeições.

Em relação ao horário, buscou-se saber o horário do preparo e o horário da distribuição do alimento preparado.

Terminando e comendo logo. (Ingrid escola S).

Umás 6h20min a 6h40min e consome imediatamente, a vitamina bateu, tirou do copo tomou até porque ela muda de cor rapidamente, aí se demorar não dar certo não. No almoço, eu e Any aqui presa na escola, só sábado e domingo faço comida, e não gostamos de nada frio, nem no jantar. Já Any não gosta de comida muito quente, aí temos que esfriar um pouco. Como esse é primeiro ano dela aqui na escola ainda está se adaptando com o horário, a alimentação e vamos devagarinho. Quando ela chega da escola vai logo jantando, antes ela só dormia quando tomava um copo de leite, hoje não, ela chega cansada e vai logo jantando e indo dormir. (Selene escola A).

Selene expressa na fala o cuidado com a conservação de alimentos bem como o consumo não demorado, incluindo a comida feita na hora, quentinha que não favorece a chegada de bactérias nas comidas.

A partir das falas, o consumo dos alimentos se dá logo após o preparo. Este cuidado é tido sob a perspectiva do SAN, ou seja, do controle alimentar, conservação, exposta na Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional seja nos domicílios, serviços de alimentação e programas e projetos alimentares espaço onde muitas pessoas alimentam-se.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Finalizado o estudo proposto para esta dissertação, mas nem por isso, fim do encerramento de pesquisas e estudos mais aprofundados sobre a temática, sobretudo com vistas ao doutorado, podemos apontar como destaque os seguintes pontos.

O alimento, tem sido associado historicamente a um processo doméstico-familiar e a um processo de autoconsumo em tratando-se do processo da produção camponesa e nas últimas décadas, da agricultura familiar. Entretanto, na sociedade de consumo na contemporânea sociedade capitalista, o alimento revela-se uma mercadoria inserida e integrante do processo capitalista de produção.

A mercantilização globalizada no capitalismo contemporâneo e na forma particular, a sociedade de consumo, o alimento tem adquirido a funcionalidade do valor de troca adicionados/agregado a seu valor de uso, transformando-se em mercadoria, no processo de produção agrário, pesqueiro e de transformação industrial integrando o processo geral de produção: produção - distribuição - circulação (troca) - consumo.

Ou seja, desde que se impôs à produção capitalista o tempo de trabalho socialmente necessários para sua produção (*magnitude do valor*), seja como matéria prima *in natura*, seja na sua transformação industrial, os produtos alimentares concretizaram o caráter social do processo de produção capitalista como bem explica Karl Marx em O Capital.

Diante desta perspectiva, o alimento está imerso nesse processo da produção capitalista e de mercantilização. Os programas sociais alimentares da Política de Segurança Alimentar e Nutricional não só tratam de alimentos que são mercadorias como também são afetados pela cultura do consumo alimentar capitalista e globalizada, tornando-se, muitas vezes frágeis seja do ponto de vista da educação nutricional ou da influência da sociabilidade do capital no qual a alimentação contemporânea está inserida.

Dentro desse contexto os programas sociais de alimentação não podem ser reduzidos a atividades esporádicas ou pontuais da política de proteção social, pois conforme vimos nesta dissertação com os/as integrantes dos

grupos focal realizados, os/as alunos/as da escola S. Demonstraram entender acerca dos alimentos saudáveis, como frutas e verduras, embora se rendem ao consumo dos produtos industriais enlatados, processados e ultraprocessados.

Notou-se também a omissão do Estado frente ao processo de deteriorização dos equipamentos para a preparação dos alimentos no espaço da cozinha, que nesta pesquisa revelou incidir na merenda escolar servida aos estudantes. Entretanto, não podemos negar que a saída dessa *lógica perversa* que é parte da sociedade de consumo passa pelas questões de educação nutricional, embora não se encerra nela. É preciso muito mais.

Nesse processo, espera-se que organizações da sociedade civil e o Estado, assumam realmente um processo de educação alimentar e o Estado fomentar a inibição da publicidade, da massificação de alimentos industrializados além de estabelecer leis e regulamentos que limitem as industriais de alimentos, priorizando o natural, orgânico. Mais ainda, se requer que o Estado esteja mais atento respeito a questão dos agrotóxicos, aditivos químicos e outras substâncias que aceleram o cultivo dos produtos *in natura* para a alimentação.

Pode observar-se que devido à forte influencia midiática acerca dos alimentos industrializados, os desafios são ainda maiores para os programas sociais de alimentação, pela massificação do produto industrial presente em peso nos cardápios dos referidos programas sociais.

Diante do exposto, tais programas, os/as educadores/as, dirigentes e funcionárias/os das instituições envolvidas devem considerar a discussão da comensalidade, ou seja, do sistema alimentar considerando a complexidade da economia alimentar na sociedade contemporânea e não apenas reduzindo-os a assuntos da saúde.

Esse novo paradigma alimentar parte da sociedade de consumo materializada pelo consumo alimentar na forma capitalista que preconiza o lucro sobre a saúde, desconsidera o local, sua cultura e história além da segurança alimentar e nutricional da população questionada, na medida em que longe do discurso de seus programas e documentos apresenta um sistema alimentar pouco coerente, já que a insegurança alimentar traz consequências negativas para a saúde da população.

Segundo Josué de Castro em seu livro Geografia da Fome, publicado em 1946, comer de maneira inadequada significa entrar num regime de carências e déficits nutricionais que gera doenças que conduzem à morte de maneira lenta e gradual. Nesta dissertação, conforme exposto, o formato dos padrões alimentares contemporâneos tem gerado parte das deficiências referidas.

A comensalidade que predomina atualmente, e que de alguma maneira se fazia presente em alguns alimentos mais populares da dieta das populações a que se referia Josué de Castro, corrobora o consumo alimentar capitalista que segundo ele “*corrói silenciosamente inúmeras populações*” diante do aumento do consumo de açúcares, gorduras e aditivos tóxicos provocando doenças ligadas à obesidade, diabetes e outros problemas de saúde pública.

Muitos dos alimentos, guloseimas, refrigerantes, biscoitos, etc presentes nos cardápios dos programas sociais, nas cantinas e vendas nas escolas e ou nos seus entornos, caracterizam-se desse modo.

Pode ser constatado nos grupos focais realizados estudantes de ambos os sexos nas escolas A e S quando indagados sobre as propagandas e publicidades de alimentos na televisão.

Conforme vimos na dissertação as grandes empresas do setor alimentício aliadas à publicidade e propaganda expostas cotidianamente na TV, supermercados, centros comerciais, etc, representam uma competição desigual com as refeições oferecidas por programas sociais como PAA nas quais os/as alunos/as acabam cedendo ao consumo de uma alimentação mais industrializada e comprometedora da saúde, muito longe da sua forma natural ou artesanal.

Nesse sentido, os meios de comunicação de massa tem corroborado com a sociabilidade alimentar atual, não vetando a divulgação dos alimentos industriais e hábitos não saudáveis, pelo contrário, há um estímulo e ampliação do consumo visando atender aos interesses do mercado alimentício e especialmente as multinacionais dos alimentos, aos grandes fabricantes e redes varejistas nacionais e multinacionais.

Este estudo trouxe no discurso dos/as alunos/as as lembranças de marcas, produtos e propagandas de gêneros alimentícios expostos pela mídia

televisiva, embora, muitos alimentos não sejam vendidos e comercializados no Sertão Pernambucano nem particularmente no município de Serra Talhada-PE.

Mediante a pesquisa, o estudo permitiu perceber que os/as alunos/as que participaram do grupo focal do 5º ano das escolas da amostra, revelaram ter conhecimento da importância dos alimentos saudáveis, embora se renderem cotidianamente ao consumo de alimentos industrializados publicizados pela mídia, cujos instrumentos midiáticos estimulam a subjetividade dos sujeitos, atraindo-os quanto à cor, sabor, status para aquisição de alimentos.

Isso impõe obstáculos para uma comensalidade mais *in natura* e saudável para a saúde destes/destas crianças e adolescentes

Ainda nessa direção, devido às relações afetivas das mães com os filhos/filhas, em algumas falas, elas demonstram ceder às escolhas alimentares dos/das filhos/as, que são mais facilmente manipuláveis à lógica de consumo alimentar capitalista, entretanto alguns alimentos a exemplo do brócolis só são possíveis de serem disponibilizado no formato industrial, fato que não oferece outra possibilidade as famílias sertanejas.

Diante desse quadro, constata-se que a SAN do alunado não está sendo garantida, embora o direito alimentar esteja incluído no rol dos direitos fundamentais com destaque para os aspectos da qualidade, quantidade, sustentabilidade, definição esta posta pela política, que também não é entendida pelos estudantes, mães e manipuladoras, conforme analisado neste estudo.

A visão fica limitada ao controle higiênico-sanitário do espaço de produção das refeições e do trato com o alimento. Apenas uma das falas entre as entrevistadas, vislumbra o SAN relacionando ao alimento saudável, possibilitando que o *in natura* esteja incluído.

Alguns pontos permitiram analisar as questões elencadas, apresentando elementos que subsidiaram o aprofundamento e desmistificou a temática do consumo alimentar frente ao atual cenário capitalista como fenômeno natural e ainda possibilitou perceber as interferências desse processo também nos programas alimentares incluídos na Política Pública de Segurança Alimentar e Nutricional.

Ademais, observam-se consequências também para as relações sociais entre os/as alunos/as que provocam um distanciamento e esgarçamento, ou melhor, esmaecimento do afeto na convivência entre eles/elas na escola.

Observou-se no contato com a escola durante a pesquisa que dependendo do tipo de “alimento” os/as estudantes se juntam ou consomem de modo disperso e individual sem partilhar desse momento de sociabilidade entre elas/eles.

Sem esquecer que os alimentos regionais ainda são consumidos pela população, inclusive nas escolas pesquisadas, embora o alimento industrial já venha ganhando destaque nas merendas escolares, seja pela falta de frutas e verduras no estoque das instituições educacionais, seja pela precarização dos eletrodomésticos quebrados e insuficientes para a produção de refeições mais saudáveis analisadas nas falas das cozinheiras.

No discurso das manipuladoras é visualizada tal realidade, que tem contribuído para uma alimentação que é parte da sociedade de consumo, dos novos estilos de vida, mostrando que os sujeitos comensais cada vez mais estão dispostos a aceitar produtos sintéticos, processados e ultraprocessados.

Ainda sobre as tecnologias domésticas, observam-se as diferenças de gêneros que estão presentes e se reproduzem no âmbito da cozinha, não obstante a mulher historicamente tenha cuidado das refeições seja na esfera pública ou privada. A fala de uma das manipuladoras expõe os diferentes papéis de homens e mulheres, deixando as tarefas mais técnicas e de uso de tecnologias como parte do universo masculino.

A praticidade, comodidade das tecnologias domésticas, a exemplo do micro-ondas (cozimento do arroz que aparece no discurso de uma das mães entrevistadas) e tem reificado, ou melhor, tem dado novo significado ao preparo das refeições nos lares das famílias dos/das escolares. E por fim, o uso da sanduicheira que indica um consumo mais “moderno” com o preparo de sanduíches ao invés de tapiocas ou outros alimentos de caráter regional.

Em suma, a pesquisa revelou que os programas alimentares estão sendo afetados pela sociedade e cultura de consumo seja pela omissão e precarização da intervenção do Estado nas políticas sociais, seja pelas legislações que permitirem a aquisição de alimentos processados ou

ultraprocessados através do Programa de Aquisição de Alimentos na Modalidade Compra Direta para Doação Simultânea.

Lembrando que a mídia e o consumo alimentar capitalista, mas especificamente os lucros tidos através dos grandes empresários do setor alimentício tem massificado o consumo mais industrial, fato este que tem sido facilitado pelas mudanças na vida cotidiana e principalmente pelo processo de urbanização das cidades, inclusive as do interior.

Vale ressaltar, mesmo não aparecido explicitamente nos discursos a ideia do assistencialismo alimentar inserido na terminologia do programa (doação) e a compra de alimentos industriais parecem indicar ausência de cuidados na alimentação dos/das beneficiários/as do PAA, dando um sentido de que, como é “doador ou ofertado” pode ser qualquer alimento.

Por fim, as análises trazidas neste estudo vislumbram um rico campo de pesquisa a ser aprofundado em outros espaços acadêmicos, podendo dar-se no doutorado.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRANDH, Ação Brasileira pela Nutrição e Direitos Humanos. **Curso formação em direito humano à alimentação adequada: no contexto da segurança alimentar e nutricional**, 2007.

ABRANDH, Ação Brasileira pela Nutrição e Direitos Humanos. **O Direito Humano à Alimentação Adequada e o Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional**. Brasília, 2013.

Aguirré P. Aspectos socioantropológicos de la obesidade em la pobreza. In: Pena M, Bacallao J, organizadores. **La obesidade em la pobreza un nuevo reto para la salud pública**. Washington DC: Organización Panamericana de la Salud; 2000. p. 13-25.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho**. São Paulo, Cortez/Unicamp, 1995.

BAUDRILLARD, Jean. **A Sociedade de Consumo**. Lisboa: Edições 70, 2010.

BAUMAN, Zygmunt. **Vida para consumo**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BARBOUR, Rosaline. **Grupos focais**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

BEHRING, Eliane. Rossetti; BOSCHETTI, Ivonete. **Política Social: fundamentos e história**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

Belik, Walter. **“Perspectivas para segurança alimentar e nutricional no Brasil”**. In Saúde social, São Paulo, v. 12, n. 1. junho de 2003.

BOCHETTI, Ivanete. Seguridade social no Brasil: conquistas e limites à sua efetivação. In: ABEPSS (org) **Direitos sociais e competências profissionais, CFESS/ABEPSS**, Brasília, 2009.

BORTOLAIA SILVA, Elizabeth. **Divisão Sexual do Trabalho Doméstico e as Inovações Tecnológicas**. Disponível em: <<http://www.esocite.org.br/eventos/tecsoc2011/cdanais/arquivos/pdfs/artigos/gt021-divisaosexual.pdf>> Acesso em 17 de Junho de 2015.

BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

BUENO; Maria Lucia; CAMRGO, Luiz Octávio de Lima. **Cultura e Consumo estilos de vida na contemporaneidade**. São Paulo: Senac São Paulo, 2008.

BRANDÃO, Carlos. Rodrigues. **Plantar, colher, comer: um estudo sobre o campesinato goiano**. Rio de Janeiro: Graal, 1981. 181 p.

BRAGA, Vivian. **Cultura Alimentar: Contribuições da Antropologia da Alimentação. Saúde Revista**; Piracicaba, 2004. Disponível em: <<http://www.unimep.br/phpg/editora/revistaspdf/saude13art05.pdf>> Acesso em 05 de nov. de 2014.

BRASIL, Lei nº 11.346 de 15 de setembro de 2009. **Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional – LOSAN**.

BRASIL,. Ministério do Desenvolvimento Agrário/MDA. **PAA**. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-paa/sobre-o-programa>>. Acesso em: 15 de agosto de 2015.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado. Emenda Constitucional 064/2010.

BRASIL,. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome/MDS. **PAA**. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/aquisicao-e-comercializacao-da-agricultura-familiar>>. Acesso em: fev. 2015.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Relatório final da 8ª Conferência Nacional de Saúde**. Brasília, DF, 1986.

CASTELLO, Branco; MATTEI; WRIGHT. **Colocando a Fome na Agenda Pública Brasileira: a ação do Estado, do Banco Mundial e das organizações não governamentais**, artigo in Cadernos de Pesquisa, nº 7, Cebrap, maio de 2007, São Paulo, SP.

CASTRO, Josué. **Geografia da fome – o dilema brasileiro: o pão ou aço**. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CANDIDO, Antônio. **Os parceiros do Rio Bonito: um estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida**. 9. ed. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2001. 376 p.

CÂMARA INTERMINISTERIAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL. **Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: 2012/2015**. Brasília, DF: CAISAN, 2011.

CAMERIRO, Juliana Pereira; VALLA, Víctor Vicent; GUIMARAES, Maria Beatriz Lisboa. **Direito humano à alimentação adequada: um olhar urbano**. Ciência e Saúde Coletiva, vol. 15, núm. 4, julho, 2010, pp. 2085-2093.

CANESQUI, Ana Maria; GARCIA, Rosa Wanda Diez. **Antropologia e Nutrição: um diálogo possível**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2005.

CANESQUI, Ana Maria. **A qualidade dos alimentos: análise de algumas categorias da dietética popular**. Revista de Nutrição, Campinas, n. 20, v. 2, p. 203-216, 2007. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-52732007000200010>. Acesso em: 4 abril 2011.

CAMPBELL, Colin; BARBOSA, Livia. **Cultura, consumo e identidade**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

CANTARERO, Luis. **Preferencias alimentarias y valores de los neorrurales: um estudio em Aineto, Ibort y Artosilla em el Serrablo Oscense**. In: GRACIA Arnaiz, Mabel (Org.). **Somos lo que comemos: estudios de alimentación y cultura em España**. Barcelona: Ariel, 2002.

CASCUDO, Luís da Câmara. **História da Alimentação no Brasil**. 3a. ed. São Paulo: Global, 2004.

CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

CARVALHO, Marília Gomes de Carvalho; SARTOR, Angela Kalckmann Romanó. **Divisão Sexual do Trabalho Doméstico e as Inovações Tecnológicas**. Disponível em: <<http://www.esocite.org.br/eventos/tecsoc2011/cdanais/arquivos/pdfs/artigos/gt021-divisaosexual.pdf>> Acesso em: 15 de Nov de 2014.

CERTEAU, Michel de; GIARD, L.; MAYOL, P. **A invenção do cotidiano**. Petrópolis: Vozes, 1996.

CHEUNG, Thelma Lucchese; BATALHA, Mario Otávio. **Brasileiros urbanos e seus comportamentos de consumo alimentar: maior atenção dos diferentes agentes das cadeias produtivas para atender demandas específicas, 2009**. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/15/1047.pdf>> Acesso em 17 de Jun. de 2015.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. Petrópolis: Vozes, 2006.

COUTO, Berenice Rojas. **O direito social e a assistência social na sociedade brasileira: uma equação possível?** 3a. Ed – São Paulo: Cortez, 2008.

COSTA, Mariana Fernandes. **Consumo Alimentar: discurso científico em anúncios publicitários**. Disponível em: <http://www.contemporanea.uerj.br/pdf/ed_13/contemporanea_n13_11_mariana.pdf> Acesso em 16 de Mai de 2015.

DIAS, Maria Esther Bueno. **Dialética do Cotidiano**. São Paulo: Cortez, 1982.

DOUGLAS, Mary; ISHERWOOD, Baron. **O mundo dos bens**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2004.

DUQUE-ARRAZOLA, Laura Susana. O sujeito feminino nas políticas de Assistência Social, In: MOTA, Ana E (org) **O Mito da Assistência Social**:

ensaios sobre Estado, política e Sociedade, 4º Ed, São Paulo: Cortez, 2012. p. 225-255.

DUQUE-ARRAZOLA, Laura Susana; SILVA, Maria Zênia Tavares da. **Mulher, Política Pública de Segurança Alimentar e Relações de Gênero: Proposta para um debate.** UFPE. Disponível em: <<http://www.conab.gov.br/conteudos.php?a=1294&t=2>> Acesso em: 15 de nov de 2014.

FEATHERSTONE, Mike. **Cultura do Consumo e pós-modernismo.** São Paulo, Studio Nobel, 1995.

FERREIRA, Vanessa Alves; MAGALHÃES, Rosana. **Obesidade e pobreza: o parente paradoxo. Um estudo com mulheres da Favela da Rocinha.** Rio de Janeiro, Brasil, Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 21(6):1792-1800, nov-dez, 2005.

FLICK, Uwe. **Desenho da pesquisa qualitativa.** Porto Alegre: Artmed, 2009.

FRIEDMANN, Harriet. Refazendo “tradições”: mudanças na economia política da alimentação. In: FARIA, Nalu e NOBRE, Miriam (orgs.). **Economia feminista.** São Paulo: SOF, 2002. (Cadernos Sempre Viva)

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala.** 41ª edição, Rio de Janeiro: Record, 2000.

FROZI, Daniela Sanches; GALEAZZI, Maria Antônia M. **Políticas públicas de alimentação no Brasil: uma revisão fundamentada nos conceitos de bem-estar social e de segurança alimentar e nutricional.** Cadernos de Debates, Campinas, v. 11, 2004.

GARCIA, Rosa Wanda Diez. **Reflexos da globalização na cultura alimentar: considerações sobre as mudanças na alimentação urbana.** Campinas: Revista de Nutrição, 2003, out./dez., 16 (4): 483-492.

GARINE, Igor de. **Alimentação, culturas e sociedades.** O Correio da Unesco, v. 15, n. 7, 1987.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOFFMAN, Erving. **La presentación de la persona em la vida cotidiana.** Buenos Aires, Amorrortu Editores, 1971.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do cárcere.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, 2000ª, 2000b, 2001b e 2002. V. 1, 2, 3, 4 e 5.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2005.

HELLER, Agnes. **Sociologia de la vida cotidiana**. Barcelona: Ediciones Península S.A. 2002.

HIRATA, Helena. **A Precarização e a Divisão Internacional e Sexual do Trabalho. Sociologias**, on-line, Porto Alegre, ano 11, n.21, jan-junho, 2009. Disponível: <<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/sociologias/article/view/8854>>. Acesso em: 18 out 2014.

IBGE. **Dados gerais dos municípios**. Disponível em: <<http://www.ibge.com.br>> Acesso em: 10 de Nov de 2014.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**. São Paulo: Cortez Editora, 2007.

JAMESON, Fredric. **Pós-modernismo: A lógica cultural do capitalismo tardio**. São Paulo: Ática, 1996.

LEFEBVRE, Henri. **La pensée de Lénine**. Paris, Bordas, 1957.

LEFEBVRE, Henri. **Critique de la vie quotidienne**. Vol. I. 2a ed. Paris, L'ArcheÉditeur, 1958.

LEFEBVRE, Henri. **Métaphilosophie. Paris, Les Éditions de Minuit**, 1965a.

LEFEBVRE, Henri. **La revolución urbana**. Trad. Mario Nolla. Madrid, Alianza Editorial, 1972.

LIMA, Sandra A. Barbosa. **Participação social no cotidiano**. 5. Ed. São Paulo: Cortez, 1983.

LIMONAD, Ester. **Reflexões sobre o espaço, o urbano e a urbanização**. Universidade Federal Fluminense: GEOgraphia, ano 1 – n.1, 1999. Disponível em <<http://www.geoideias.com.br/artigos/refespacourbano.pdf>> Acesso 08 de Out. de 2014.

LUKÁCS, Gyorgy. Prefacio. In: HELLER, Agnes. **Sociología de la Vida Cotidiana**, Barcelona: Península, p. 15-25 2002.

KOSIK Karel. **Dialéctica de lo Concreto**, Grijalbo: México, 1967.

KRONE, Evander Eloí; Renata Menasche. **Comida e trabalho: um estudo sobre relações de gênero entre famílias rurais assentadas**. 5 Encontro da Rede de Estudos Rurais. GT 12 – Soberania e Segurança Alimentar. Desenvolvimento, Ruralidades e Ambientação: paradigmas e atores em conflitos, 2012.

MANCIBO, Deise; OLIVEIRA, Dayse Marie; FONSECA, Jorge Guilherme Teixeira da and SILVA, Luciana Vanzan da. **Consumo e subjetividade: trajetórias teóricas**. *Estud. psicol. Natal*: 2002, vol.7, n.2, pp. 325-332.

- MCCRACKEN, Grant. **Cultura & Consumo**. Rio de Janeiro: Mauad, 2003.
- MANDEL, Ernest. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Abril Cultural, 1923.
- MALUF, Renato Sérgio Jamil. **Segurança Alimentar e Nutricional**. Petrópolis, Vozes, 2007.
- MARANHÃO, César. Henrique. **Acumulação, Trabalho e Superpopulação: crítica ao conceito de exclusão social**. In: MOTA, Ana. Elizabeth (Org). *O Mito da Assistência Social: ensaios sobre Estado, Política e Sociedade*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2006.
- MARTINS, José de Souza. **O senso comum e a vida cotidiana**. *Tempo Social; Rev. Sociol. USP*, S. Paulo, 10(1): 1-8, maio de 1998.
- MARX, Karl. e ENGELS, Friedrich. **A ideologia Alemã**. Vol. I. 4ª. ed. Portugal: Editorial Presença; Brasil: Martins Fontes, 1972.
- MARX, Karl. (1980). **O Capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. Livro 1, v. 1).
- MATTEI, L. **Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA): antecedentes, concepção e composição geral do programa**. In: *Cadernos do CEAM*, UnB, v. 7, 2007, p. 33-44.
- MAURIEL, Ana Paula Ornellas. **Pobreza, seguridade e assistência social: desafios da política social brasileira**. Universidade Federal Fluminense (UFF) *Rev. Katál. Florianópolis* v. 13 n. 2 p. 173-180 jul./dez. 2010.
- MENASCHE, Renata. **A agricultura familiar à mesa: saberes e práticas da alimentação no Vale do Taquari**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.
- MENASCHE, Renata; MARQUES, Flávia Charão and ZANETTI, Cândida. **Autoconsumo e segurança alimentar: a agricultura familiar a partir dos saberes e práticas da alimentação**. *Rev. Nutr*, 2008, vol.21, suppl., pp. 145s-158s.
- MENASCHE, Renata. **Os grãos da discórdia e o risco à mesa: um estudo antropológico das representações sociais sobre cultivos e alimentos transgênicos no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: UFRGS, 2003. 287f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-graduação em Antropologia Social. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2003.
- MILLER, Daniel. **A teoria das compras**. O que orienta a escolha dos consumidores. São Paulo, Nobel, 2002.
- MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 7. ed. São Paulo: Hucitec, 2000.

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Estado, Classe e Movimento Social**. Biblioteca Básica do Serviço Social. São Paulo: Cortez, 3ed, v. 5, 2011.

MONDINI, Lenise. & MONTEIRO, Carlos Augusto. **Mudanças no padrão de alimentação da população urbana brasileira**. Rev. Saúde Pública, 28 (6): 433-9.1994.

MOREIRA, Sueli Aparecida. **Alimentação e comensalidade: aspectos históricos e antropológicos**. *Cienc. Cult*, 2010, vol.62, n.4, pp. 23-26.

MOTA, Ana Elizabete. A centralidade da Assistência Social na Seguridade Social brasileira nos anos 2000. In: MOTA, Ana Elizabete. **O mito da Assistência Social: ensaios sobre Estado, Política e Sociedade**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

NETTO José Paulo. Para a crítica da vida cotidiana. In: NETTO, José Paulo; FALCÃO, Maria do Carmo B. de Carvalho. **Cotidiano: Conhecimento e crítica**. São Paulo: Cortez, 1996.

NETTO, José Paulo; FALCÃO, Maria do Carmo B. de Carvalho. **Cotidiano: conhecimento e crítica**. São Paulo: Cortez, 1989.

NIEBLE, Bruna Delchiaro. **Comensalidade através dos tempos, en Contribuciones a las Ciencias Sociales**, marzo 2010. Disponível em: < www.eumed.net/rev/cccss/07/bdn.htm> Acesso em: 8 de Out. de 2014.

NEUMARK - SZTAINER, Dianne; STORY, Mary; HANNAN, PETER.J.Hannan; CROLL, Jillian. **Overweight status and eating patterns among adolescents: where do youths stand in comparison with the Health People2010 objectives?** American Journal of Public Health, v.92, p.844-851, May 2002.

ORLANDI, Eni de Lourdes Puccinelli. **Análise de discurso. Princípios e procedimentos**. 3º Ed. São Paulo: Pontes, 2001.

ORTIGOZA, Silvia Guarnieri. **O fast food e a mundialização do gosto**. Revista Cadernos de Debate do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Alimentação da UNICAMP, Vol. V, p. 21-45, 1997.

PACHECO, Maria Emília Lisboa. **Segurança Alimentar e Nutricional: novas políticas para antigos problemas**. Proposta N ° 97 Jun./Ago. 2003.

PÁDUA, 2003. Desenvolvimento e Meio Ambiente. In: MOSER,C. & RECH,D. (orgs). **Direitos Humanos no Brasil: Diagnóstico e Perspectivas Olhar dos Parceiros de Misereor**. Coletânea CERIS. Rio de Janeiro: MAUAD.

De Paulo, Felipe Luiz Lima; Silva, Silvia Sibebe da Mota e. . **Segurança Alimentar e Nutricional: um estudo da contribuição do Programa Piloto Cozinha Comunitária do Instituto de Assistência Social e Cidadania de**

Recife – PE na vida dos/as usuários/as atendidos/as. In: Zeildo Mendes da Silva et al (Org.). *Desenvolvimento Sustentável em análise*. 1ed. Recife: AGBook, 2011, v. 417, p. 199-211.

PINHEIRO ARO, CARVALHO MFCC. **Transformando o problema da fome em questão alimentar e nutricional: uma crônica desigualdade social.** *Ciência e Saúde Coletiva*, 15(1): 121-130, 2010.

POULAIN, Jean-Pierre. **Sociologia da Alimentação: os comedores e o espaço social alimentar.** Florianópolis: Editora da UFSC, 2004.

RAMOS, Mariana. Oliveira. **A “comida da roça” ontem e hoje: um estudo etnográfico dos saberes e práticas alimentares de agricultores de Maquiné (RS).** (Dissertação de mestrado) Porto Alegre: Série

ROMANELLI, Geraldo. **O significado da alimentação na família: uma visão antropológica.** Simpósio: Transtornos alimentares: anorexia e bulimia nervosas. *Medicina*, Ribeirão Preto, 39 (3): 333-9, jul./set. 2006 Capítulo II.

RICHARDSON, Roberto. Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas.** 3ª ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SADER, Emir (Coord.) (2006). **Latino americana. Enciclopédia Contemporânea da América Latina e do Caribe.** São Paulo: Boitempo Editorial; Rio de Janeiro: Laboratório de Políticas Públicas (LPP) da Universidade Estadual do Rio de Janeiro.

SANTOS, Maria Gisele dos; ANTUNES, Carlos Roberto. **O ato de alimentar-se como uma experiência no âmbito do tempo/ espaço de lazer no meio urbano: fast food versus slow food.** Disponível em: <<http://www.efdeportes.com/efd154/o-ato-de-alimentar-se-fast-food-versus-slow-food.htm>> Acesso em 15 de julho de 2015.

SENNETT, Richard. **A cultura do novo capitalismo.** Rio de Janeiro: Record, 2006.

SILIPRANDI, Emma. **Políticas de segurança alimentar e relações de gênero.** *Cadernos de Debates*, Campinas, SP, v. XI, p. 38-57, dez. 2004.

SILVA, Livia Valença da. **A publicidade como instrumento do capitalismo na propagação da cultura de consumo e da estilização da vida.** IX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação da Região Nordeste (INTERCOM). Salvador – BA, 2007.

SILVA, Maria Zênia Tavares da e DUQUE-ARRAZOLA Laura Susana. **Mulher, Políticas Públicas de Segurança Alimentar e Relações de Gênero: proposta para um debate,** *Anais do Fazendo Gênero 7, S.T 37*, Florianópolis: UFSC, 2006.
<www.fazendogenero.ufsc.br/7/artigos/s/Silva,Duque_Arrazola_37.pdf>

SILVA, L. I. L.; SILVA, J. G. **Política Nacional de Segurança Alimentar**. Brasília: Governo Paralelo, 1991.

SLATER, Dom. **Cultura do consumo e modernidade**, São Paulo: Nobel, 2001.

TRIVIÑOS, Augusto. Nivaldo. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

VALENTE, Flavio. Luiz. Schieck. **Direito humano à alimentação adequada: desafios e conquistas**. Cortez Editora, São Paulo, 2002.

ZACARIAS, Rachel. **Sociedade de Consumo ou Ideologia do Consumo: um embate**. *Jornal Eletrônico, Faculdade Integradas Vianna Junior, Ano V – Edição I – Maio 2013. Disponível em: <file:///C:/Users/Usuario/Downloads/20130523_155838%20Sociedade%20de%20consumo%20ou%20ideologia%20do%20consumo.pdf>* Acesso em 10 de out. de 2014.

WESTPHAL MF, BÓGUS CM, FARIA MM. **Grupos focais: experiências precursoras em programas educativos em saúde no Brasil**. *Bol Oficina Sanit Panam*. 1996; 120 (6): 472-82.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Fome Zero: uma política social em questão**. *Saúde e sociedade*, 2003, vol.12, n.1, pp. 43-50.

APÊNDICES

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
(DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DOMÉSTICAS: PGCDS)
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO

Convidamos a/o Sra./Sr. para participar da pesquisa POLÍTICA SOCIAL ALIMENTAR NO CONTEXTO DA SOCIEDADE DE CONSUMO sob a responsabilidade da pesquisadora Silvia Sibeles da Mota e Silva, a qual pretende analisar o consumo alimentar das instituições atendidas pelo Programa de Aquisição de Alimentos do município de Serra Talhada-PE.

Sua participação é voluntária e se dará por meio de entrevista com utilização de recurso de gravação de áudio, a ser transcrito na íntegra quando da análise dos dados coletados.

A participação na pesquisa não incide em riscos de qualquer espécie para os respondentes. Se você aceitar participar estará contribuindo para entender o consumo alimentar imerso ao contexto da sociedade de consumo a partir do Programa de Aquisição de Alimentos no município de Serra Talhada – PE.

Se depois de consentir em sua participação a/o Sra./Sr. desistir de continuar participando, tem o direito e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, seja antes ou depois da coleta dos dados, independente do motivo e sem nenhum prejuízo a sua pessoa. A/O Sra./Sr. não terá nenhuma despesa e também não receberá nenhuma remuneração. Os resultados da pesquisa serão analisados e publicados, mas sua identidade não será divulgada, sendo guardada em sigilo. Para qualquer outra informação, a/o Sra./Sr. poderá entrar em contato com a pesquisadora no endereço: Universidade Federal Rural de Pernambuco-UFRPE. Rua Dom Manoel de Medeiros, s/n, Dois Irmãos – CEP: 52171-090-Recife/PE pelo telefone (81) 3320.6534 / (87) 9943.3825.

Consentimento Pós-Informação

Eu, _____, fui informada/o sobre o que a pesquisadora quer fazer e porque precisa da minha colaboração, e entendi a explicação. Por isso, eu concordo em participar do projeto, sabendo que não serei remunerada por minhas contribuições e que posso sair quando quiser. Este documento é emitido em duas vias que serão ambas assinadas por mim e pela pesquisadora, ficando uma via com cada uma de nós.

Assinatura da participante

Data: ___ / ___ / ___

Assinatura da pesquisadora



Impressão do dedo polegar
caso não saiba assinar.

Termo de Livre Esclarecido adaptado da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, ainda inclusive, constando todos os critérios preconizados pelo Comitê de Ética da UFPE.

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

ENTREVISTA COM OS/AS MANIPULADORES/AS DE ALIMENTOS

- 1) Quando você chega na cozinha qual (is) são os procedimentos? Tem algo a ser seguido?
- 2) O que você entende sobre orientações técnicas no manuseio com os alimentos?
- 3) É obrigatório o uso na escola?
- 4) Você utiliza algum/a? Qual (is)?
- 5) Porque utiliza?
- 6) Aprende coisas novas?
- 7) Qual a sua importância?
- 8) Diminui o tempo de preparo dos alimentos/merenda?
- 9) Traz alguma mudança para o alimento?
- 10) Quais equipamentos são utilizados para o preparo, conservação, manuseio e higiene?
- 11) Qual horário de preparo?
- 12) Qual horário é servido para os escolares?
- 13) O que você entende por Segurança Alimentar e Nutricional?

ENTREVISTA COM AS MÃES DOS ESCOLARES

- 1) Quando se faz a compra na feira, supermercado, mercado em casa quem decide os alimentos?
- 2) E quanto ao consumo diário? Quem decide?
- 3) O que você entende sobre Segurança Alimentar e Nutricional?
- 4) Isso é levado em consideração na hora das escolhas dos alimentos pela família?
- 5) No preparo dos alimentos algumas orientações técnicas (cuidados com os alimentos) são tidos? Quais?
- 6) Algum equipamento é utilizado para o preparo, conservação, manuseio e higiene? Quais?
- 7) Qual horário do preparo?
- 8) Qual horário é servido aos escolares?

ROTEIRO PARA O GRUPO FOCAL

GRUPO FOCAL COM OS ESCOLARES

- 1) O que vocês gostam mais de comer?
- 2) Comem isso onde? Escola? Casa?
- 3) Aqui na escola ou em casa fala-se sobre alimentos naturais ou industrializados?
- 4) Tem alguma diferença entre os alimentos consumidos em casa ou na escola?
- 5) Quando consomem doces, lanches, sanduiches pouco tempo depois ficam com fome?
- 6) O que vocês entendem sobre Segurança Alimentar e Nutricional?
- 7) Onde vocês nasceram? No sítio? Na cidade? Existe alguma diferença nesses locais os hábitos alimentares ou consumo de alimentos?
- 8) Na televisão tem alguma propaganda ou publicidade sobre alimentos que vocês gostam?

ANEXOS

FOTOS DE SERRA TALHADA – PE



FOTOS DA UFRPE

